

# TURISMO NO AMAZONAS

## FESTIVAL, FESTAS E EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS



ORGANIZADOR

JOÃO D'ANUZIO AZEVEDO FILHO



Editora Poisson

1º Edição  
2021

João D'Anuzio Azevedo Filho  
(organizador)

# Turismo no Amazonas: Festival, Festas e experiências comunitárias

1ª Edição

Belo Horizonte

Poisson

2021

**Editor Chefe:** Dr. Darly Fernando Andrade

**Conselho Editorial**

Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais

Ms. Davilson Eduardo Andrade

Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas

Msc. Fabiane dos Santos

Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia

Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC

Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy

Ms. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

**Foto capa:** Joao D’Anuzio Menezes de Azevedo Filho

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

T674

Turismo no Amazonas: Festival, Festas e  
Experiências comunitárias/ Organização: João  
D’Anuzio Azevedo Filho - Belo Horizonte - MG:  
Editora Poisson, 2021

Formato: PDF

ISBN: 978-65-5866-056-9

DOI: 10.36229/978-65-5866-056-9

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

1. Turismo 2. Amazonas. 3. Comunidade  
I. AZEVEDO FILHO, João D’Anuzio II. Título

CDD-918.1

Sônia Márcia Soares de Moura – CRB 6/1896

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

Esse e outros títulos podem ser baixados gratuitamente em [www.poisson.com.br](http://www.poisson.com.br)  
Entre em contato pelo [contato@poisson.com.br](mailto:contato@poisson.com.br)

## Sobre os Autores

### Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano



Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (2004). É professora adjunta da Universidade Estadual do Ceará, Professora do Geografia do PROPGE, e do Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da UECE. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq no nível 2. Faz parte do corpo editorial da Revista de Humanidades - Unifor, Revista Econômica do Nordeste - REN/BN, Revista Veredas - João Pessoa, Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo RBTur, Revista Casa da Geografia de Sobral, Revista Gestão da Zona Costeira Integrada, Revista PerCurso Curitiba, Revista RIOS - Revista Científica da Faculdade 7 de Setembro. Membro do Conselho Estadual do Turismo, Consultora técnica ambiental do

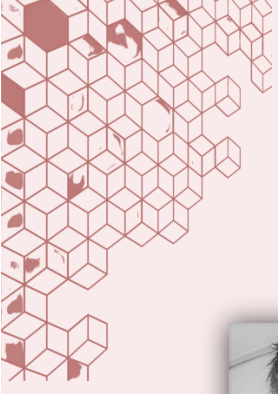
Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, líder do Grupo de Pesquisa Turismo, Território e Cultura do CNPq e Coordenadora do Laboratório - Estudos do Turismo e do Território - NETTUR/UECE. Autora de diversos livros. Professora orientadora do Laboratório de Estudos do Território e do Turismo, professora/colaboradora - Laboratório de Estudos Sobre o Ócio, Trabalho e Tempo Livre. Realiza pesquisas na área de Geografia, com ênfase em Turismo, Arranjos Produtivos Locais, Espaços Públicos e Privados do Lazer e Turismo, Desenvolvimento Endógeno e na Escala Humana, Educação a Distância. Ganhou o Prêmio Pesquisador Turístico Destaque 2009, pela Associação Nacional de Pesquisadores de Pós Graduação em Turismo - ANPTUR.

### Joao D'Anuzio Menezes de Azevedo Filho

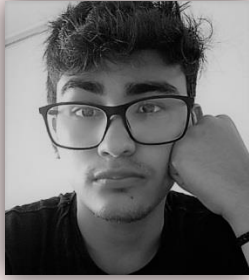


Doutor em Ciências, área Geografia Humana, pela Universidade de São Paulo (USP), em 2013. É bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (1992). Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pelo Centro de Ciência do Ambiente da UFAM (2004). Atualmente é professor adjunto do Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas (CESP/UEA). Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia do Meio Ambiente, Geografia do Turismo e atua também em Geografia Física, ministrando disciplinas como Geomorfologia, Geografia Física da Amazônia, Hidrografia da Amazônia e Cartografia Temática. Tem desenvolvido pesquisas na área de Turismo e Sustentabilidade na Amazônia; Sociedade e Espaço na Amazônia. É líder do grupo de pesquisa Sociedade, Meio

Ambiente, Cultura e Ensino das Ciências na região do Baixo Amazonas e participa das linhas de pesquisas Espaço, Meio Ambiente e Biodiversidade na Região do Baixo Amazonas e Turismo, Gestão e Organização do Espacial da Região do Baixo Amazonas. Professor permanente do Mestrado em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (PROFAGUA/UEA). Coordenou o Curso de Especialização em Turismo e Desenvolvimento Local em Parintins (CESP/UEA) 2014-2015. Foi coordenador do curso de Geografia do CESP/UEA (2015-2017). Professor Bolsista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR/UEA..



### **Ronaldo Torres Miranda**



Graduado em licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas. Membro do grupo de pesquisa Sociedade, Meio Ambiente, Cultura e Ensino das Ciências na Região do Baixo Amazonas, na linha de pesquisa Turismo, Gestão e Organização Espacial da Região do Baixo Amazonas.

### **Ana Paula Moraes dos Santos**



Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas.

### **Ronislely da Silva Martins**



Mestre em Geografia Física pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em (2017). Pós-graduado Lato Sensu em Turismo e Desenvolvimento Local pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) em 2010. Bacharel em Turismo Universidade do Estado do Amazonas (UEA) em 2009. Membro do Grupo de Pesquisa Observatório de Turismo (OBSERVATUR) da Universidade do Estado do Amazonas. Autor do Livro “Planejamento de Sistema de Trilha: Uma Pegada Social, Cultural e Ambiental” pela Editora da Universidade Federal de Roraima (UFRR) em 2018. Docente da pós-graduação Lato Sensu Gestão e Produção de Eventos da Escola Superior de Artes e Turismo (UEA). Instrutória em nível Técnico de Turismo e Guia de Turismo Regional pelo Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM). Cursos nas áreas: Monitor de Ecoturismo, Monitor Ambiental,

Condutor de Pesca Esportiva, Trilhas Interpretativas, Roteiros Turísticos, Condutor de Turismo Local, Condutor de Turismo Rural, Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável, Empreendedorismo em Ecoturismo, Educação Ambiental, Turismo Rural, Turismo e Meio Ambiente. Atuação nas áreas de Planejamento, Projetos Socioambientais, Trilhas, Etnoturismo, Pesca Esportiva, Turísticos, Meio Ambiente, Agronegócio, Agroindústria, Moderação de Oficinas Participativas, Comunitário e Desenvolvimento Local. Secretário Municipal de Planejamento, Agroindústria, Comércio e Turismo de Rio Preto da Eva, Amazonas.

## Jesuéte Brandão Pacheco



Doutora pelo Programa Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável, do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS)/Universidade de Brasília (UnB). Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, do Centro de Ciências do Ambiente (CCA)/Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bacharel e Licenciada em Geografia (UFAM). Professora Adjunta do Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas e Letras. Atua na área da Geografia Física e a articulação com: Geografia, Ambiente e Educação Ambiental; Geografia e Extensão Universitária; Recursos Energéticos; Fitogeografia; Geomorfologia Fluvial; Geografia Física da Amazônia; Assentamentos humanos em sistemas fluviais; Geografia, Agroturismo e o Patrimônio Natural e o Cultural (Africanidade, Indígena, Agricultores Familiares de Assentamentos).

# SUMÁRIO

**Prefácio**..... 08

**Capítulo 1:** Turismo e lazer como experiência territorial e de oportunidade para qualidade de vida..... 09

*Luzia Neide Coriolano*

DOI: 10.36229/978-65-5866-056-9.CAP.01

**Capítulo 2:** Parintins: O turismo num lugar da Amazônia ..... 33

*João D’Anuzio Menezes de Azevedo Filho*

DOI: 10.36229/978-65-5866-056-9.CAP.02

**Capítulo 3:** Turismo de base comunitária e sustentabilidade no município de Boa Vista do Ramos – AM ..... 53

*Ronaldo Torres Miranda*

*João D’Anúzio Menezes de Azevedo Filho*

DOI: 10.36229/978-65-5866-056-9.CAP.03

**Capítulo 4:** Potencialidades do turismo e organização espacial no município de Nhamundá-AM..... 82

*Ana Paula Moraes dos Santos*

*João D’Anúzio Menezes de Azevedo Filho*

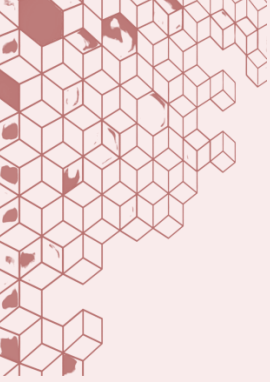
DOI: 10.36229/978-65-5866-056-9.CAP.04

**Capítulo 5:** Trilhas culturais de deslocamento no Baixo Amazonas..... 120

*Ronisley da Silva Martins*

*Jesuéte Brandão Pachêco*

DOI: 10.36229/978-65-5866-056-9.CAP.05



## *Prefácio*

O turismo é uma dessas atividades envolventes e por sua característica multidisciplinar acabam por despertar interesse de interpretação por várias ciências e por muitas vezes por pessoas fora das academias.

Isso porque o turismo ainda não se constituiu como uma ciência. Os cursos de turismo ainda têm essa dificuldade de defender seu objeto de estudo e o seu método. Afirma-se que não existe uma teoria do turismo que o sustente como ciência.

Por outro lado, é certo que é uma atividade econômica. Uma atividade que envolve pessoas e lugares. Envolve a cultura, a psicologia e as necessidades das pessoas. Assim, é objeto de interesse da Geografia, da História, da Economia, da Antropologia, enfim, das ciências humanas e sociais.

Para a Geografia, o turismo é uma atividade que produz uma dinâmica espacial que lhe interessa. O turismo produz e reproduz espaços, o espaço do turismo e por consequência movimenta e é movimentado pela sociedade.

O turismo é uma exigência da sociedade atual. Trabalha-se para ter condições de realizar o ócio, o não-trabalho. Isso é alcançado nas folgas, nas férias e na aposentadoria. Mas não é apenas os que trabalham que são atingidos pelo turismo, ele se estende a todos os seus dependentes também. Assim, todos um dia podem ser turistas.

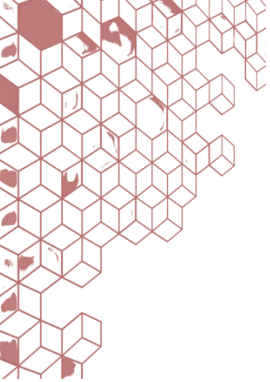
O objetivo desse livro é divulgar trabalhos que de alguma forma discutem a questão do turismo e principalmente na Amazônia. São trabalhos realizados pelo Grupo de Pesquisa “Turismo, Gestão e organização Espacial da Região do Baixo Amazonas” e do Projeto Institucional Docente “Turismo de Base Comunitária e Sustentabilidade na região do Baixo Amazonas”, da Universidade do Estado do Amazonas.

O organizador agradece as instituições governamentais do estado do Amazonas que possibilitaram a realização de alguns dos trabalhos, especialmente a UEA e a Fapeam, com apoio financeiro e bolsa de estudo.

*Prof. Dr. João D’Anuzio Menezes de Azevedo Filho*

*Organizador*





# 1

## *Turismo e lazer como experiência territorial e de oportunidade para qualidade de vida*

*Luzia Neide Coriolano*

---

### **INTRODUÇÃO**

O texto apresenta turismo como experiência de lazer territorial e de imersão social e cultural, em territórios turísticos, na busca de qualidade de vida. Como atividade essencialmente humana que favorece encontro de pessoas e culturas, indivíduos e grupos em lazer de viagem, em territórios turísticos. É reflexão sobre o turismo, para além de atividade econômica que é, como atividade essencialmente territorial, política que, para concretizações apropria-se de espaços e territórios. Turismo é abstração: o que existem são lugares e territórios. Territórios dizem-se espaços produzidos e delimitados pelas relações de poder, materializados para viabilização de inúmeras ações necessárias à vida humana, por exemplo, moradia, trabalho, circulação dentre muitas expressas pelo poder simbólico e cultural, pelas relações: natureza e sociedade; criação e cultura, trabalho e lazer, economia e política; identidade e representação, conexão e rede; hegemonia e subordinação, proteção e degradação. As territorialidades se efetivam em atividades humanas e turísticas, leva os que recebem visitantes proporcionar estadas dinamizadas pelas redes de serviços e comunicação que articulam residentes e turistas. O turismo materializa-se, em territórios que absorvem culturas e qualificam segmentos alocados no turismo convencional e no comunitário.

O texto analisa a abstração do turismo, que não é algo palpável, identificável e apreendido, o que existe e é consumido são materialidades de lugares aonde se faz turismo, os núcleos receptores. Os lugares turísticos detêm a oferta turística, expressa em atrativos naturais, culturais e técnicos, em serviços essencialmente turísticos por voltados a visitantes, e na infraestrutura de apoio a residentes. Os lugares estruturados para turismo, recebem infraestrutura complementar e se definem territórios turísticos. O turismo impulsiona políticas territoriais e proporciona experiências territorializadas.

A sociedade flexível, pós-industrial, prioriza serviços e aponta mudanças de paradigmas, ao tirar a hegemonia do trabalho e criar centralidades de lazer e turismo. Regida pelos serviços, inclusive os turísticos, a sociedade flexível redireciona a dinâmica socioeconômica dos territórios. Enquanto a indústria expulsa operários os serviços os acolhem, sendo o turismo um dos que mais absorvem força de trabalho, no Nordeste brasileiro. A atividade insere trabalhadores qualificados ou não, especializado, lúdico, intelectual, criativo, formal e informal. A economia flexível muda comportamentos sociais e, conseqüentemente, turistas, alguns deixam de ser mero consumidor e viajam em busca de experiências que promovam qualidade de vida. O crescimento do turista que vivencia experiências humanitárias, personalizadas, sensoriais e memoráveis, e dispensa pacote convencional, na busca de qualidade de vida comprova mudanças substanciais em segmentos turísticos.

O texto tem como problemática a ser aprofundada a mudança do capitalismo fabril para o flexível com prioridade de serviços, em especial o turismo, que para se realizar produz espaço territorializado. Tem o objetivo de analisar o turismo como experiência territorial, com oportunidades para promover qualidade de vida de turista. Mostra como acontecem mudanças em configurações de territórios na promoção de qualidade da vida humana, viabilizando experiências enriquecedoras que considera turista pessoa que aprende no contato com os anfitriões. Nesta compreensão adota-se metodologia dialética, entendendo o tema como totalidade histórica, sem antagonismo, permeado de conflitos e contradições. É esta visão de ciência, de sociedade e mundo que permeia os conceitos e as explicações da realidade empírica do turismo.

### **1.1 LAZER E TURISMO COMO POLÍTICA TERRITORIAL, PARA ALÉM DA ECONÔMICA**

Turismo é atividade econômica moderna de lazer em viagem, explicado em abordagem econômica, política e social, em todas se faz necessário destaque a geográfica, considerando o papel do espaço e do território na produção de turismo. Pode-se dizer que, enquanto atividade econômica, o turismo é também atividade territorial, essencialmente política, cultural e educativa. Possui o turismo carga ideológica forte, a ponto de compreender atividades, por exemplo, lazer e ócio de residentes, sendo necessário diferenciar as práticas. Lazer é entretenimento em tempo de folga de trabalho, muitas vezes facilitado pelas empresas, posto que voltado à

recuperação da força de trabalho, concentrado nas férias. É a diversão em forma de festa, filme, esporte, show, arte, espetáculo entre outros, consumidos em espaços especiais, praias, cinemas, teatros, transformado em mercadoria, realizado em tempo livre dos trabalhadores. O turismo é diferente, não é simples lazer, só usufruído pelos que viajam.

O lazer é produto da sociedade industrial para recuperação de energias, exige consumo, por isso diferente de ócio que é gratuito, de âmbito pessoal, remete à intimidade e representa algo liberatório, hedônico, próprio de pessoas que adotam prazer e felicidade como bens supremos da vida (CUENCA CABEZA, 2003). Dificilmente se faz lazer sem consumo, posto que seja mercadoria. Assim, é atividade funcional produzida pelo capitalismo industrial, na reposição de forças do trabalhador, mas acaba por ser forma de explorá-lo, pois sem consumo, dificilmente se usufrui de lazer. Contudo, muitas pessoas que fazem resistência ao consumo criam formas prazerosas de lazer lúdico, simples e envolvente e educativo. Muitas vezes é cansativo e desgastante, não voltado à qualidade da vida humana, mas ao consumo de produtos de ampliação de lucro e negócios. Nada escapa à exploração capitalista e cada vez mais difícil o ócio despreendido e libertador, como faziam antigas comunidades. A “indústria” do lazer investe no marketing para torná-lo campo vasto de exploração de negócios, preocupada mais com o lucro do que com qualidade de vida das pessoas. Ócio, lazer e turismo são, pois, atividades distintas e pensar a qualidade da vida exige compreensão de distinções para não se deixar enganar.

A atividade industrial, além de lazer cria turismo, em meio a prazeres decorrentes da evolução do modo de vida da civilização contemporânea, com viagem e serviços confortáveis e prazerosas, porém fato é que nem todos usufruem do lazer em viagem. O turismo ocupa importante papel no conjunto de políticas econômicas territoriais e insere-se na dinâmica econômica do capitalismo global, como atividade de expansão do capital industrial, concorrente do capital financeiro, que comanda, cada vez mais, serviços e formas de repartição e destinação de riquezas, pela apropriação de territórios.

Nesse contexto, territórios selecionados transformam-se em *locus* de turismo, permeado de reordenamentos, adequações e ajustes espaciais para recepção de fluxos de turistas dispostos a desfrutar do lugar e da oferta turística que nele existe. O espaço natural é transformado em espaço humanizado, “tecnificado”, turistificado, cheio de “próteses”, conforme a teoria de Milton Santos (2008) Próteses e rugosidades explicam

o que ocorre em territórios turísticos. Próteses são construções modernas que substituem as arcaicas e servem de elo a fluxos de informações, pessoas ou capital. Os lugares turísticos enchem-se de viadutos, túneis, teatros, centros de evento e shoppings, construções artificiais que substituem da natureza, e servem em especial a residentes. Rugosidades, em Santos (1982), são construções antigas perceptíveis que se mesclam com modernas, contrastando-as, em territórios com resistências de concretude preexistente às forças de superposição. Não se deixam destruir, posto que produtos do legado histórico exibidos em formas como elaboradas e, como explica Santos (1982, p.42) são:

O envoltório inerte dos instantes que marcam a evolução da sociedade global. Formas antigas que permanecem como herança das divisões do trabalho no passado e as formas novas que surgem como exigência funcional da divisão do trabalho atual ou recente.

Milton Santos (2008) diz que o espaço transformado em território passa ser “um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá”. (2008, p. 63). O turismo associado ao progresso tecnológico institui reorganizações territoriais, confere nova configuração aos espaços, especialmente em litorais, produzindo o fenômeno dos *water fronts*. Territórios diante de águas salgadas ou doces, valorizando elementos geográficos que margeiam, oceanos, mares, rios, baías, enseadas, cachoeiras, passam por ordenamentos e recebem infraestrutura de lazer e turismo, é o caso dos complexos hoteleiros e resorts modernos, que vão além de atrativos turísticos, territórios turísticos. *Resorts* são exemplos de *water fronts* bem-sucedidos, fenômeno que mostra a inconstância do capital e como se reacomoda para acúmulo, com novas configurações territoriais, ou reestruturações produtivas que mostram o domínio do capital sobre a imobilidade de ambientes construídos e formas de superação da crise econômica.

O capital encontra formas novas de se reproduzir, no turismo com a produção de territórios. Assim, territórios turísticos são, a um só tempo lugar de estratégias para o capital, do espetáculo e embevecimento de turistas. O turismo como processo de acumulação produz configurações territoriais contraditórias, pela luta de interesses entre Estado, empresas e sociedade. A dinâmica externaliza as relações produtivas do espaço e o exercício de poder do Estado, das classes empresariais e das comunidades em

relações de conflito por interesses particularizados. As políticas territoriais de turismo inserem-se em sistemas logísticos globais, sob o comando de corporações e bancos internacionais financiadores dos territórios que, às vezes, se sobrepõem à lógica de governos estadual e municipal, redirecionando-as para interesses do capital global, embora guardem relativa especificidades locais.

Turismo é forma especial de lazer porque exige viajar. Ninguém é turista onde reside. As pessoas aproveitam férias, finais de semana, tempo livre do trabalho e viajam para lazer distante. São turistas propriamente ditos: o motivo da viagem é o lazer. Diferente dos que viajam por motivos diversos, às vezes até a trabalho, mas fazem lazer, e assim, são também turistas. As pessoas viajam em diversas circunstâncias cuja demanda estrutura segmentos da atividade: turismo de férias, negócios, eventos, terceira idade, religioso, rural, ecoturismo, aventura e de raiz, entre outros. Turismo é também direcionado à recuperação do trabalho humano, mercadoria sofisticada, invenção da sociedade de consumo. É fenômeno próprio da classe rica que comprar viagem e serviços da cadeia produtiva. Mas o turismo é produzido no “circuito superior como no inferior da economia” (SANTOS, 2004), de acordo com o padrão convencional para atendimento a ricos que podem comprar lazer em viagem e nas periferias urbanas e do capital para atender pessoas de poder aquisitivo menor. Chega nos países ricos, assim como aos periféricos, estendendo o raio de ação aos lugares tidos como subdesenvolvidos e às classes pobres que passam a usufruí-lo, mas sobretudo a produzir serviços turísticos.

Turismo é atividade produtiva moderna que reproduz a organização territorial e econômica, desigual, face às diversidades de intenções, culturas e estilos de vida. É também trabalho, pois, para desfrute do lazer, outras pessoas trabalham. Assim, há dois grupos distintos: os que trabalham e os que fazem lazer em viagem, turistas. O turismo passa pelas transformações resultantes da mudança do nível de consciência das pessoas, no que se refere à defesa dos direitos humanos e proteção ambiental, anseio de todos. Assim, há turismo para todos os gostos e bolsos. O de massa, estandardizado, não atende a todas as demandas, há os preferem turismo personalizado, de pequenos grupos, no contato com a natureza, com o rural e pessoas. As constatações impulsionam mudanças, com o surgimento de novos turistas, novas formas de produção com maiores flexibilidades, esquecendo o consumismo, voltando-se à qualidade de vida do turista. As

transformações do turismo fazem-no passar de vítima a protagonista da responsabilidade social e ambiental.

Turistas trocam satisfações genéricas e consumistas pelas específicas, segmentadas e personalizadas. Querem vivenciar lugares, conhecer pessoas e culturas, sobretudo trocar experiências, o que ajuda a melhorar a pessoa e tornar os lugares saudáveis e aconchegantes. As transformações ocorrem também pela tomada de consciência maior dos produtores dos serviços turísticos, atentos à proteção e conservação do patrimônio natural e cultural, com o trato com a água e com o bem-estar do turista, com a qualidade de vida entendida como maneira de bem viver e não de acumular bens. A gestão de territórios avança para adoção de princípios de ética, qualidade, igualdade e sustentabilidade, com atenção e respeito às pessoas e territórios. Assim, o turismo se expande por áreas periféricas, excluídas do turismo convencional, denotando a força da inércia e da inclusão em contraposição à da exclusão.

## **1.2 APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO E PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS TURÍSTICOS**

O espaço natural faz-se geográfico com a presença humana, pois, sem as pessoas, é apenas espaço natural, ou natureza cósmica. Na alocação do espaço natural, as pessoas fazem-no humanizado e imprimem-lhe marcas humanitárias, fazendo-o natureza socializada. Intensas transformações levam-no à territorialização, espetacularização e, assim, muitos perdem o acolhimento, deixam de ser saudáveis, levam o residente ao estranhamento, passam a ser “selva de pedra”, por ter as pessoas em segundo plano, dando prioridade a carro, computador, robô ou tecnologia. Produzem-se lugares duros, frios onde pessoas se atemorizam e questionam o significado de o ser humano deparar o desumano.

O espaço socializado é produzido pelas pessoas, pela sociedade apropriando-se do espaço natural. É o conjunto de objetos da natureza, solo, água, montanha, cachoeira, floresta associada à produção humana como estrada, roça, ponte, rua, prédio, ou seja, as “próteses”, tudo o que se constrói, além de relações sobre tais objetos. O espaço é “resultado da ação das pessoas sobre o próprio espaço, intermediado pelos objetos, naturais e artificiais”, explica Milton Santos (1996, p. 71). Sendo o espaço produção humana, inerentes à produção estão ideais, pretensões, técnicas, designer, cultura, o que leva Lefebvre (2008) a considerá-lo espaço social, político, ideológico.

O processo de produção territorial de governos, empresários, sociedade, grupos ou indivíduos se apropriam do espaço para geri-lo, dotá-lo de condições de moradia, circulação, trabalho, lazer e acolhimento de turista. Produtores do espaço, desde empresários industriais, fundiários, imobiliários, pessoas individualmente, e mesmo pobres da periferia, são responsáveis pelas produções espaciais que se dão com impactos socioespaciais. No ininterrupto processo de produção e organização do espaço, ocorre espacialização seletiva de lugares orientada pelos atributos naturais, relevo, presença d'água, recursos naturais relevantes à estruturação e valorização do espaço que passa a território ou espaço de poder.

A seletividade de espaços convenientes à incorporação de usos humanos induz a práticas de ocupação, urbanização, estilização, espetacularização, marginalização, gentrificação ou como diz Santos (2008) dá-se a configuração de espaços luminosos e opacos. Os que acumulam densamente tecnologias e informações, aptos a atrair atividades econômicas, capitais, tecnologias e turistas consideram-se luminosos, e os territórios que não progridem, não avançam e não se transformam são opacos. Dessa forma, o capital, inserido em atividades econômicas, alocado por diferentes pessoas ou grupos econômicos, é investido desigualmente em diferentes espaços. A transformação do espaço natural em turístico leva à reestruturação espacial e cria formas e funções no processo produtivo do espaço. Produções e destruições imbricam-se dialeticamente, na conjuntura da produção espacial e de organização da atividade turística pela valorização do espaço (MORAES, 2005) exige se viabilize a reprodução das condições de produção, nas múltiplas atividades, que envolve diferentes sujeitos, na participação da produção espacial.

Direcionado ao turismo, o espaço passa por constante processo de produção, com articulações dos sujeitos produtores da territorialidade em práticas socioespaciais e políticas. Pelas atividades econômicas, os espaços transformam-se, são valorizados e dinamizam relações socioespaciais. Diz Moraes (2005, p.43) que “a valorização do espaço é um processo historicamente identificado na formação de territórios”. Apesar da estreita relação entre espaço e território, os conceitos não têm o mesmo significado. E Raffestin (2009) diz que o primeiro antecede o segundo, sendo o território produzido pelo espaço. Quando o espaço é apropriado, ocupado, dominado torna-se território. Quando as pessoas se apropriam de um espaço são levadas a territorializá-lo. Território é, pois, espaço habitado, ocupado e administrado. A produção de território perpassa

multiplicidade de formas de delimitação, apropriação e transformação pelos grupos e classes sociais distintas, e requer controle.

É no território que se processa a condição de vida do ser vivo e, em especial, do ser humano, que é territorializado. Mas, territorialidade nos humanos “é melhor pensada não como algo biologicamente motivada, mas enraizada social e geograficamente” (SACK, 1986, p.3). Está relacionada intimamente em como as pessoas usam a terra, se organizam no espaço e dão sentido ao lugar, sendo, portanto, a territorialidade a chave para se entender como a sociedade, espaço e tempo que estão conectados. No território ocorre a materialização das relações sociais de poder, em contradição e conflito de interesses. Relação de “interdependência e inseparabilidade entre materialidade que inclui natureza, e uso que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.247). Pela vivência no território, Santos e Silveira (2001) afirmam que não é o território em si que constitui categoria de análise, mas o território usado ou utilizado.

A apropriação de territórios pelo turismo verifica-se pela política pública, com metas e diretrizes políticas norteadoras da produção territorial. Os diferentes agentes da produção territorial para o turismo têm políticas de direcionamento, de produção do espaço ou transformação territorial, que as estruturam e dinamizam. Dessa forma, disputa de poder e regulação de território são pontos centrais da relação conflitiva entre Estado regulador e normatizador do território e empresas. Predomina a racionalidade hegemônica, em detrimento da cultura e história das comunidades nesse processo. Santos (1996, p.207) reforça:

O território é a arena da oposição entre o mercado- que singulariza – com as técnicas da produção, a organização da produção, a geografia da produção, e a sociedade civil – que generaliza – e desse modo envolve todas as pessoas. Com a democracia do mercado o território é suporte de redes que transportam as verticalidades. Isto é, regras e normas egoísticas e utilitárias, do ponto de vista dos atores hegemônicos, enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações.

Os territórios se unem verticalmente, o que no turismo, ocorre ao receberem os lugares financiamentos para instalação de redes modernas. Na união horizontal, reconstroem a base da vida em comum, sem preocupação com vínculos globais. Mas, em qualquer circunstância, território é relações de poder, daí Foucault (2007) destacar



que o poder não é apenas negatividade e repressão, mas instrumento de produção territorial. Raffestin (1993) acrescenta que o poder controla e domina pessoas e territórios.

Territórios são meios e produtos de relações de força e de poder que se estabelecem de forma contraditória e articulada criando lugares e territórios diferenciados. Na explicação de Santos (1999), existe guerra econômica, entre lugares e territórios que se configuram como *locus* de resistência, pelas diferentes competitividades, capacidades, oportunidades e possibilidades não somente de inserção do capital, mas de evolução das pessoas. É, nesses lugares, que a luta cotidiana se trava, na espoliação da força de trabalho, fluxos da mais-valia, na reestruturação produtiva da acumulação capitalista. O capitalismo industrial, financeiro, imobiliário, da sociedade flexível, comanda a “guerra de lugares”, (SANTOS, 1999, p. 88) em termos fiscais, em níveis global e local. É a dinâmica externa do capital que induz dinamismo dos territórios pela indústria ou turismo.

Assim, dinâmicas produtivas de territórios realizam-se em processos de inclusão/exclusão, continuidade/descontinuidade, encaixe/desencaixe, horizontalidade/verticalidade com territorialidades e economias desiguais e combinadas. A esse respeito diz (SOJA, 1993, p. 132). “a acumulação do capital produz riqueza e pobreza, como movimentos mutuamente determinantes do movimento desigual e conjunto do capital”. E a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado explicada por Trotsky ressalta que “as distintas proporções no crescimento da vida social e a correlação concreta dos fatores são desigualmente desenvolvidos e distribuídos no processo histórico-geográfico”. (NOVAC, 1988, p. 9). Como aspectos fundamentais do movimento contraditório têm-se o domínio das forças produtivas. Variações dos fatores da história dos territórios servem de base ao surgimento do fenômeno do desenvolvimento socioeconômico, em constantes transformações. Daí por que Santos e Silveira (2001) destacam que as práticas sociais e a simbologia dos territórios não são apenas do espaço físico, pois:

Território não é o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo ser humano. É o chão e mais a população, isto é, identidade, e fato e sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi (2001, p.56).

Os territórios possuem valores, manifestações culturais e identidade, vida própria, história, intencionalidades e dinâmicas. Assim, as formas dos territórios convencionais ou alternativas de interesses sociais, focadas no desenvolvimento humano, denominam-se por Perico (2008, p.54) “territórios de identidade”, “territórios de cidadania”. Pois a base da delimitação territorial é a identidade entendida como fator estruturante da organização e da mobilização que integra pessoas, lugares, comunidades que passam de territórios de exploração a territórios solidários. Sua apropriação, entretanto, não se dá apenas pelos que privilegiam a reprodução ampliada do capital, pois comunidades organizam o turismo em territórios solidários, forma diferente de apropriação territorial, com emergência de organizações em forma de resistência com políticas, lutas e formas de não aceitação às imposições hegemônicas sobre o território. O que leva Haesbaert explicar da seguinte forma:

Ao lado da geopolítica global das grandes corporações brotam “micropolíticas” capazes de forjar resistências menores – mas não menos relevantes, em que territórios alternativos tentam impor sua própria ordem, ainda minoritária e anárquica, mas, por isso mesmo embrião de uma nova forma de ordenação territorial. (HAESBAERT, 2002, p.14).

A territorialização de sociedade pelas diferentes condições e interesses, mostra que a raiz do movimento se encontra na produção de espaços movidos pelos grupos com identidade e cultura incorporadas em lutas e vivências socioespaciais. Pois a territorialidade consiste em influenciar, controlar pessoas, grupos, fenômenos e relações ao delimitar e assegurar o controle do espaço.

### **1.3 IMPACTO DO TURISMO NA QUALIDADE DE VIDA**

O impacto do turismo, na qualidade de vida do turista e anfitrião é tema emergente e tem crescido em estudo e pesquisa. Investiga-se o turista, comportamento, como se sente em viagens. Pesquisas versam sobre o que o turista antipatiza ou de que gosta, buscam nível de satisfação com atrativos e serviços, no contato com anfitriões, em núcleos receptores. Enfocam questões disposicionais, situacionais e interativas, porém, tem sido pouco investigada no Brasil a contribuição do turismo no aumento da qualidade de vida e bem-estar do turista. Embora de forma não generalizada, há experiências de turismo de qualidade, nos eixos convencional e comunitário, quanto à

qualidade de vida das pessoas. Anfitriões trabalham com turismo e oferecem serviços e são turistas vez por outra, fazendo lazer longe de onde residem.

Qualidade de vida e bem-estar fazem-se foco de conversas, discussões e estudos, não modismo e interesse passageiro, impondo-se como necessidade do mundo moderno que adota modo de viver e produzir marcado pela competitividade, consumismo, degradação e poluição e ameaça a vida humana. Qualidade de vida é desejo a ser alcançado, no estágio atual do desenvolvimento da humanidade, deseja-se viver melhor com o avanço da civilização. Prolongar a vida é cada vez menos desafio técnico para a medicina, considerando a eutanásia, viver em condições limitadas e de modo incapacitado é inadmissível, diante de tanto conhecimento e domínio de tecnologias. Não basta prolongar a vida, o que as pessoas desejam é prolongá-la com qualidade de vida e bem-estar social. Diz o médico Nobre (1995) no Editorial da Revista do Instituto do Coração de São Paulo - INCOR:

Qualidade de vida é uma questão a ser buscada dentro dos programas de qualidade total das empresas, é o tempo de trânsito e as condições do tráfego entre o local de trabalho e a moradia, é a qualidade dos serviços médico-hospitalares, é a presença de áreas verdes nas cidades, é a segurança que nos protege dos criminosos, é a ausência de efeitos colaterais de medicamentos de uso crônicos, é a realização profissional, financeira, é ter cultura, educação, lazer, conforto, boa moradia, saúde, amor, o que cada um pode considerar importante para bem viver (1995, p.299).

Implicam-se condições pessoais, sociais, econômicas e culturais, além de condições do ambiente onde se vive, cidades ou áreas rurais, com implementação de políticas públicas que proporcionem bem-estar às populações. Certamente não depende somente de políticas de gestores públicos, mas do cuidado de políticas privadas, de residentes, de todas as pessoas, com o ambiente. A crítica ao desenvolvimento segregado e depredador da natureza leva à exigência de modelo de desenvolvimento pautado no respeito à natureza e às pessoas. Sobretudo ao se constatar que em pleno século XXI de consciência ética e responsabilidade ambiental as pessoas não foram imbuídas e agravam riscos urbanos e ambientais comprometendo a qualidade da vida humana. A intensificação de urbanização e industrialização gera inúmeros problemas de qualidade em cidades e campo comprometendo lugares, instigando sua busca. Conceituar qualidade, apesar de difícil, considerando que envolve multiplicidade de critérios, além do cuidado com

lugares e pessoas, no atendimento das necessidades, frente às condições naturais, socioculturais e econômicas, é exigência.

Diz Marx-Neff (2012) que as necessidades humanas inerentes às pessoas, definitivamente demarcadas, são as mesmas em todos os lugares e em todos os tempos, o que muda são satisfatores de necessidades. O modo de produção capitalista tenta anular as necessidades essenciais à vida saudável e cria necessidades induzidas, trabalhadas pela mídia e propagada, com persuasão do consumo e acumulação, levando à perda da noção de necessidades essenciais de qualidade. Necessidades não indicam apenas privações, mostram sobretudo o potencial humano, sendo os satisfatores das necessidades formas individuais ou coletivas de ser, ter, fazer e estar, necessidades existenciais. O de que a pessoa necessita, em primeira instância, é ser humano, pessoa digna e consciente, primeira necessidade, segundo Neff. O ente humano e consciente, livre e cidadão, necessita de família, casa, trabalho, amigos, ambiente, transporte, lazer, entre mais coisas.

Assim é preciso fazer e estar para poder ser. Fazer cidade, casa, utensílios e assim surge trabalho, condição para estar. Necessidades fundamentais são atributos essenciais relacionados à evolução humana, quanto mais se introjectam e internalizam valores, mais a pessoa se qualifica como ser humano, que cresce em todas as dimensões. Casa, carro, computador, celular, por exemplo, são satisfatores, não necessidades, relacionados à necessidade de ser, ter, fazer e estar. Os satisfatores variam e se modificam ao ritmo da história, de acordo com cultura e processo civilizatório.

Necessidades existenciais junto a satisfatores externam necessidades axiológicas ou de subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ociosidade, criação, identidade, liberdade. A conjugação das necessidades satisfeitas, na dimensão humana traz qualidade de vida e desenvolvimento à escala humana. O ócio, necessidade axiológica, corrói-se e se substitui pelo lazer. Quando o cerne do interesse é apropriação, consumo e acumulação de bens materiais, terra, solo, riqueza, lucro, capital a qualidade da vida humana fica vulnerável e o desenvolvimento passa a econômico, com impactos desgastantes na vida humana. Diz Nobre (1995) que a ciência médica foi levada a formular o conceito de qualidade de vida e assim o definiu:

É a sensação íntima de conforto, bem-estar ou felicidade no desempenho das funções físicas, intelectuais e psíquicas, dentro da

realidade da família, do trabalho e dos valores da comunidade a que pertence” (p 299).

Subjetividade conceitual aplicável à pessoa, em qualquer circunstância, ao fisicamente capaz ou incapaz não leva em conta condições ambientais, nem comportamento influenciado pelo meio social, diga-se consumo capitalista, circunstância em que somente a pessoa avalia se tem ou não condições de qualidade de vida. Na medicina, indicadores genéricos da qualidade se aplicam às diferentes condições de saúde e refletem aspectos da vida das pessoas. A área médica avalia aspectos organizados, em conjunto de dimensões ou domínios, com medidas de forma individualizada ou ponderada com envolvimento de mobilidade física, repouso, funções cognitivas, satisfação sexual, comunicação, alimentação, reserva energética, dor, comportamento emocional, atividades recreativas, além da capacidade de lazer, trabalho, atividades domésticas e relacionamentos sociais. Os indicadores mostram que qualidade de vida implica uso pleno e absoluto de condições de vida humana, social, cultural, política e econômica.

Embora sem consenso a respeito do conceito de qualidade de vida são aspectos referenciais de grupo de experts de diferentes países reunidos na Alemanha, em 1995: subjetividade, multidimensionalidade, dimensões positiva e negativa. A definição desses elementos conduz à produção do seguinte conceito de qualidade de vida: “é a percepção do indivíduo sobre a sua posição de vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais vive, e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (THE WHOQOL GROUP, 1995). E assim a Organização Mundial de Saúde – OMS oficializa o conceito, e o mantém (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006)

Qualidade de vida é uma expressão que surge em 1920, com referência às condições de trabalho e consequências no bem-estar do trabalhador, afirma Ribeiro (1994, p.209). Após a 2ª Grande Guerra Mundial, intensificam-se estudos e pesquisas sobre o tema, na área acadêmica, antes restrita à área médica, quando se define qualidade de vida e criam-se critérios de avaliação da qualidade. O primeiro estudo de avaliação é registrado no Relatório da Comissão on National Goals, de responsabilidade do presidente americano Eisenhower, em 1960 (RIBEIRO, 1994), preocupado o estadista em avaliar a qualidade de vida da população do país. O relatório aponta os seguintes critérios: educação, crescimento econômico, saúde e bem-estar. O termo qualidade de vida, na literatura médica, está sempre associado à saúde, mas Ribeiro

(1994) defende que qualidade de vida é um conceito abrangente, sendo a saúde apenas um domínio. O assunto empolga e passa a foco de discussões, estudos e pesquisas acadêmicas em todas as áreas, sobretudo começam mudanças de mentalidade e comportamento, além de cobranças de alcance da qualidade de vida.

Definir qualidade de vida é tarefa árdua, por tratar-se de experiência subjetiva que depende de percepção, maturidade, capacidade de autoavaliação e sentimentos individuais. Trata-se de conceito de variáveis da vida de pessoas e ambientes, além de relacionar-se com bem-estar, felicidade e satisfação. Pesquisas sistemáticas sobre qualidade de vida, com início na década de 1960, avançam em países.

A expressão qualidade de vida se emprega politicamente pelo presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, em 1964, ao declarar que o governo se avalia pela qualidade de vida proporcionada a população americana, e não pelos saldos em bancos (RIBEIRO, 1994). A declaração impacta positivamente, dá visibilidade ao tema e leva governo e universidades a se preocuparem com a qualidade de vida da sociedade moderna. O que ocorre em especial nos estudos das ciências humanas, no sentido de apontar indicadores, parâmetros para a avaliação da qualidade e seu controle. Começa a luta de países para diminuição da mortalidade infantil assim como para aumento da expectativa de vida. Entre os critérios, está o de Fallowfield (1990, apud OGDEN, 2004) que apresenta dimensões de avaliação da qualidade de vida: psicológica - humor, sofrimento, emoções, adaptação à doença; social - relacionamentos sociais, atividades de lazer; ocupacional - trabalho; ocupações, criações; física - mobilidade, dor, sono e apetite.

Ribeiro (1994), estudioso da qualidade de vida, na psicologia define-a como bem-estar físico, mental e social, e não apenas ausência de doença. O psicólogo apresenta estudo teórico de profundidade e identifica estudiosos do tema, referências da explicação que apresenta. Identifica, no estudo de Campbel, de 1976, 12 domínios da qualidade de vida: saúde, casamento, família, governo, amizade, habitação, emprego, comunidade, fé, lazer, condições financeiras, participação em organizações. Atente-se para o fato de Campbel e Ribeiro (1994) terem incluído fé como parâmetro da qualidade de vida, mostra que o ser humano possui a dimensão espiritualidade que não pode ser esquecida. Hodiernamente se acredita, com base em pesquisas, que a religião cura, equilibra, impulsiona, e proporciona bem-estar e qualidade de vida. O exemplo é oferecido por Paiva (2007, p. 100) ao afirmar que:

Ellison (1998) registra que embora os achados empíricos não sejam inequívocos, as resenhas sistemáticas dos estudos têm registrado consistentemente que vários aspectos do envolvimento religioso estão ligados a resultados desejáveis da saúde mental, e que várias investigações recentes usando rigorosos métodos analíticos também registram efeitos salutaros de diversos indicadores no envolvimento religioso em ampla gama de resultados de saúde física e mental.

Cummins (2000) (apud LIBURD; DERKZEN, 2009) defende que, em primeiro lugar, qualidade de vida se refere à satisfação do indivíduo com a vida, tendo em conta indicadores: nível de vida, saúde, relações sociais, segurança, comunidade, espiritualidade e objetivos de vida. Qualidade de vida varia ao longo do tempo, à medida que se dão alterações na conquista da vida. Enea e Tanasoiu (2009) mostram que qualidade de vida implica condições materiais e sociais: condições de trabalho, quantidade e qualidade de serviços disponíveis, condições que vão ao encontro de necessidades espirituais, de lazer, liberdade política, ambiente. Há, nos condicionantes, conflito interno, pois muitas condições de trabalho ferem as de liberdade e lazer. Smith e Puczko (2009) mostram indicadores objetivos e subjetivos da qualidade de vida, sendo os objetivos: esperança de vida, situação profissional, estado civil, educação, trabalho semanal, condição de habitação, criminalidade, nível de pobreza, acesso às cidades da saúde, direitos legais. Subjetivos: felicidade, satisfação com a profissão, sentimento de pertença, relações familiares, relações sociais, níveis de stress, tempo de lazer, espiritualidade e férias (SMITH; PUCZKO, 2009).

Estudos como o de Sirgy, (2002) apud Ribeiro 1994, dizem haver ligação do conceito de qualidade de vida com o de bem-estar, expresso em aspectos subjetivos da qualidade de vida, como felicidade ou satisfação com a vida. Ribeiro (1994) defende que qualidade de vida depende da eficiência de domínios: saúde, trabalho, família, situação económica e felicidade. Observe-se que, em Sirgy e Ribeiro (2009) surge o parâmetro da qualidade de vida associado ao de felicidade. A ideia se fortalece com lastro conceitual dos estudos realizados em Butão, no Himalaia, quando o rei Jigme Singye Wangchick, que em 1972, cria no país o índice de Felicidade Interna Bruta – FIB, um indicador de desenvolvimento com apoio do Programa da Nações Unidas para o desenvolvimento-PNUD (FELICIDADE INTERNA BRUTA, 2017).

O cálculo do desenvolvimento do Butão considera, além do desenvolvimento económico, conservação da natureza e qualidade de vida das pessoas. Assim, os

parâmetros são o grau de satisfação e otimismo das pessoas, em relação às vidas mensuradas pelo bem-estar psicológico que avalia o grau de satisfação e de otimismo do indivíduo em relação à própria vida. Os indicadores incluem prevalência de taxas de emoções, positivas e negativas, e analisam a autoestima, sensação de competência, estresse e atividades espirituais; saúde - mede a eficácia das políticas de saúde, com critérios de autoavaliação da saúde, invalidez, padrão de comportamento arriscado, exercício, sono, nutrição; educação - leva em conta fatores como participação em educação formal e informal, competência, envolvimento na educação dos filhos, valores em educação, educação ambiental; cultura - avalia tradições locais, festivais, valores nucleares, participação em eventos culturais, oportunidade de desenvolvimento de capacidades artísticas, discriminação de religião, raça ou gênero; meio ambiente - percepção dos cidadãos quanto à qualidade da água, do ar, do solo e da biodiversidade.

Os indicadores incluem acesso a áreas verdes, sistema de coleta de lixo; governança - avalia a visão da população sobre governo, mídia, judiciário, sistema eleitoral, segurança pública, em termos de responsabilidade, honestidade e transparência, cidadania e envolvimento dos cidadãos com decisões e processos políticos; padrão de vida - avalia a renda individual e familiar, segurança financeira, nível de dívidas, qualidade das habitações. (FELICIDADE INTERNA BRUTA, 2017).

Ribeiro (1994) lembra que qualidade de vida tem variedade de características e multidimensões, mas é um valor universal. Auquier et all. (1997) propõem que a qualidade de vida seja definida pela distância entre expectativas individuais e a realidade e afirma que, quanto menor a distância entre as variáveis, melhor o nível de qualidade. Para Minayo, Hartz e Buss (2000), qualidade de vida é fenômeno que se inter-relaciona com diferentes dimensões do ser humano e engloba aspectos subjetivos, referentes à percepção do indivíduo sobre estilo de vida e aspectos objetivos que dizem respeito às condições de vida. Mostram Ferreira e Mendonça (2012, p.17) que qualidade de vida envolve:

Aspectos superiores: individuais: físicos, mentais, psicológicos e emocionais; relacionais – família, amigos, escola; sociais – saúde, educação, poder de compra; culturais – sistema de valores em que se vive, objetivos, expectativas, padrões e concepções relacionadas às diferentes circunstâncias da vida.

Nas últimas décadas, cresce a tomada de consciência, em relação a benefícios de bons hábitos de saúde e qualidade de vida. Postura que contribui para elevar a



promoção da própria saúde, critério de qualidade. Ao longo de estudos que aprofundam o conhecimento do tema, Coimbra (1985) mostra que qualidade de vida é a expressão que define o grau de satisfação das pessoas, no que diz respeito às necessidades essenciais ou fundamentais a proposição do chileno Max Neff (20012). Assim, considera somatória de fatores decorrentes da interação pessoa, sociedade e ambiente, para atendimento à vida, no que concerne às necessidades biológicas, psíquicas e sociais, inerentes ou adquiridas. De acordo com Forattini (1991), qualidade de vida se traduz, em essência, pela satisfação em viver, sendo o estado de satisfação ou insatisfação cerne da qualidade de vida, definida como experiência pessoal, com propósito de obtenção de melhores condições pelo ajustamento das situações, pois esse desejo indica presença ou ausência de satisfação.

O certo é que, nas últimas décadas, se têm valorizado conceitos de satisfação, felicidade, realização pessoal, bem-estar, liberdade, solidariedade. Com qualidade de vida avaliada sob o ponto de vista pessoal, familiar, coletivo e comunitário, na opinião de Ducan (1975). Na avaliação pessoal, busca-se apreender bem-estar em si, o que diz respeito à alegria, tristeza, stress ou raiva. Na visão coletiva, busca-se o bem-estar e qualidade de grupos e da própria Nação.

O Índice de Desenvolvimento humano - IDH é indicador internacional, desde 1990, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento que avalia o índice de bem-estar das pessoas em dimensões: saúde educação e renda. O indicador tem a atenção de segmentos da sociedade, em especial, governo, mídia, empresa, acadêmicos, tomadores de opinião e cidadãos esclarecidos. Dados do programa permitem comparar o monitoramento do desenvolvimento humano dos países. Avalia como qualidade vida longa e saudável, esperança de vida, e rendimento per capita. O IDH recebe críticas, a principal, de efeito compensatório, entre dimensões, o que deixa vulnerável a alocação de recursos, segundo índices confiáveis. Sobretudo os índices se revelam insuficientes para explicação da diversidade e complexidade de fatores que determinam o desenvolvimento dos países, ou seja, nível de bem-estar e qualidade de vida.

Pela teoria de Amartya Sen (2011) criticam-se os índices do IDH e do PIB, pois os indicadores de produção e consumo não mostram níveis de liberdade e nem a distribuição de renda justa. Ao longo do tempo, qualidade de vida passa a estudo de interesse das ciências política e humana quando a medicina e psicologia perdem a hegemonia da avaliação do bem-estar da pessoa e da sociedade.

Sobre o impacto do turismo na qualidade de vida, apesar de estudos incipientes, é possível afirmar que o turismo, apesar de atividade eminentemente capitalista e contraditória conta com experiências que contribuem para promoção de qualidade de vida de turistas e residentes que precisam ser divulgados e replicadas. A tendência mundial é que as pessoas se cuidem e façam prevenções de doenças o que tem sido fator motivador de viagem turística. Assim, cresce o número de turistas em temporadas em spas ou espaços hoteleiros especializados em tratamento alternativo de saúde e qualidade de vida. Os turistas procuram lugares que oferecem cuidados especiais com saúde, com terapias alternativas ou complementares, associadas a lazer, diversão e entretenimento. Buscam tratamento terapêutico, na superação do stress do cotidiano e adoção de hábitos adequados de alimentação, postura corporal, espaços para meditação, além de experiências e vivências com pessoas e amigos.

Ampliam-se hotéis com práticas terapêuticas e estéticas, prevenção de doença, manutenção e promoção da qualidade de vida. Espaços turísticos se especializam em práticas de cuidado com o corpo, sensibilidade, mente e espiritualidade como spas, resorts e hotéis de charmes, lugares especializados em condutas especializadas de atenção, escuta e atendimentos diferenciados. Cresce a procura pelas estâncias hidrotermais, balneários e hotéis especializados nas práticas de bem-estar, incluindo terapias alternativas, massoterapia, talassoterapia, hidroterapia, exercícios físicos, dietas e orientação de mudança de hábitos prejudiciais à saúde.

O Ministério do Turismo (2008, p. 53) destaca que “o turismo em busca da qualidade de vida e prevenção de doenças constitui segmento denominado turismo de saúde que oferece serviços turísticos especializados voltados à qualidade de vida, promoção da saúde com serviços paramédicos, terapêuticos e estéticos. O turismo de saúde, visto como opção para pessoas idosas e debilitadas, muda radicalmente a partir da busca da qualidade de vida pelos turistas e de estudos que comprovam a eficácia de terapias complementares de saúde como alternativa para evitar cirurgias de beleza e ingestão de drogas alopáticas (DE MASI, 2000). Na década de 1970, grande parte das estações turísticas e termais modernizam a estrutura de hospedagem e transferem o foco de recuperação da saúde para promoção da qualidade vida em ambiente de lazer e turismo. Fernandes e Fernandes (2011, p.100) mostram que:

As termas, *health centers*, *health clubs*, e spas integram-se a unidades hoteleiras, em especial resorts e passam a ser frequentados por um público diversificado, em especial turistas para atividades de relaxamento, reabilitação, saúde, desintoxicação, beleza, recreio, convívio social e qualidade de vida.

Os turistas ampliam as motivações de viagem em busca de qualidade de vida. Krippendorf (2000) afirma que se não fora o turismo os governos teriam que ampliar os sanatórios. E que a contribuição do turismo à qualidade de vida é inegável.

O turismo cada vez mais se assemelha a uma fuga em massa face às realidades cotidianas, em direção ao reino imaginário da liberdade. Em termos mais genéricos: fugir do ambiente contaminado e da selva de pedra para a natureza, fugir do barulho e do mau cheiro para a calma e o ar puro (Krippendorf, 2000, p.52).

O turismo transforma-se em espaço para cuidado com o corpo, mente e espírito e busca da qualidade de vida. Impacta na qualidade de vida da pessoa não apenas criando empregos e oferecendo lazer, mas, por oferecer experiências enriquecedoras com rebatimentos na qualidade de vida e bem-estar. A experiência turística contribui para satisfação e bem-estar considerando que turista em viagem, se permite relaxamento, descanso, sociabilidade, animação e oportunidades de aquisição de conhecimentos. O bem-estar em viagem começa por antecipação, experiência de viagem é libertadora e enriquecedora e o pós-viagem leva à rememoração de sensações, experiências, relações proporcionadas pelo turismo contribuindo para manter sensação de bem-estar por tempo. O turista é relacionado à pessoa que coleciona sonhos, lugares, amigos, souvenirs, carimbos no passaporte e isso lhe proporciona felicidade e qualidade de vida.

#### **1.4 A GUIA DE CONCLUSÃO**

Na busca de fechamento, mais do que de conclusão, considerando a incipiência da relação turismo com qualidade de vida, pode-se afirmar que há turismos e formas de concebê-los e as explicações passam necessariamente pela epistemologia ou visão de ciência, de sociedade, de mundo e do próprio turismo. Para a corrente teórico-metodológica crítica, radical, sendo o turismo uma atividade capitalista, serve para exploração de pessoas e territórios, é mais uma forma diferenciada de acumulação de capital. Nessa visão, é inviável pensar turismo como atividade humanitária, de encontro

de pessoas, viagem de amigos que curtem a vida e lugares e pouco consomem, mas crescem na dimensão do bem-estar. Que fazem viagens para aprender com experiências e acreditam que, assim, melhoram a qualidade de vidas. Nesta visão não há como conceber o turismo sem foco no consumo, voltado ao crescimento pessoal, partilhas, troca de saberes, vivência que levam a qualidade de vida.

Na visão crítica dialética, não radical, visão da autora, turismo mesmo atividade capitalista, contraditória, como outras, voltada às intencionalidades de mercado e empreendedores, promove a acumulação e oportunidades de bem-estar e qualidade de vida. O turismo tido apenas como atividade econômica é negócio mercadológico, voltado à oferta e à demanda para geração de resultados financeiros. Se empreendimentos turísticos, agências de viagem, companhias aéreas, meios de hospedagem, de restauração, e espaços de lazer vendem sistematicamente com obtenção de lucros, a empresa é sustentável. Mentalidade simplista, reducionista, não tem significado no mercado flexível, onde consumidores, turistas e empresários passam a compreender que o mercado mudou exigindo mudança dos negócios voltados às pessoas, tanto as que trabalham como as que fazem lazer. Daí empresas zelarem pela satisfação dos clientes em especial, turistas.

A sociedade flexível se fundamenta nos serviços e não na indústria e não se volta exclusivamente ao trabalho, cria centralidades o próprio turismo. O centro de interesse das pessoas não é apenas trabalho, mas lazer, turismo, bem-estar e qualidade de vida. O turismo melhora a qualidade dos serviços, passa atender de forma personalizada as necessidades dos hóspedes, o centro de interesse dos negócios volta-se também às pessoas. A lógica do trabalho insere inteligência, criatividade, multifuncionalidade, mas sobretudo, satisfação pessoal. E a dos que fazem turismo centra-se na qualidade do produto turístico, oportunidades de crescimento pessoal, bem-estar e qualidade de vida. O turista que busca qualidade de vida é sobretudo o que foge de pacotes turísticos convencionais, sofisticados e grã-finos, preferem hotéis locais, hotéis de charme ou pequenas pousadas, vivenciam realidades dos lugares visitados. O turismo encontra formas de se reproduzir em territórios solidários onde experiências comunitárias voltadas às pessoas e a qualidade de vida se realizam.

## REFERÊNCIAS

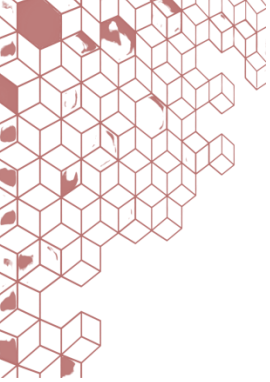
1. AUQUIER, P.; SIMEONE, M.C.; MENDIZABOL, H. *Approchés théoriques et methodologiques de la qualité de vie à la santé*. Revue Prevenir, v.33, p.77-86, 1997.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Promoção da Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. PNPIC: atitude de ampliação de acesso*. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, 2008.
4. COIMBRA, J.A.A. *O outro lado do meio ambiente*. São Paulo: CETESB/ASCETESB, 1985.
5. CUENCA CABEZA. *Ocio humanista, dimensiones y manifestaciones actuales del ocio*. Documentos de Estudios de Ocio, Bilbao, España, n.16, 2003.
6. DE MASI, Domenico. *O Ócio Criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
7. DUCAN, O. D. Does Money Buy Satisfaction? *Social Indicator Research*, v.2, p.267-274, 1975.
8. ENEA, C.; TANASOIU, G. The impact of tourism in enhancing the quality of life. *Review of International Comparative Management*, v.10, n.2, 2009.
9. FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB) NA PRÁTICA. O que é FIB? Disponível em: <[www.felicidadeinternabruta.org.br/sobre.html](http://www.felicidadeinternabruta.org.br/sobre.html)>. Acessado em: 09/01/2018.
10. FERNANDES, João V.; FERNANDES, Filomena M. V. *Turismo de saúde e bem-estar no mundo: ética, excelência, segurança e sustentabilidade*. São Paulo: SENAC, 2011.
11. FERREIRA, Maria Cristina; MENDONÇA, Helenides. *Saúde e bem-estar: dimensões individuais e culturais*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.
12. FORATTINI, O.P. Qualidade de vida e meio urbano. A cidade de São Paulo, Brasil. *Rev. Saúde pública*, São Paulo, v.25, n.2, p. 75-86, 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v25n2/01.pdf>>. Acessado em: 09/01/2018.
13. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
14. HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.
15. HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
16. HILL, A. (Org.). *Guia das medicinas alternativas: todos os sistemas de cura natural*. São Paulo: Hemus, 2000.

17. KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.
18. LIBURD, J.; DERKZEN, P. Emic perspectives on quality of life: The case of the Danish Wadden Sea Festival. *Tourism and Hospitality Research*, v.9, n.2, p.132-146, 2009.
19. MAX-NEEF, Manfred A. Desenvolvimento à escala humana. Concepção -Aplicação- Reflexos Posteriores. Blumenau: Edifurb, 2012.
20. MINAYO, M.C.S.; HARTZ, Z.M.A.; BUSS, P.M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.7-18, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7075.pdf>>. Acessado em: 09/01/2018.
21. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006
22. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. PNPIC: atitude de ampliação de acesso. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, 2008.
23. MORAES, Antônio Carlos Robert. Território e história no Brasil. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.
24. NOBRE, Moacyr Roberto Cucê. Qualidade de vida. *Arq. Bras. Cardiol.*, São Paulo, v.64, n.4, p.299-300, 1995. Disponível em: <<http://www.arquivosonline.com.br/pesquisartigos/Pdfs/1995/v64N4/64040002.pdf>>. Acessado em: 09/01/2018.
25. NOVAC, George. A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade. Tradução de Valdemir Lisboa Santos. São Paulo: Rabisco, 1988.
26. OGDEN, J. Psicologia da saúde. 2. ed. Lisboa: Climepsi Editores, 2004.
27. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL SAÚDE (1997). WHOQOL: Measuring Quality of life. Disponível em: <[www.who.int/mental\\_health/media/68.pdf](http://www.who.int/mental_health/media/68.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2017
28. PAIVA, Gerardo Jose de. Religião, enfrentamento e cura: perspectivas psicológicas. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v.24, n.1, p.99-104, jan. /mar. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v24n1/v24n1a11.pdf>>. Acessado em: 09/01/2018.
29. PERICO, Rafael Echeverri. Articulação de políticas e participação social. In: MIRANDA, Carlos et al. Articulação de políticas públicas e atores sociais. Brasília: IICA, 2008. p.29-169.
30. RAFFESTIN. Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

- 31.** RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcus Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Savério (Orgs.). Territórios e territorialidade: teorias processo e conflitos. São Paulo. Expressão Popular; UNESP, 2009. p.17- 35.
- 32.** RIBEIRO, J. L. P. A Importância da Qualidade de Vida para a Psicologia da Saúde. *Análise Psicológica*, Lisboa, v.2-3, n.12, p.179-191, 1994. Disponível em: <[http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/3090/1/1994\\_23\\_179.pdf](http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/3090/1/1994_23_179.pdf)>. Acessado em: 09/01/2018.
- 33.** RIBEIRO, J. L. P. A importância da Qualidade de Vida para a Psicologia da Saúde. In: CRUZ, J. P.; JESUS, S. N.; NUNES, C. (Ed.), Bem-Estar e Qualidade de Vida. *Contributos da Psicologia da Saúde*. Alcochete: Textiverso, 2009.
- 34.** SACK, Roberto David. *Territorialidade Humana: sua teoria e história*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- 35.** SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- 36.** SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo - razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- 37.** SANTOS, Milton. Classe média passa por metamorfose. *Jornal do Comércio*, Recife, 17 out. 1999. Seção Brasil.
- 38.** SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil. Território e sociedade no início do século 21*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.
- 39.** SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2004.
- 40.** SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
- 41.** SEN, Amartya. *A ideia de justiça*. Tradução de Denise Bottmann e Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- 42.** SMITH, M.; PUCZKO, L. *Health and wellness tourism*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2009.
- 43.** SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria sócio - crítica*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- 44.** WORLD HEALTH ORGANIZATION. *The World Health Organization Quality of Life (WHOQOL)*. Disponível em: <[http://www.who.int/mental\\_health/publications/whoqol/en/](http://www.who.int/mental_health/publications/whoqol/en/)>. Acessado em: 11/01/2018.

**45.** THE WORLD HEALTH ORGANIZATION QUALITY OF LIFE ASSESSMENT (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. Soc Sci Med., v.41, n.10, p.1403-1409, nov. 1995. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/8560308> . Acessado em: 10/01/2018.





# 2

## *Parintins: o turismo num lugar da Amazônia*

*João D’Anuzio Menezes de Azevedo Filho*

---

### **INTRODUÇÃO**

O turismo se refere ao desejo das pessoas de sair do seu local de vivência, viajar, conhecer novos lugares, aventurar-se, desbravar ou simplesmente, contemplar a paisagem, fugir do cotidiano do dia-a-dia do trabalho.

Nesse sentido, falar do turismo na Amazônia é referir-se a um permanente conhecer e reconhecer o novo, e nisso uma sempre nova descoberta, um novo devir. Dessa forma, sempre um lugar para visitar, para fazer turismo.

Desde o período das expedições colonizadoras e desbravadoras da região, no Período Colonial, mais precisamente entre os meados do século XVI e do século XVII, pode-se falar em turismo, não que se tratasse de uma atividade que propiciasse o lazer, como nos dias de hoje, mas a prática de desbravar uma região desconhecida já vislumbra uma das características do turismo moderno que é exatamente a busca do diferente, do exótico. Claro que a preocupação dos colonizadores era com a tomada de posse das terras, bem como a descoberta de riquezas que realmente justificassem o alto investimento da expedição.

Depois, são as expedições científicas, no século XIX, que nos trazem uma nova luz sobre esse processo de desbravar e buscar o conhecimento sobre estas terras, o que modernamente chama-se turismo. Porro (1995, p.9) afirma que essa parte das terras lusitanas foi sendo conhecida lentamente pela cultura europeia e para o império brasileiro, por se tratar de um imenso território, “demandou mais de quatro séculos, e na verdade ainda não terminou”.

As narrativas sobre as terras “descobertas” na Américas têm início desde a chegada de Colombo, em 1492. Suscita, assim, uma imensa curiosidade dos europeus pelas novas terras, principalmente, na busca de riquezas e posses (GALEANO, 1989). No Brasil, com a chegada de Cabral e o envio das cartas de Pero Vaz de Caminha, em 1500,

os mitos e fábulas envolvendo essas terras se estenderam e a idealização de um país “onde corre o leite e mel” e o “El Dorado” são bem conhecidos. As “imagens” criadas sobre a Amazônia e sua “invenção” enquanto imaginário do pensamento europeu, já foram tratadas por outros autores (SILVA, 1989; GONDIN, 2007; GONÇALVES, 2008, entre outros).

Silva (1989) desvela a constituição do espaço amazônico pelas diversas formas que se sucederam histórica e geograficamente. Primeira uma “Amazônia Indígena”, bem anterior a chegada dos colonizadores, formada por povos nativos, indígenas, com diferentes níveis de desenvolvimentos de suas técnicas, desde coletores e caçadores, a agricultores, artesãos, pescadores, etc, plenamente adaptados ao meio em que viviam. A “Amazônia Colonial” forjada no processo de dominação territorial e comercial e, finalmente, a “Amazônia brasileira” que se caracteriza pela constituição de um Estado Brasileiro, imperial e ligado aos interesses comerciais europeus, lembrando de resguardar nesse processo uma “Amazônia Revolucionária”, com a luta dos cabanos, para, assim, definir um “Paiz do Amazonas”. Não sem antes, destacar e esclarecer os diversos aspectos passíveis de abordagem no sentido de revelar o “mistério” amazônico que estava por trás de sua fundação. “À magia contida no mito, na invenção literária, no registro dos viajantes, sobrepõe-se a necessidade da pesquisa, da investigação sistemática, do esforço interpretativo, o que não exclui as representações acima aludidas (SILVA, 1989, p. 11).

Gondim (2007) retomando os escritos literários e crônicas dos navegantes desde o século XII até o “século das luzes”, quando começam a chegar na Europa os primeiros relatos sobre a Amazônia, para perceber que “a Amazônia não foi descoberta, sequer foi construída. Na realidade, a invenção da Amazônia se dá a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes” (p. 13). Uma Amazônia mitificada muito antes de sua descoberta.

Gonçalves (2008), por sua vez, vai falar sobre as imagens criadas acerca da Amazônia, para defender que “a imagem que normalmente se tem a respeito da região amazônica é mais uma imagem sobre a região do que da região” (p.12). Neste sentido a região sempre é vislumbrada pela interpretação que tem o colonizador, o dominador, inclusive o estado, sobre esse espaço e sua população desde tempos coloniais. Para então ser taxativo:

Assim a Amazônia nunca *é*; é sempre o *vir-a-ser*. E esse *vir-a-ser* nunca é o *vir-a-ser* das suas populações que, na região, constroem no seu dia-a-dia suas vidas, suas histórias, seus espaços, suas culturas. Ao contrário, é o *vir-a-ser* daqueles que vêm a região pelo seu potencial de exploração futura. É, na verdade, uma reserva de recursos (p.25).

Porro (1995) também confirma isso quando acrescenta a forte influência dos mitos no processo de colonização da Amazônia, relatando a descrição feita por frei Gaspar de Carvajal, o cronista da expedição de Francisco Orellana, em 1542, quando de sua passagem pela foz do rio Nhamundá, estando os viajantes “preparados e condicionados” para o que veriam a seguir:

E foi Deus servido que, ao dobrar uma ponta que o rio fazia, víssemos adiante branqueando na costa muitos e mui grandes povoados. Aqui demos de chofre na boa terra e senhorio das amazonas (CARVAJAL apud PORRO, 1995, p. 42).

O estudo da motivação para viajar, necessariamente ligada ao turismo, hoje em dia, relaciona aquilo que se fazia presente no pensamento medieval, do período do contato, a criação de um ideário psicológico, um desejo incontestado pela aventura e ambição, a mitificação de um lugar ainda desconhecido por si, tem sido realizado por pesquisadores como Luchiari (2000), Carlos (2002).

Na atualidade, segundo Luchiari (2000), a mitificação dos lugares turísticos está ligada a força que tem a mídia de vender paisagens e torná-la desejo de consumo de todo potencial turista. Essa forma de mitificação torna a natureza e seus recursos propriedade privada, possibilitando e criando com isso a privatização de lugares os quais eram considerados públicos. Mas a autora enfatiza que “o fenômeno turístico não é um mito, mas sim mitifica a realidade dando-lhe novos conteúdos” (p. 36).

Carlos (2002) argumenta que a indústria do turismo é capaz de transformar os espaços em espaço para o turismo. Transformando o presente e o passado do lugar em objeto de desfrute para os turistas.

A indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer, ilusório, onde o espaço se transforma em cenário para o “espetáculo” para uma multidão amorfa mediante a criação de série de atividades que conduzem a passividade, produzindo apenas a ilusão da evasão, e, desse modo, o real é metamorfoseado, transfigurado, para seduzir e fascinar (CARLOS, 2002, p. 26).

De qualquer forma, os viajantes, cronistas e cientistas que passaram pela Amazônia, fizeram turismo. Todos estavam imbricados na busca do novo, na descoberta, no conhecimento de uma nova realidade, de uma cultura. E, como hoje, muito de suas informações, mobilizam e atraem novos turistas.

Baseado apenas nas viagens científicas empreendidas a partir do século XIX pela região, destacadas por Saunier (2003), especialmente quando de suas passagens por Parintins, percebe-se a contemplação feita na descrição do espaço visitado por estes.

Von Martius viajou pelo Brasil entre 1817 e 1832. Quando navegava o rio Amazonas passou por Parintins em 1820: "(...) algumas palhoças ao sopé de uma colina de uns 200 metros de altura, coberta de mata virgem densa (...)". Estava se referindo a atual região da Valéria, depois continua:

Em seis horas de viagem, alcançamos Vila Nova da Rainha, ou Tupinambaranas [Parintins], que se acha situada sobre a margem meridional, 20 pés acima do nível das águas (...). O lugarejo compõe-se de diversas filas de cabanas baixas, quase todas sem janelas, cobertas com folhas de palmeiras (...). A estadia em Tupinabaranas proporcionou-nos muitos espetáculos da vida dos índios" (VON MARTIUS por SAUNIER, 2003, p. 44).

Alfred Russel Wallace, em seu relato Viagens pelos rios Amazonas e Negro, de 1948, juntamente com H. W. Bates, destaca:

(...) quatro dias depois chegamos a Vila Nova sãos e salvos. Era um longo caminho o que já havíamos percorrido, e isso deixou-me deveras satisfeito. Na praia, fomos cordialmente recebidos pelo vigário local (...). Não houve como recusar a hospitalidade.(...) Acredito que Vila Nova, entre julho e outubro, seja uma localidade excepcional para pesquisa entomológicas (WALLACE por SAUNIER, 2003, p. 45-46).

O casal Agassiz, Louis e Elizabeth, visitou o Brasil entre 1865 e 1866, passou por Parintins em agosto de 1865. Ela descreve, com seu olhar eurocêntrico, sobre as atividades das mulheres:

Nunca se vê um índio trabalhar nos cuidados internos da casa; não carrega água nem lenha, nem pega mesmo nas coisas mais pesadas. Ora, como a pesca só se dá em determinada estação, ele folga a maior parte do tempo. As mulheres, ao contrário, são muito laboriosas... Esperança está constantemente ocupada, quer em casa, quer fora. Ela rala a mandioca; seca a farinha, comprime o tabaco, cozinha, vare os quartos (AGASSIZ; AGASSIZ por SAUNIER, 2003, p. 52).

Já o médico alemão Robert Avé-Lallemant que clinicou no Brasil de 1838 a 1855 e depois, em 1857, fez uma excursão pelo Amazonas para avaliar a situação dos imigrantes alemães na região, reconhece a visão distorcida da Amazônia chegada à Europa, à época da conquista, afirmando:

(...) toda a Europa se mantinha tensa, recebia pasmada toda notícia de continentes recém-descobertos e enfeitava com fábulas e quimeras tudo o que não era positivo, houve época, em que se estava convencido do aparecimento, nalguns afluentes do grande rio sul-americano, de mulheres gigantescas, e da existência de homens de cauda (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 59)

E sobre a descrição da região, a altura de Parintins, acentua:

Não tardou avistarmos (...), na margem direita do rio, Vila Bela da Imperatriz (...). Vila Bela da Imperatriz fica a 20 pés de altura acima do nível mais elevado do rio, sobre um campo verde, que encosta na floresta por trás da cidade (p. 89).

Hoje o turismo na Amazônia cresce significativamente a cada ano. A valorização desse espaço para o turismo se dá principalmente pelo apelo ao verde, ao meio ambiente, bastante difundido a partir da constatação preservacionista que a região pode ser o último recanto de uma natureza intocada (DIEGUES, 2000). Desde a Hiléia de Humboldt, perpassando pela teoria do “pulmão do mundo” até chegar à ideia de “patrimônio da humanidade”, tudo de alguma forma instigou e estimula o turismo na região.

## **2.1 PARINTINS UMA CIDADE NA AMAZÔNIA**

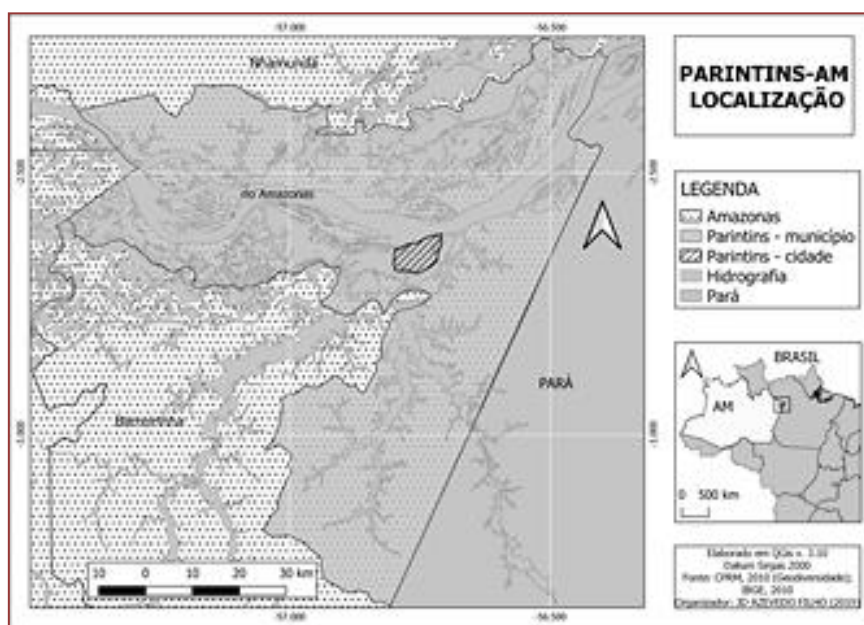
Parintins é a sede do município do mesmo nome, distante 360 km em linha reta e 400 km via fluvial da capital do estado.

Fundada desde 1796 (REIS, 1967), está assentada em um bloco de terras altas possivelmente desprendido do conjunto maior de terra-firme que se estende para o sul e leste, possivelmente por uma falha neotectônica, à margem direita do rio Amazonas, formando uma pequena ilha. São formações ocorridas entre o Plioceno-Pleistoceno, que os geólogos caracterizam como Formação Alter do Chão.

O Projeto Radam caracteriza as formações onde se encontra a sede do município como “Superfície pediplanada. Superfície de aplainamento conservado, elaborado em litologias paleozóico e/ou cenozóica. Eventualmente unida à superfície tabular mais alta” (BRASIL/MME, 1976).

O município é constituído de terras de várzea e terra-firme. Cerca de 30% das terras são de várzea. Possui terras tanto na margem direita como na margem esquerda do grande rio. Limita-se ao norte com o município de Nhamundá, a oeste com o município de Urucurituba, ao sul com o município de Barreirinha e a leste faz fronteira com o estado do Pará, mais precisamente com o município de Juruti (figura 01).

**Figura 01:** Localização da cidade de Parintins, Amazonas



Fonte: CPRM (2010); SIPAM (2010)  
Elaboração: J. D. M. Azevedo Filho (2019)

## 2.2 HISTÓRIA E OCUPAÇÃO DA REGIÃO

A história do (re)conhecimento do espaço amazônico data da época da colonização do continente americano pelos europeus, basicamente a partir das primeiras décadas do século XVI. A expedição de Francisco Orellana, descrita pelo Frei Gaspar de Carvajal, desde Quito, no Peru, descendo o rio Napo e Amazonas até o Atlântico, teve a duração de oito meses entre 1541 e 1542, foi o primeiro a descrever o Grande rio e a região banhada pelo mesmo. Segundo Porro (1995) citado por Braga (2002), não há nenhuma citação às ilhas Tupinambarana, ou outros nomes pela qual foi conhecida, nos relatos de meados do século XVI, cujos habitantes, que darão o nome a mesma, poderiam estar se

estabelecendo na região. Pois, segundo o autor, há relato de Diogo Nunes Machiparo ter encontrado um representante da etnia 600 km rio acima (BRAGA, 2002, p. 270).

Segundo Braga, a ilha de Tupinambarana foi descrita na expedição de Pedro Teixeira, pelo rio Amazonas, do Pará a Quito, em 1637, nos relatos do padre Cristóbal de Acuña, da Companhia de Jesus (BRAGA, 2002, p. 270).

Acuña, em seu relato, faz uma descrição mais detalhada do lugar com suas diversas ilhas e uma maior onde os índios Tupinambás, fugidos das perseguições engendradas pelos portugueses no litoral de Pernambuco vieram ocupar, não só essas, mas

sempre pelo lado esquerdo, atingiram as faldas da cordilheira que, desde o estreito de Magalhães, circunda toda a América; e desbravando os rios que dali descem rumo ao oceano, alguns chegaram a encontrar-se com espanhóis do Peru que habitavam as cabeceiras do rio Madeira (...). Diz-se também que, como saíram tantos, não podendo sustentar-se todos juntos naqueles ermos, foram-se espalhando por tão longo caminho, que deve ter no mínimo mais de 900 léguas e uns ficaram vivendo em algumas terras e outros em outras, pelo que, sem dúvida, toda aquela cordilheira estará cheia deles (ACUÑA, 1994, p. 74 – 148, citado por BRAGA, 2002, p. 271).

Ainda sobre a presença dos Tupinambarana na região, Porro (1995) acredita que os mesmos

teriam atravessado as chapadas da Amazônia meridional até chegarem, pelo menos alguns deles, aos primeiros estabelecimentos espanhóis na Bolívia. Daí terem descido o Madeira para se fixarem finalmente na ilha que levaria seu nome (apud BRAGA, 2002, p. 272).

Segundo Braga (2002), o nome Tupinambarana significa em língua Tupi “Tupinambá não verdadeiro”, fato devido à “degeneração, em que então já se reconheciam, como não mais os antigos, e intrépidos dominadores de todo o Brasil, como não mais de sustentarem o seu antigo brio e independência” (AMAZONAS, 1984, Apud BRAGA, 2002, p. 273). Nesse sentido, usar-se-á a denominação de Tupinambás quando se estiver falando da etnia fora da Amazônia e Tupinambaranas para aqueles grupos que se encontram na região.

Provavelmente a migração dos Tupinambás deve ter iniciado no segundo quartel do século XVI e seguido até o começo do século XVII, não poucos “mas uma série de movimentos messiânicos tenham levado muitos grupos Tupi do nordeste, em ondas sucessivas através da Amazônia” (PORRO, 1995). Já os relatos de Acuña estabelecem essa migração no ano de 1600, em apenas três tropas (citado por BRAGA, 2002, p.273).

Os primeiros relatos descrevendo o contado com os índios das Tupinambaranas datam de 1657, pelos jesuítas Manuel Pires e Francisco Veloso, vindos do Maranhão, em viagem pelo rio Negro. No ano seguinte foi a vez do provincial dos jesuítas, o padre Francisco Gonçalves, que estava acompanhado de Manuel Pires que veio fixar-se na região em 1660, para prestar assistência espiritual aos índios (CÉRQUA, 1980, citado por BRAGA, 2002, p. 271-2).

Baseado em Cérqua (1980) e Saunier (2003) é possível estabelecer uma periodização de Parintins, dos primeiros relatos, sua fundação até os dias atuais:

Em 1542, na expedição de Orellana, Carvajal relata a passagem por um povoado onde foram vistas cabeças de índios secas e espetadas, dando o nome de Las Picotas ao lugar. Logo depois avistaram a Sierra Gran (serra de Parintins).

Em 1658, é feita a primeira visita pelo padre Francisco Gonçalves, provincial da colônia ficando na ilha e denominando-a de Aldeia dos Tupinambaranas.

Em 1669, é fundada a primeira missão na ilha, denominada pelo Padre Betendorf de Missão de São Miguel dos Tupinambaranas, era 27 de setembro.

Em 1723, Padre Manoel dos Reis assume a aldeia e denomina-a de Missão de São Francisco de Xavier dos Tupinambaranas.

Em 1749, o padre José Gonçalves da Fonseca, em ocasião de sua passagem, vindo do Pará a Mato Grosso, denomina-a de Maracá. Pelos relatos do padre José Gonçalves, durante os anos de 1743 até 1749 houve uma redução significativa de moradores devido a epidemias de sarampo, varíola e beribéri.

No período pombalino, que se estendeu até 1796, os jesuítas foram expulsos da Amazônia e a missão de São Francisco Xavier dos Tupinambaranas, entra em decadência.

Em 1796, chega ao lugar José Pedro Cordovil, capitão de milícias, com escravos e agregados, denomina-a Fazenda Cordovil. Tornou-se grande explorador dos índios.

Em 1803, passa oficialmente à categoria de missão e recebe o nome de Vila Nova da Rainha por dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, Capitão-Mor do Pará.

Em 1804, um posto de fiscalização de produtos transportados pelo rio em direção ao Grão-Pará é instalado em Vila Nova, comandada pelo Capitão de milícias Antonio Vieira Corrêa da Maia. Dois anos depois o posto é transferido para as faldas da serra de Parintins que funcionou até 1824.



Em 1832, passaria a se chamar, com a troca do padroeiro, de Freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Tupinambarana.

Em 14 de março de 1848, ganhou um novo nome com a elevação de categoria para Villa Bela da Imperatriz.

Em 15 de outubro 1852, a Lei do Amazonas de Nº 2, após ser elevada a categoria de Freguesia, ganhou a categoria de Vila e Município, com o nome de Vila Bela da Imperatriz. Em 14 de março de 1853 foram instalados a Vila e o Município.

Em 24 de setembro de 1858, foi elevada a Comarca Vila Bela da Imperatriz com o novo nome de Parintins, por uma emenda apresentada pelo Deputado Padre Torquato Antonio de Souza. Parintins seria elevado à categoria de cidade com a denominação de Santa Leopoldina, mas o referido projeto ficou sem efeito.

Em 30 de outubro de 1880, definitivamente foi elevada à categoria de Cidade com o nome de Parintins, pela Lei Nº 499, do deputado Emilio José Moreira, da Assembleia Legislativa Provincial, projeto sancionado pelo presidente da Assembleia o Dr. Sátiro de Oliveira Dias.

A extensão territorial do município era de quase 26.000 km<sup>2</sup>, compreendendo terras que faziam fronteira com o Pará até as Guianas, ao norte. Havia uma área de litígio com o Pará incluída nesta extensão. Em 1955 com a criação, e desmembramento, do município de Nhamundá, perdeu 14.040 km<sup>2</sup>. Do litígio com o Pará perdeu mais 4.238 km<sup>2</sup>, ficando com os atuais 7.069 km<sup>2</sup> (SAUNIER, 2003).

### **2.3 INFRAESTRUTURA DA CIDADE**

A cidade de Parintins conta hoje com uma estrutura urbana invejável, considerando outros municípios do estado, pois é uma cidade Polo (na melhor concepção de polarização de Perroux), definido pelo Governo do Estado para as diversas ações como saúde e educação. A cidade possui todos os níveis de ensino, do básico ao superior: são 21 escolas estaduais de ensino básico, 130 outras municipais, na sede e no interior, dois campi de universidades públicas; uma rede de saúde que atende todo o município e os do entorno, inclusive dos municípios do estado do Pará, com grau de complexidade médio; sistema de tratamento e distribuição de água; produção e distribuição de energia elétrica a partir de uma usina termelétrica; bancos, correio, casas lotéricas e correspondentes bancários; significativo comércio; poucas indústrias e serviços de toda ordem. Guardados os problemas que se apresentam em todas as

idades, no que se refere ao atendimento público, Parintins pode ser considerada uma cidade referência para o estado.

Na parte turística possui hotéis de níveis diferentes, pousadas e conta com apoio de suítes disponíveis em residências que aderiram ao programa Cama e Café, há alguns anos. Possui poucos restaurantes de categoria, mas atende à demanda que ainda conta com várias lanchonetes, sem contar outros tantos que se estabelecem nos grandes eventos.

O Porto de Parintins, administrado pelo Serviço Estadual de Portos e Hidrovias (SNPH), do Governo do Estado, possui capacidade de atender todos os barcos e navios de pequeno calado que trafegam pelos rios da região. Com a nova reforma espera-se que os transatlânticos também possam ancorar. O aeroporto atende as necessidades da demanda cotidiana da cidade e recebe outros aviões, inclusive aeronaves maiores, como o Boeing 737, fretadas para o período do festival.

## 2.4 PARINTINS CIDADE DO TURISMO

O município de Parintins apresenta desde 1980 um crescimento populacional significativo. É considerado o segundo município em população do Estado e o quarto na distribuição do fundo de participação dos municípios.

**Quadro 1** – Crescimento populacional de Parintins

ANO	TOTAL	Cresc. (%)
1970	38.086	-
1980	51.381	34,91
1991	58.783	14,41
2000	90.150	53,36
2010	102.033	13,22
2018	113.168	10,88

Fonte: IBGE, Censos 1970,1980,1991, 2000 e 2010; estimativa 2018

Organização: J. D. M. Azevedo Filho

Essa condição é destaque entre os demais municípios, pois lhe possibilita manter uma estrutura administrativa significativa para os padrões da região.

Destaque superado ainda quando o enfoque é o Festival Folclórico de Parintins, realizado atualmente no último fim de semana do mês de junho (sexta, sábado e domingo). São três noites de apresentação dos dois Grupos Folclóricos mais importantes do Amazonas: os Bois-Bumbás Garantido e Caprichoso.

## 2.5 O FESTIVAL DOS BOIS-BUMBÁS GARANTIDO E CAPRICHOSO

O Festival Folclórico de Parintins se assemelha a outros como a Festa de Peão (Barretos-SP), Oktoberfest (Blumenau-SC) e mesmo o Carnaval (ou carnavais, pelo Brasil a fora). Essa atividade turística de evento se caracteriza pelo seu preparo ao longo do ano e se aprofunda nos três últimos meses para culminar com a apresentação em três dias (AMARAL, 1998).

Desde o fim do evento, no domingo, começam os preparativos para o próximo ano. A partir de março ou abril, geralmente, após os festejos do “Carnailha” (carnaval de rua) de Parintins, começam os trabalhos mais intensos na montagem de alegorias e confecção das fantasias e adereços. Os ensaios em ambos os “currais” (sede das agremiações, onde se realizam os eventos e festas) se intensificam, com a presença de brincantes e do público em geral, admiradores do Boi preferido, que aprendem as toadas e coreografia da dança. A cada ano as coreografias ganham alguma variação para acompanhar o enredo das toadas.

Nesse período, obedecendo a um calendário tradicional de cada Boi, são realizadas as festas pontuais, em seus currais e pelas ruas da cidade (quadro 02). Muitas delas coincidentes, todavia as agremiações obedecem aos limites do seu território. Esse limite é teórico, factível apenas na época do festival e das festas de rua: o lado direito da ilha, quadrante leste, é do Boi Caprichoso, de cor azul, e o lado esquerdo do Boi Garantido, de cor vermelha. O ponto de referência dessa divisão espacial é a praça da Catedral de Nossa Senhora do Carmo.

**Quadro 2** - Festas tradicionais dos Bois de Parintins precedentes ao Festival

Garantido	Caprichoso
Lançamento do CD	Lançamento do CD
Show dos turistas	Primeiro ensaio
Festa da Alvorada	Chegada do Boi Caprichoso
Festa de Santo Antonio	Baile Azul e Branca
Festa de São João/Promessa/de rua	Festa dos Namorados
Festa Vermelho e Branco	Festa do São João
Festa dos visitantes	Apresentação dos itens
Passagem do som/Bumbódromo	Boi de Rua
Morte do boi	Ensaio geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de entrevista com membros dos Bois Bumbás.

As festas citadas acima foram baseadas nas festividades dos últimos anos (2015-2018). A maioria das festas dos Bois Garantido e Caprichoso é fixa, pois compreendem

datas comemorativas (Festa de São José, bairro onde o Garantido foi fundado; Dia dos Namorados – Santo Antonio; São João). As outras festas são estabelecidas a cada ano pelas agremiações que criam um calendário das suas festas.

A cidade se transforma nesse período. A movimentação turística se intensifica um mês antes do início do Festival. Os hotéis começam a receber seus primeiros hóspedes, geralmente representantes das empresas contratadas para viabilizar a infraestrutura do evento, como obras públicas e energia elétrica e também das empresas privadas que atuam e comercializam durante o festival, como é o caso da empresa que detém o direito de transmissão e outros patrocinadores, como a Coca-Cola e Bradesco.

As obras de infraestrutura concentram-se na parte mais central da cidade com limpeza, pintura de meio fio, tapa-buraco e recapeamento quando necessário, iluminação pública, sinalização de trânsito e turística. Geralmente o Bumbódromo, o palco do evento, com capacidade para cerca de 17 mil espectadores, entre arquibancada e camarotes, recebe manutenção e reformas.

O sistema de segurança e saúde é reforçado. Os hospitais recebem equipamentos e recursos para atenderem a demanda do período, ao mesmo tempo é designada equipe médica para complementar o quadro local e ambulâncias para a cidade. Inclusive com UTI móvel e aérea.

A Guarnição de Polícia Militar recebe soldados e viaturas para atender as necessidades do momento, que chegam a 700 soldados a mais para atuar na segurança e prevenção de crimes e acidentes de trânsito. Equipes do Departamento de Trânsito (DETRAN-AM) também colaboram com a ação preventiva no trânsito da cidade que se modifica significativamente.

A Polícia Civil que tem um contingente mínimo no seu dia-a-dia é reforçada, alguns anos com mais 61 agentes sendo delegados, peritos criminais, escrivães e investigadores. Até uma equipe da Polícia Federal é designada para controle nos portos e aeroportos.

O Corpo de Bombeiros é outro serviço reforçado durante o Festival. Além de seus 22 membros, é reforçado com mais bombeiros e viaturas.

Toda essa organização é estabelecida por um órgão gestor criado pelo governo do Estado com o apoio da Prefeitura local, o Gabinete de Gestão Integrada (GGI) que tem a incumbência de coordenar as ações de controle dos serviços e prevenção dos acidentes durante o festival.

Vale ressaltar que todo o equipamento, viaturas, carros, caminhões, ambulâncias etc., são transportados de balsas para a cidade, visto não haver estradas que ligue Parintins a outros municípios e à capital. As pessoas envolvidas nesta ação são transportadas ou de barco ou de avião.

## **2.6 NEM SÓ DE BOI VIVE PARINTINS: RELIGIOSIDADE, CARNAVAL E CRUZEIROS**

A atividade turística em Parintins se baseia no Festival Folclórico, no mês de junho. Todavia deve ser destacado ainda o grande número de fiéis católicos que vêm à cidade para as festas da padroeira Nossa Senhora do Carmo, evento realizado entre os dias 6 e 16 de julho, com arraial, círio, missas e procissão. Nos últimos anos, tem se observado o frete de aviões para atender essa demanda. Barcos velozes, denominados regionalmente de “a jato”, que fazem a ligação com a capital, também são destinados ao transporte dos fiéis com viagens extras tanto para vinda como para a volta.

Um outro evento muito importante é o Carnailha, carnaval de rua realizado entre o sábado e a segunda-feira de carnaval. O palco é construído em uma das principais vias da cidade, a rua Paraíba, atrás do Bumbódromo, onde desfilam blocos irreverentes, blocos do grupo A, B e especial. Cada um com seu regulamento. Nesse evento também o número de serviços públicos é ampliado. O número de turistas nesse período é estimado em 15 mil pessoas (segundo a PMP).

O fluxo de turistas diferenciado se dá pela visita dos grandes navios transatlânticos que cruzam o rio Amazonas de sua foz até Manaus e vice-versa. Os grandes navios fundeiam em frente à cidade e os passageiros saem em pequenas embarcações motorizadas até o Porto da cidade. Geralmente as empresas de viagem já fazem uma programação em terra e vendem esse roteiro aos interessados. A excursão se baseia em passeio pela cidade e uma apresentação no curral do Boi Garantido ou do Boi Caprichoso, alternadamente. Os transatlânticos chegam pela manhã à cidade e partem no final do dia, com duração de 8 a 10 horas (figura 3).

Os passeios pela cidade e até mesmo a condução até os currais podem ser feitos em ônibus, mas principalmente em triciclos à tração humana.

**Figura 2:** Transatlântico na orla de Parintins



Fonte: JD Azevedo Filho, 2015

Os tricicleiros são um grupo de trabalhadores que atuam no transporte de passageiros e carga de pequeno porte na cidade. O triciclo é uma descaracterização de uma bicicleta, adaptando-a a uma bagageira feita de estrutura metálica composta por mais duas rodas (figura 04). São vistas frequentemente nas ruas da cidade fazendo principalmente o transporte de cargas de toda ordem e passageiros. No desembarque nos portos quando se chega à cidade é comum o uso desse meio de transporte.

**Figura 3:** Triciclo, um meio de transporte em Parintins



Fonte: [www.ojornaldailha.com](http://www.ojornaldailha.com)

No período do Festival Folclórico e na passagem dos turistas de transatlânticos, os triciclos são enfeitados e cobertos com palhas regionais ou simplesmente com lonas de plástico. Durante o Festival são decorados conforme a cor do Boi preferido do tricicleiro

e chama a atenção dos seus admiradores. Já na passagem dos transatlânticos os adereços regionais, como palhas, cipós e artesanatos, chamam mais a atenção. Atualmente esses trabalhadores estão organizados na Associação dos Tricicleiros de Parintins.

Diferentemente do período do Festival de Parintins, no período dos transatlânticos não há a preparação da cidade. Não há equipe de segurança, saúde, trânsito, pinturas ou reformas das ruas e instalações públicas significativos. Apenas as equipes contratadas adornam a entrada do porto, contatam a Associação dos Tricicleiros, acertam com as agremiações a apresentação do Boi e outros serviços necessários. Barracas de artesanatos são colocadas na área do Porto da cidade e nas proximidades. As despesas são pagas em dólares americanos.

Segundo dados obtidos junto aos trabalhadores, um vendedor de artesanato chega a ganhar por transatlântico de 100 a 800 dólares. Os tricicleiros 20 a 60 dólares.

Os agentes turísticos contratados em terra para atendimento dos turistas de transatlânticos não são ligados aos órgãos públicos. São geralmente agentes de viagem e empresários do turismo com forte conexão com as grandes agências de viagem que controlam o turismo de transatlânticos pela Amazônia.

A rota dos cruzeiros geralmente segue um caminho pré-determinado. Partem geralmente da Flórida, nos Estados Unidos, das cidades de Fort Lauderdale e de Miami, seguindo uma rota pelo Caribe e entrando no Brasil pelo rio Amazonas (Figura 5). As paradas no território brasileiro são geralmente em Macapá, Belém, Santarém e Manaus. Intermediária e alternadamente em Alter do Chão, Boca da Valéria e Parintins, pode ser na subida ou na descida do grande rio.

**Figura 4:** Roteiros de dois cruzeiros com destino à Manaus



Fonte: Agências de viagem: <http://www.cruisecompete.com>

Frequentemente o roteiro da viagem pelo rio Amazonas se dá no trecho do porto de origem até Manaus e de Manaus até o ponto inicial. São duas excursões com passageiros diferentes que revezam em Manaus com chegada e retorno de avião.

Outros roteiros são oriundos da Europa com saída frequentemente do porto de Amsterdam, na Holanda

### **2.7 A “BOCA DA VALÉRIA” UM NOVO ESPAÇO TURÍSTICO?**

A “Boca da Valéria” é o termo turístico do espaço visitado pelos turistas que viajam em cruzeiros pelo rio Amazonas. O termo boca regionalmente é usado para designar a entrada de um determinado rio ou paraná, é mais comum se referir a desembocadura de um rio de pequena ordem, num rio maior ou no rio principal. Nesse sentido, o termo sempre foi usado para designar a entrada dos viajantes  região da Valéria, pela foz do lago que recebe o nome da região, na parte mais oriental do município de Parintins.

A apropriao do nome parece ser uma estratégia de marketing para vender, turisticamente falando, esse espaço.

Na boca da Valéria está localizada a Comunidade de São Paulo. Na historiografia do lugar, essa região sempre foi citada pelos primeiros viajantes devido a presença da serra de Parintins que tem marcado os limites territoriais entre o Amazonas e o Pará. Posteriormente, em 1806, a região foi o local escolhido para um posto de fiscalizao de mercadorias que eram transportadas de barco em direo ao Grão-Pará. O posto funcionou até 1824.

Contam os antigos moradores, que nos anos 1970, devido à visitao dos primeiros transatlânticos, alguns moradores da Comunidade de Santa Rita de Cássia mudaram-se para a boca da Valéria.

A região da Valéria é composta de 8 comunidades (quadro 2). A maior delas é a Comunidade de Santa Rita com 58 famílias e uma escola municipal com 6 salas. É ligada por estrada  Vila Amazônia que se liga a Parintins por balsa (ferryboat).



**Quadro 2:** População das comunidades da Valéria

Comunidade	Habitantes
Santa Rita de Cássia	384
São Paulo	181
Bete Semes	178
Betel	143
Colônia Fé em Deus	121
Recordação	91
Samaria	88
Lago do Barro	74

Fonte: IBGE (2002), Agência Parintins  
Organização: J. D. M. Azevedo Filho

Além da floresta, a região é formada pelos Lagos Murituba, Lago Grande e Lago Pequeno, sendo uma região famosa pelos sítios arqueológicos e sua serra com cerca de 152m de altura (figura 06).

**Figura 06** – Transatlântico em frente da serra de Parintins na “Boca da Valéria” – Parintins-AM



Fonte: arquivo J. D. M. Azevedo Filho

Longe de definir essa localidade como um lugar turístico, a atividade desenvolvida pela ou pelas comunidades locais ainda não atingiu o nível de um turismo planejado e qualificado. Podemos dizer que se trata de um turismo espontâneo. Apesar de haver a visitação a mais de 30 anos, segundo os relatos dos moradores, e das ações pontuais da

administração pública municipal e estadual, principalmente nesses últimos 12 anos, não podemos caracterizar as atividades como as melhores opções. Todavia, ela acontece, os turistas continuam a visitá-la, há troca de experiência entre turistas e moradores, a atividade propiciou uma melhor especialização dos moradores que além de agricultores e pescadores, também são artesãos, motoristas de canoas de passeio, atendentes, auxiliares diversos. Há circulação de recursos por essas diversas atividades durante as visitas.

A perspectiva de um novo turismo, baseado no planejamento e na distribuição comunitária dos resultados, ainda é um devir. Carece de uma tomada de consciência dos moradores, do desejo destes de querer construir a atividade como um verdadeiro Turismo de Base Comunitária. Nela as ações seriam planejadas, articuladas, pensadas coletivamente, levando em consideração a segurança, a proteção à privacidade, às crianças, aos idosos e ao meio ambiente. E os resultados, ainda que poucos seriam distribuídos entre as famílias de acordo com os acordos realizados durante o planejamento.

## **2.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

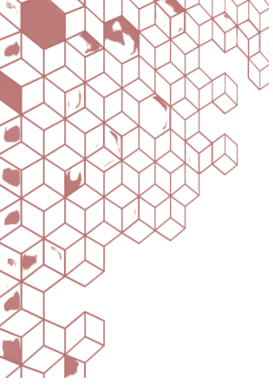
Em Parintins, é o Festival Folclórico referência do turismo local e nacional, escolhido pelo Ministério do Turismo como um dos municípios indutores do turismo no Brasil. Tem sua história e suas características recentes voltadas ao turismo articulado ao mercado internacional de lazer. Mas, carece de um planejamento que considere todos os atores envolvidos, sejam empresários ou moradores, para que o turismo seja fonte de renda para todos que dele participam.

Por fim, é necessário dizer que a forma como o turismo é realizado neste lugar, demonstra como funciona o turismo em quase todos os lugares da Amazônia, meio que no improviso, mas está acontecendo.

## BIBLIOGRAFIA

- 1.. AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. Festa à Brasileira: significados do festejar, no país que “não é serio”. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia) Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.
- 2.. AVÉ-LALLEMANT, Robert. No Rio Amazonas (1859). Tradução Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980
- 3.. BRASIL. Ministério das Minas e Energia. DNPM. Projeto Radambrasil. Vol. 10. Folha SA21. Rio de Janeiro: IBGE, 1976.
- 4.. DIEGUES, Antonio Carlos S. Mito moderno da natureza intocada. 3ª ed. São Paulo: Hucitec/NAPAUB-USP, 2000.
- 5.. BRAGA, Sergio Ivan Gil. Os Bois-Bumbás de Parintins. Rio de Janeiro: Funarte: EDUA, 2002 (Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP; orientadora: Draª Maria Lúcia Aparecida Montes).
- 6.. GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1989.
- 7.. GONÇALVES, Carlos Walter P. Amazônia, Amazônias. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- 8.. GONDIN, Neide. A invenção da Amazônia. 2ª ed. Manaus: Valer, 2007.
- 9.. LUCHIARI, Maria Tereza D.P. Turismo e meio ambiente na mitificação dos lugares. Turismo em análise. São Paulo:ECA/USP, v.1, nº 1, p. 35-43, maio. 2000.
10. MATURANA, Humberto. A ontologia da realidade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.
11. MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. Tradução Carlos Alberto de Moura. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
12. MORAES, Antonio Carlos R.; COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Crítica: a Valorização do espaço.2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
13. PORRO, Antonio. O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica..Petrópolis: Vozes; São Paulo: Edusp, 1996.
14. QUAINI. Massimo. Marxismo e Geografia. Tradução Liliana L. Fernandes. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
15. SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e Emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

16. SAUNIER, Tonzinho. Parintins: memórias dos acontecimentos históricos. Manaus: Valer, 2003.
17. SILVA, Marilene Corrêa da. O Paiz do Amazonas. Manaus: Valer/Governo do estado do Amazonas/Uninorte, 2004.
18. TUAN, Yi-fu. Paisagens do medo. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: UNESP, 2005.
19. TUAN, Yi-fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983
20. TUAN, Yi-fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.
21. REIS, Arthur César F. A origem de Parintins. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1967, p. 1-57



# 3

## *Turismo de base comunitária e sustentabilidade no município de Boa Vista do Ramos – AM*

*Ronaldo Torres Miranda*

*João D'Anúzio Menezes de Azevedo Filho*

---

### **INTRODUÇÃO**

O presente projeto procura evidenciar as formas de organização e apropriação do território para a prática do turismo no Baixo Amazonas, delimitando-se no município de Boa Vista do Ramos, abordando parâmetros que defina o papel da prática do turismo. Para maior compreensão acerca do Turismo de Base Comunitária (TBC), evidenciamos os principais fatores da região e seus atrativos turísticos, tendo em mente que para isso requer a adaptação do território e apropriação do espaço para sua transformação.

O objetivo desse trabalho é o de analisar e conhecer o potencial da atividade turística, tendo como base de sustentabilidade a cidade de Boa Vista do Ramos, e a comunidade de São Benedito. Também temos como objetivo, o levantamento de possíveis potencialidades, a verificação se há políticas públicas voltadas para essa prática na região. Além, de conhecer os projetos e atividades turísticas implementadas, ou em desenvolvimento na localidade, e identificar e anexar no presente projeto, os atrativos evidenciados na região de Boa Vista do Ramos.

A região Amazônica se torna cada vez mais um território de busca de novos horizontes, se torna um dos principais pontos de visitação pelos turistas. Com o Turismo de Base Comunitária sendo adotada por muitas comunidades, o turismo em comunidades se torna cada vez mais viável para os viajantes, que de acordo com Cruz (2003), vai em busca do exótico, de sair de sua rotina e deslumbrar o novo, conhecer novas culturas e costumes.

De acordo com Cunha (2001), os turistas seriam visitantes temporários, que passam algum tempo em um determinado local ou até mesmo um dia, mesmo que não desfrutem do local onde estão passando a noite, por estarem nesse local, isso já pode ser

considerado uma modalidade do turismo, ou seja, esses visitantes já estão praticando o turismo.

Para De La Torre (1994), o turismo vem a ser um fenômeno social, no qual necessita de um movimento voluntário de alguns indivíduos ou um grupo de indivíduos para um determinado lugar, por motivos de turismo tradicional, que no caso seria lazer, ou até mesmo por questões de saúde, mas acaba por gerar relações com o lugar visitado e com as populações tradicionais desse lugar, que acarreta numa suma importância cultural e social.

### 3.1 TURISMO, VIAGENS E COMUNIDADES

De acordo com Barbosa (2002), a palavra turismo teve sua origem no inglês *tourism*, originário do francês *tourisme*. Etimologicamente, a palavra *tour* (francês) é derivada do latim *tornare* e do grego *tornos*, significando um giro ou um círculo. Ou ainda, o movimento ao redor de um ponto central ou eixo. O significado mudou no inglês moderno, passando segundo o autor a representar especificamente um giro.

A atividade turística e as viagens já existem há muito tempo, ou seja, definir seu início é um trabalho complicado, porém, há dados e relatos que desde a antiguidade existem viagens e deslocamentos de pessoas para outras regiões, como citado em algumas biografias. Para Moesh (2002):

A teoria e a prática de viajar, deslocar-se por prazer. Uso, depredação. A raiz *tour* aparece documentada em 1760, também na Inglaterra. A etimologia da palavra permite indicar sua procedência latina *tornus* (torno) como substantivo, e *tornare* (redondear, tornear, girar) como verbo. A ideia de giro, de viagem circular, de volta ao ponto de partida, se deduz, claramente, da raiz comum, que origina *tornus* e *tornare*. Parece que o *turn* britânico, de 1746 – *to take a turn* – cedeu lugar, em 1760, ao *tour* que usamos até hoje, de influência francesa. Sua primeira utilização como título de obra sobre viagens foi também em Londres, em 1810, no livro de Henry Swinburne, *Picturesque Tour Spain*. Em seus princípios históricos, o conceito simples e vulgar da palavra turismo seria sinônimo de “viagem por prazer” (MOESCH, 2002, p.10).

Comunidade pode ser usada para descrever unidades sociais que variam de aldeias, conjuntos habitacionais e vizinhanças até grupos étnicos, nações e organizações internacionais. O conceito de comunidade geralmente indica um grupo de pessoas

dentro de uma área geográfica limitada, que interagem dentro de instituições comuns e que possuem um senso comum de interdependência e integração (BOTTOMORE, 1996).

### 3.2 TURISMO: HISTÓRIA DO TURISMO

Machado (2013) aponta as etapas evolutivas do turismo que está de acordo com os parâmetros da Organização Mundial de Turismo (OMT) a partir de biografias de outros autores. A primeira dessas etapas teve início nos primórdios da humanidade e prolonga-se até o século V d.C., associado aos deslocamentos dos habitantes pré-históricos em busca de sobrevivência, alimento, abrigo e fugindo das diversidades do clima predominante da época. A outra etapa, continuação desta, estaria identificada no período da Idade Média, esse período foi marcado por grandes viagens que exerceram papel fundamental na evolução do turismo, mesmo que para a época (século V ao XIV), essas viagens fossem extremamente perigosas e difíceis. A terceira etapa citada por Machado (2013), seria uma das mais abordadas e uma das mais aceitas por diversos autores, que seria o chamado *Grand Tour*, que ocorreu do século XIV ao XVIII, período este considerado um dos primórdios na história do turismo.

De acordo com Machado (2013), as duas últimas etapas, seriam a Revolução Industrial, com o aperfeiçoamento de embarcações e inclusão de aviões para a prática do turismo (século XVIII e XIX), e os dias atuais, que seriam a partir do século XX, com todas as modernizações atuais, com os cruzeiros, pacotes de viagens e os programas de hotelaria na selva, etc., o denominado “turismo moderno”.

Para a OMT, o turismo seria “atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros”. E o turista para a OMT, seria “um visitante que se desloca voluntariamente por período de tempo igual ou superior a vinte e quatro horas para local diferente da sua residência e do seu trabalho sem este ter por motivação, a obtenção de lucro” (OMT, 2001).

Alguns acontecimentos ocorridos foram essenciais para o desenvolvimento e evolução do turismo, que são citados em diversas biografias como marco histórico do turismo: As grandes viagens na Idade Média; Thomas Cook, considerado o pai do turismo e o *Grand Tour*. Barboza cita os peregrinos da Idade Média, como sendo um dos fatores de influência do surgimento do turismo, onde ele aponta as dificuldades dos peregrinos em seus deslocamentos, “o peregrino não escolhia o itinerário nem a

durabilidade de seu périplo. Ele estava totalmente exposto às dificuldades e às intempéries do caminho a ser percorrido” (BARBOSA, 2002, p.24).

Thomas Cook, foi um dos desbravadores para a história do turismo, descrito por muitas vezes e por vários autores como sendo o “Pai do Turismo”, Cook é uma figura emblemática para o turismo, em 1846 ele organizou um tour pela Escócia que foi considerada uma das primeiras viagens de cunho específico de prática do turismo. Thomas Cook também criou a primeira agência de viagens denominada de Thomas Cook & Son, porém, como ressalva Santos Filho (2004), Thomas Cook mesmo sendo reconhecido como forte influente na história do turismo, ele não é reconhecido por suas façanhas e por suas contribuições ao desenvolvimento para a prática do turismo, Thomas Cook só “foi resgatado por meio de estudos sobre o fenômeno turístico, os quais começaram a ser objeto de interesse do capitalismo e de centros de pesquisa” (SANTOS FILHO, 2004, p. 74-75).

Além de Tomas Cook, o movimento chamado de Grand Tour é um dos influentes na história e evolução do nome “turismo”. Em Moesch (2002) é citado uma evidência de que em 1800 foi apontado no dicionário de Oxford a palavra “turismo”, dando referência ao Grand tour. Inserido no período da Renascença Italiana, o Grand Tour ajudou a impulsionar os aspectos das viagens, período este em que houve muitas peregrinações. Como aponta Lichorish e Lenkins (2000), que os jovens da época que possuísem uma carteira de admissão poderiam viajar para a Europa com um cunho de aprendizagem e em busca de descobertas de novas culturas, esse era o movimento chamado de Grand Tour.

### **3.3 TURISMO DE MASSA**

“A expressão ‘turismo de massa’ tende a sugerir tratar-se de uma modalidade de turismo que mobiliza grandes contingentes de viajantes” (CRUZ, 2003). Como cita Cruz em seu livro Introdução à Geografia do Turismo, essa expressão turismo de massa vem a ser um grande número de pessoas que vai em busca do exótico, do diferente. Em termos mais precisos e diretos, é um turismo organizado no qual se difere do chamado “turismo das massas” que como indaga Cruz, as massas não fazem turismo (CRUZ, 2003, p. 6).

Para Barreto, o turismo de massa se dá conforme o tamanho da demanda, ou seja, localidades onde o turismo está presente a todo momento, como praias famosas, pontos turísticos essenciais, por exemplo o corcovado, entre outros, assim se tem um turismo



de massa. No entanto, o turismo de massa vem crescendo constantemente até os dias de hoje, porém, mesmo em tempos remotos há estudos que comprovam que já havia esse movimento com um grande contingente de pessoas a muitos anos atrás (BARRETO, 1999, p. 48).

O próprio conceito de turismo muitas vezes é confundido com o conceito de turismo de massa por terem semelhanças em suas abordagens teóricas. Hoje em dia esse turismo massivo é uma prática constante de muitos viajantes, que em suas férias viajam para lugares peculiares em busca de aventura e do desconhecido, agora com pacotes e parcerias com linhas aéreas, muitas pessoas embarcam nessas viagens, assim, acentuando o turismo de massa. Para Cruz (2003):

Turismo de massa é uma forma de organização do turismo que envolve o agenciamento da atividade bem como a interligação entre agenciamento, transporte e hospedagem, de modo a proporcionar o barateamento dos custos da viagem e permitir, conseqüentemente, que um grande número de pessoas viaje (CRUZ, 2003, p.6).

Conceituando, o turismo de massa apesar de ter bastante o que melhorar, assumiu um destaque por conta do grande potencial de geração de empregos, de lazer e de entretenimento em nível mundial. Porém, é um turismo exclusivo, no qual aparenta ser para determinadas classes sociais. Esse tipo de turismo sofreu dificuldades no início, principalmente em um mundo pós-guerra, por isso a partir de 1949 o turismo renasce, e assim vai se fragmentando o “turismo de massa” (MONTEJANO, 2001).

### **3.4 TURISMO SUSTENTÁVEL**

Para Corsi (2004, p. 25) “o conceito de turismo sustentável foi desenvolvido para evitar os riscos que a condução inadequada da atividade pode provocar no meio ambiente”. Sendo assim, o turismo para Corsi tem três diretrizes interligadas, que seriam as dimensões ambientais, econômicas e sociais.

Há duas escolas de pensamento que definem um conceito de turismo sustentável e desenvolvimento sustentável (GODFREY, 1996). De acordo com Godfrey, a antiga escola é representada pela literatura sobre um modo de desenvolvimento do turismo sustentável, que visa de modo geral a sustentabilidade não só como uma forma de desenvolvimento, mas como uma alternativa para amplificar o turismo de massa.

De certo modo deve existir algum parâmetro para que esse desenvolvimento seja viável, sendo assim, Godfrey aborda três formas de vincular o desenvolvimento do

turismo ao desenvolvimento sustentável. “De um modo geral, a abordagem do produto ilustra três temas gerais: a investigação sobre os conceitos gerais; a pesquisa sobre as estratégias de desenvolvimento e a investigação sobre o comportamento do turismo” (GODFREY, 1996, p.62).

O turismo sustentável no caso, deve ser planejado de forma coerente a realidade do lugar no qual está sendo empregada a prática do turismo, visando benefícios para a região ou localidade. Porém, para que isso aconteça, é necessário o envolvimento da comunidade junto com os órgãos públicos responsáveis por esse planejamento, ou uma união de ideias a parte da comunidade local junto com a cidade sede. Para Tosun (2001):

[...] desenvolvimento sustentável no contexto turístico pode ser definido como: turismo que é desenvolvido e mantido em uma área (comunidade, meio ambiente) [...] que não degrade ou altere o meio ambiente (humano e físico) (TOSUN, 2001, p.290).

Para que ocorra o turismo sustentável é necessário, também, que haja cooperação e coordenação perfeitas entre os setores, público e privado, durante o planejamento e a implementação dos projetos sustentáveis em conjunto com as comunidades adjacentes, para que haja desenvolvimento e objetivos comuns. Portanto, é essencial o compromisso árduo de um modo que seja planejado e sustentável, para que haja um desenvolvimento de acordo com o conceito de turismo sustentável (OMT, 2001).

### **3.5 ECOTURISMO**

Ecoturismo, parcialmente similar com o Turismo Sustentável, é uma viagem ambientalmente responsável, onde não há mudanças ambientais na área visitada, onde as pessoas vão para desfrutar e apreciar a natureza, ao mesmo tempo em que promove a conservação cultural, ambiental e histórica de um determinado lugar, tem baixo impacto ambiental, proporciona um benefício socioeconômico a população local e deve ser sempre integrado a uma atividade de educação ambiental.

O ecoturismo é visto como um método ecológico de praticar atividades turísticas, visando à sustentabilidade ambiental, trazendo benefícios ambientais por não ser uma atividade degradante e por ter um estudo e planejamento integrado, os praticantes, no

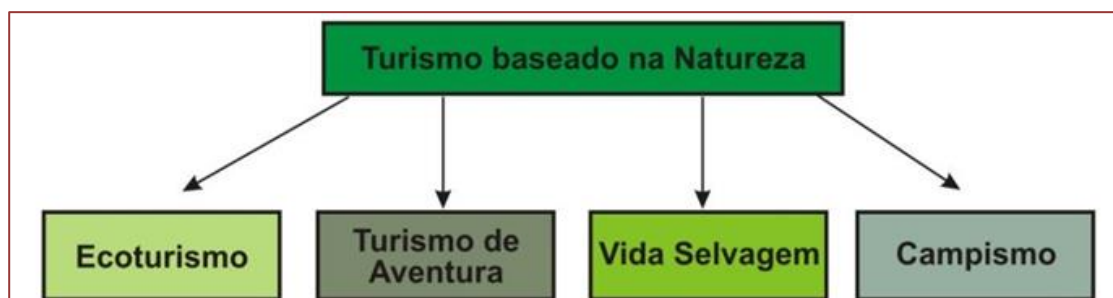
caso os turistas visitantes, desfrutam do lazer natural, que aparentemente traz grandes benefícios culturais para esses viajantes (LINDBERG; HAWKINGS, 1999).

De acordo com Correia (2003):

O ecoturismo é um dos negócios de ponta do setor de lazer dos últimos anos. É também uma alternativa para o desenvolvimento sustentável em determinados casos. Trata-se de uma atividade relativamente nova. O próprio conceito de ecoturismo é provável que seja da década de setenta. Uma das primeiras estratégias de ação em turismo e sustentabilidade surgiu em 1990, com a Conferência Globo 90, na Columbia Britânica no Canadá, que foi a primeira conferência que reuniu integrantes do ramo do turismo, governos, acadêmicos e ONG's para discutir os efeitos degradantes da indústria do turismo sobre o meio ambiente, e as possibilidades de um turismo ambientalmente sustentável (CORREIA, 2003, p.10-11).

Como mostrado em Eagles (2001), o ecoturismo vem a ser um turismo de natureza, na qual vai em busca de um turismo sustentável em relação com o meio natural sem que haja mudanças em seu contexto visual, assim como o turismo de aventura, a vida selvagem e o campismo, o ecoturismo vem de encontro a discussão em relação a sustentabilidade, por isso, ambos têm relação estrita com a natureza (figura 1).

Figura 1: Turismo na Natureza



Fonte: Eagles, 2001

O ecoturismo então, vem a ser a valorização de atributos locais e ambientais, além de servir como exemplo de novas formas de empreendedorismo rural e sustentabilidade ambiental, proporcionando novas formas de turismo, emprego e geração de renda com atividades não-agrícolas realizadas no meio rural. Essas atividades geram benefícios sociais e ambientais essencialmente interdependentes, onde os benefícios sociais advindos para as comunidades (Ministério do Turismo, 2010). Em outras palavras, o

ecoturismo vem a ser então uma prática de “turismo dedicado à apreciação da natureza em forma ativa, como objetivo de conhecer e interpretar os valores naturais e culturais existentes” (DIAS, 1992, p.67).

### **3.6 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA**

O turismo de base comunitária é um termo novo, usado para expressar um novo momento histórico da relação do turismo com as populações locais. O turismo, entendido como uma atividade econômica e social, pois envolve lugares e pessoas. É justo, então, que as pessoas e comunidades envolvidas nessa atividade participem ativamente da gestão e dos resultados dela decorrente, como uma fonte de renda ou, e principalmente, de uma renda extra. É um novo turismo.

De acordo com Maldonado (2009):

Por Turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. [...] a característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (MALDONADO, 2009).

As comunidades receptoras de turismo denominadas comunidade de turismo comunitário ou de base comunitária ganham espaço por essa massificação e globalização de culturas que faz com que viajantes vão para lugares que possibilite o contato com singularidades socioculturais. Com isso não somente a comunidade salienta um desenvolvimento econômico, como o turista acaba por vivenciar uma nova cultura diferenciada da sua.

Por conta disso, há de certa forma um desenvolvimento no setor turístico da comunidade visitada, além de ser um turismo sustentável e não degradável, como aparece na WWF, o “Turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade” (WWF, 2003).

O Turismo de Base Comunitária (TBC) utiliza-se de saberes locais como a canoagem ou/e saberes locais, que salientam a cultura e modo da comunidade, ou seja, o cotidiano dos moradores da comunidade visitada será uma forma de prática de turismo, tendo em vista que o visitante vai em busca do diferente, então sendo assim a comunidade pode utilizar desse viés para criar alternativas para a prática do turismo, envolvendo a localidade visitada e todas suas riquezas naturais, sua fauna e sua flora e suas respectivas tradições.

De acordo com Henríquez, Mansur e Sampaio (2011), “[...] O turismo comunitário, solidário e sustentável apresenta-se como estratégia de sobrevivência e comunicação social de conservação de modos de vida e preservação da biodiversidade [...]” (HENRÍQUEZ; MANSUR e SAMPAIO, 2011, p.27), ou seja, o turismo de base comunitária vem a ser um caminho para a conservação do local onde vai ocorrer essa prática, ao mesmo tempo que aborda a ideia de um desenvolvimento sustentável da localidade, além de propiciar aos moradores da região uma fonte de renda e uma forma de poder disseminar sua cultura e tradições.

O Turismo de Base Comunitária tem exercido forte influência sobre a utilização de patrimônios regionais salientando a cultura e a organização social dos povos tradicionais. O TBC é uma nova modalidade do turismo que surge em contraponto ao turismo convencional, como alternativa para a exploração das potencialidades e valorização das especificidades do local, por meio da inclusão da comunidade no desenvolvimento do turismo como geradora de renda e qualidade de vida, mas para isso, esse turismo deve ser organizado por associações ou cooperativas formadas por um grupo de residentes, objetivando o fortalecimento e a inclusão da comunidade nos benefícios com a atividade, além de contribuir para a valorização da cultura local (MTUR, 2008).

### **3.7 COMUNIDADE RURAL**

Na discussão sobre turismo rural como modalidade turística, muitos autores abordam alguns parâmetros específicos englobado ao turismo rural como: o agroturismo, turismo verde, turismo de campo etc. Como Cruz (2003) cita, “ o turismo em espaços rurais, tido, por diversos autores, como uma modalidade alternativa de turismo”. Há um componente prioritário nessa relação de turismo rural, que seria a comunidade rural ou até mesmo citado por alguns como sendo agricultores, a partir daí

é claro, podemos evidenciar três categorias de atividades turísticas: agroturismo, turismo rural e turismo em áreas naturais.

O turismo rural pode ser visto como uma atividade acompanhada de tendências de crescimento e que serve de elemento para o desenvolvimento local e para estratégias de desenvolvimento e complementação de renda. Sendo um assunto ainda não tão estudado, e pouco considerado como forma alternativa de atividade no meio rural, para as comunidades rurais o turismo pode ser visto como uma estratégia de desenvolvimento de comunidades e famílias rurais e como uma ferramenta de complementação de renda da comunidade envolvida, similar ao TBC.

Almeida (1999) comenta sobre duas tendências que exemplificariam esse chamado turismo em comunidades rurais. A primeira tendência colocaria todo o rendimento obtido pelo turismo designado à comunidade rural entre outros benefícios aos agricultores envolvidos. A segunda tendência seria ligada ao aspecto cultural da comunidade rural, no qual seria o seu atrativo principal (figura 2).

Figura 2: Representação do Turismo Rural



Fonte: Adaptado Ministério do Turismo (2010)

Segundo o Ministério do Turismo (2010):

O envolvimento da comunidade é uma das premissas para o desenvolvimento do Turismo Rural. Ao se trabalhar o segmento, é importante oferecer aos moradores a possibilidade de descobrir novas formas de olhar e apreciar o lugar onde vivem. Se a comunidade conhece e valoriza seu patrimônio, se orgulha do que é, e se torna um elo importante na interação com o visitante, contribuindo para sua interpretação, para conduzir seu olhar e sensações sobre o lugar, bem

como para a sensibilização de envolvidos na comercialização do destino. A apropriação e a valorização da herança cultural são fatores-chave para a preservação e conservação do patrimônio rural (Ministério do Turismo, 2010, p.45).

A expansão do turismo nas áreas onde se encontram comunidades rurais pode ser compreendida como uma forma de crescimento sustentável, e por conta da globalização, dando assim surgimento as atividades turísticas, e a evolução do chamado “Turismo Rural”, porém, com essas mudanças sociais e econômicas pode ser que além de vantagens venham desvantagens para o meio rural.

Com o avanço da atividade turística existem alguns possíveis impactos ou efeitos sobre como essas comunidades rurais vivem, com seus costumes e tradições, porém, deve existir uma resistência por parte da comunidade para que perca a sua identidade e forma de vivência no meio natural, que o turismo não aja sobre a comunidade, mas sim que a comunidade aja sobre o turismo, porque o turista vai em busca de

[...] conhecer o patrimônio histórico e natural no meio rural, conviver com os modos de vida, tradições, costumes e com as formas de produção das populações do interior, vivenciar novas experiências, buscar novos conhecimentos, saberes, descansar física e mentalmente, fugir da rotina da vida urbana e adquirir produtos típicos (Ministério do Turismo, 2010, p.14).

### **3.8 COMUNIDADE LOCAL**

Diferenciando um pouco a comunidade rural, de comunidade local, vemos que a comunidade rural participa de forma indireta do turismo, levando seus costumes e tradições aos viajantes, já no aspecto de comunidade local, é viabilizado a ideia de proteção ao meio ambiente, onde, a comunidade local participará diretamente do planejamento do turismo, sempre almejando o desenvolvimento local e sustentável. É importante compreender que o turismo sustentável é uma forma de desenvolvimento do turismo, e não um meio de regulamentação aos turistas, ou seja, é uma forma empregada pela comunidade e não pelos turistas.

De acordo com Fredline e Faulker (2000), a comunidade local é heterogênea e existem distintas visões acerca dos impactos causados pelo turismo, seja ele social ou econômico, mas caso seja impacto ambiental, vai depender das características da comunidade e da sua localidade. Deve ter em vista que, a comunidade local vem exercer

um forte papel nessa atividade turística de cunho sustentável, sempre visando um desenvolvimento local e renda para a comunidade, o Ministério do Turismo cita algumas atitudes a serem tomadas para o crescimento e aprimoramento desse turismo sustentável nas comunidades locais, para o Ministério do Turismo (2016):

Fomento e apoio a projetos ou ações para o desenvolvimento local e sustentável do turismo, por meio da organização e qualificação da produção, melhoria da qualidade dos serviços, incentivo ao associativismo, cooperativismo, empreendedorismo, formação de redes, estabelecimento de padrões e normas de atendimento diferenciado e estratégias inovadoras, para inserção desses produtos na cadeia produtiva do turismo, particularmente com relação a produtos e serviços turísticos de base comunitária com representatividade da cultura local, valorização do modo de vida ou defesa do meio ambiente (Ministério do Turismo, 2016, p.99).

Os residentes que vivem nessas localidades naturais, onde há a atividade turística, são mais suscetíveis a reagirem de forma positiva em relação ao desenvolvimento do turismo do que aqueles que residem mais distantes, porque conseguem reconhecer as vantagens desta atividade para a comunidade local, ou seja, eles identificam a vantagem para o desenvolvimento local, e geração de renda para a população dessa comunidade, para que possa ter um aproveitamento maior, assim, “[...] expressam seu modo de vida e organização social, sua identidade cultural e suas relações com a natureza” (BARTHOLO, SAN SOLO E BURSZTYN, 2009, p. 29).

### **3.9 POPULAÇÕES TRADICIONAIS**

As populações tradicionais, tem como objetivo orientar a dinâmica cultural e social da comunidade cujo o turismo vai se engajar, e as mudanças provocadas pela expansão do turismo na comunidade, e a relação entre os pescadores, agricultores, artesãos, entre outras pessoas responsáveis pela comunidade, levando em consideração a forma diferenciada de se relacionar com o meio ambiente e com a cultural local, como seus costumes e tradições.

De acordo com a biografia de Durham (2004), as populações tradicionais são populações que vivem de forma isolada e que pratica de uma economia sustentável de subsistência, onde há uma relação conservacionista com o meio ambiente em que vivem. Esse grupo de pessoas vivem de forma diferente das sociedades informatizadas,



aderindo ao modo de vida homogêneo e produzindo menos impacto ambiental do que outras populações.

Para Diegues (1999), nas populações tradicionais há:

[...] grande diversidade cultural, sobretudo de populações tradicionais, provêm, atualmente, sem dúvida, dos movimentos ecológicos que adotam um enfoque socioambientalista [...] patrimônio cultural das populações tradicionais [...] (DIEGUES, 1999, p.90-91).

A relação entre o turista e as populações tradicionais, podem e deveriam ter um enfoque cultural e ambiental, onde o habitante local poderia servir ao turista como uma espécie de “guia turístico”, no qual iria apresentar vários pontos da comunidade visitada e explicando seu contexto histórico e como funciona sua fauna e flora, sendo assim, essas populações tradicionais iriam “[...] mostrando aos visitantes não somente a beleza da área, mas ensinando-lhes o que sabem sobre as espécies de vegetais e animais, seus ciclos reprodutivos, migrações, a utilidade das ervas medicinais etc.” (DIEGUES, 1999, p.95).

### **3.10 TURISMO NA AMAZÔNIA**

O crescimento da atividade turística na Amazônia é decorrente de uma vasta quantidade de atrativos turísticos nas cidades e em comunidades que ficam em regiões com belas paisagens, além da cultura da localidade visitada, sendo assim considerado como produtos turísticos. Esses atrativos, são os pilares de sustentação do turismo, tendo em mente que os visitantes vão em busca de novas formas de cultura, fugir da rotina, e de conhecer o novo, e a região Amazônica apresenta um leque de possibilidades para essa prática, por conta da população que nela habita, com suas crenças, tradições e cultura.

Na Amazônia, as comunidades locais ou ribeirinhas aderentes ao turismo de base comunitária, ressaltam a importância do turismo cultural e do turismo sustentável para um desenvolvimento no que diz respeito ao TBC, abordando alguns parâmetros essenciais para esse desenvolvimento e facilitando a adesão do turismo para como uma forma de renda extra em determinada localidade, porém, “[...] se essas facilidades não forem planejadas de modo adequado, poderão afetar a qualidade do ambiente, tanto natural quanto cultural, que estão, muitas das vezes, no centro da atividade dos lugares

para o turismo” (CRUZ, 2003, p.29). No estado do Amazonas, A Amazonastur é o órgão responsável por viabilizar o turismo no estado, desempenhando um papel de mediador e administrativo acerca do turismo.

Na Amazônia em geral a prática de turismo que melhor se encaixaria em seu aspecto ambiental, seria o turismo de base comunitária e o ecoturismo. Discutindo sobre essas duas áreas de turismo, percebemos que são práticas relacionadas ao contexto ambiental, e fica claro que ambos necessitam de uma infraestrutura mínima e uma organização por parte da comunidade no caso do TBC, e pelo órgão responsável da localidade onde haverá o ecoturismo.

Já o turismo nas cidades da Amazônia, pode ser dito como um turismo em busca de locais onde há uma concentração de aspectos e equipamentos para a recepção de uma grande quantidade de turistas, o chamado turismo de massa, como cita Cruz (2003), a cidade deve apresentar “[...] infra-estruturas de acesso, de hospedagem, de apoio à atividade (atendimento médico, sistema bancário etc.) e de lazer” (CRUZ, 2003, p.15).

Na cidade de Manaus, por exemplo, ela apresenta especificidades únicas, e como umas das maiores capitais da região amazônica recebe um grande número de viajantes, viajantes em busca de conhecer a cultura do local e os locais históricos da cidade, como o Teatro Amazonas, fazendo com que não somente a capital do estado do Amazonas seja um dos grandes destinos de turistas, mas também o estado todo em si, por conta da sua exuberância natural e seus atrativos turísticos. De acordo com Moraes e Novo (2014):

O Estado do Amazonas dispõe de um potencial ecológico devido a exuberante floresta e a diversidade cultural e natural<sup>3</sup>. Este cenário da região formado pelos rios e pela floresta amazônica estimula o desenvolvimento de atividades como a pesca esportiva, o turismo de aventura a visitação a hotéis de selva e o ecoturismo (MORAES e NOVO, 2014, p.4).

O turismo na Amazônia pode gerar alguns impactos sejam eles em ambientes naturais por conta de uma infraestrutura má implementada, ou por conta da grande circulação de pessoas na prática turística, ou até mesmo em ambientes urbanos, por conta de um mal planejamento ou por falta de planejamento, em alguns casos, na verdade em muitos casos, o turismo exige mais do local, o que acaba promovendo o desmatamento, a degradação do solo e má distribuição populacional. Porém, o turismo continua sendo como uma das opções geradores de renda na Amazônia, seja em grandes

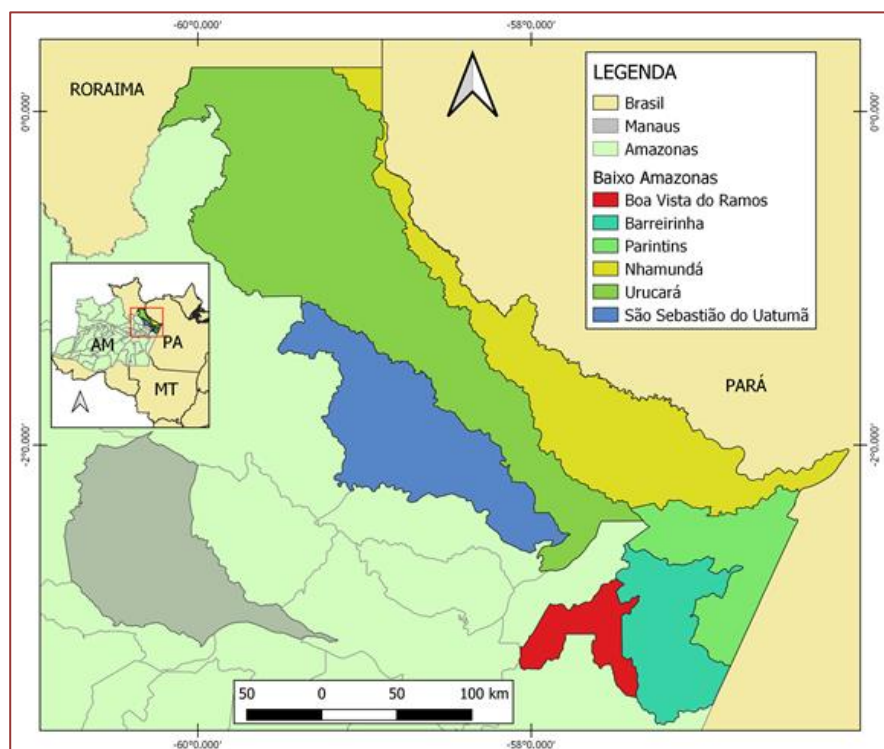
idades, ou nos interiores e comunidades. O melhor a se fazer nesse caso é um melhor planejamento e viabilização de ideias, assim o turismo na Amazônia pode se intensificar, porém, de forma sustentável e organizada, abarcando os aspectos sociais, culturais e tradicionais da Amazônia, valorizando assim, os âmbitos culturais da região.

### 3.11 TURISMO NO BAIXO AMAZONAS

O Baixo Amazonas – AM, é composto por sete municípios: Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Uatumã e Urucará, todos localizados ao leste do estado do Amazonas (figura 3).

O território do Baixo Amazonas ocupa uma área de 64.041,212 km<sup>2</sup>, correspondente a cerca de 4,10% da área do estado do Amazonas. O Baixo Amazonas tem uma população de 190.444 habitantes, 5,5% do número de habitantes de todo o estado do Amazonas (IBGE, Censo de 2010).

Figura 3: Mapa do Baixo Amazonas



Fonte: CPRM (2010); organizado por JD Azevedo Filho (2019)

Nas cidades do Baixo Amazonas, ocorrem algumas festividades que chamam a atenção de viajantes para a prática de turismo na região, um dos maiores atrativos são as festividades religiosas.

Na cidade de Barreirinha, ocorre a festa da Nossa Senhora do Bom Socorro, de 05 a 15 de agosto; em Boa Vista do Ramos, ocorre a festa de São Sebastião que acontece do dia 10 até o dia 20 de janeiro; Parintins acontece a festa da Nossa Senhora do Carmo, logo após o festival folclórico; em São Sebastião do Uatumã, ocorre a festa de São Sebastião de 10 a 20 de janeiro (mesmo período da mesma festividade que ocorre em Boa Vista do Ramos). Essas festividades têm em comum o fato de serem festas de padroeiros das cidades, que move um número elevado de visitantes, que muitas vezes por parte, são populações do interior que vão para a cidade comemorar as festividades de seu padroeiro.

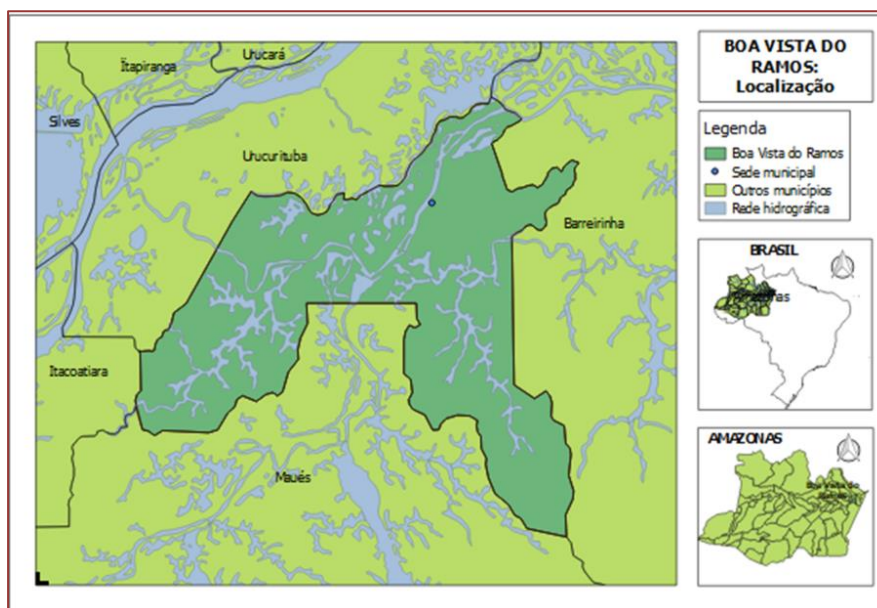
No Baixo Amazonas, também ocorre outras festividades que chamam bastante a atenção de curiosos que vão em busca de novas formas de cultura e tradições, como o festival folclórico de Parintins que atrai muitas pessoas para a cidade nesse período. Mas deve também ser citado o TBC no Baixo Amazonas, existem muitas comunidades que aderem ao turismo sustentável, com o intuito do desenvolvimento sustentável da região e geração de renda, algumas comunidades apresentam grandes atrativos turísticos, no qual pode ser percebido possibilidades de haver um aproveitamento maior, desses espaços e desses costumes, como o da pesca, comidas típicas, trilha pela floresta, entre outros.

### **3.12 BOA VISTA DO RAMOS – A PRINCESINHA DO RAMOS**

O município de Boa Vista do Ramos, está localizado no estado do Amazonas, à margem direita do Paraná do Ramos, distante da capital Manaus 271 km em linha reta, e 367 km por via fluvial. De acordo com o IBGE (2010), a cidade ocupa uma área de aproximadamente 2.589,407 km<sup>2</sup>, com cerca de 14.979 habitantes baseado no último censo, e apresenta uma densidade demográfica de 5,79 hab/km<sup>2</sup> (Figura 4).

A história da origem do município de Boa Vista do Ramos, está inteiramente ligada a história do município de Maués. Em 1798, é fundada a aldeia de Luséa, mais à frente em meados do século XIX, ocorreram vários conflitos nessa região, entre os povos indígenas que ali viviam contra brancos, havia também uma participação de cabanas nesses conflitos.

Figura 4: Localização de Boa Vista do Ramos



Fonte: CPRM (2010); organizado por JD Azevedo Filho (2019)

Em 1850, a Província do Amazonas é criada, e Luséa acaba por se tornar um dos municípios integrantes desta nova província. No ano de 1892, é alterado o nome Luséa para Maués, que em 1895 se torna sede da Comarca. A partir de 1981, por conta da Emenda Constitucional número 12, alguns povoados de Maués e dos distritos de Urucurituba e Barreirinha passam a constituir o município de Boa Vista do Ramos. Em 1988, a partir da constituição nacional, de acordo com a distribuição territorial dotada na época, o distrito do município passa a ser a sede de Boa Vista do Ramos.

O nome do município de Boa Vista do Ramos, é derivado por conta de um comércio chamado “Boa Vista”, cujo proprietário era o Sr. Antero Roberto Pimentel, e a nomenclatura “Ramos” vem pelo fato de que esse comércio estava localizado no Paraná do Ramos.

O município de Boa Vista do Ramos é composto por 49 comunidades existentes em seu território, de acordo com IBGE (2007), dentre essas comunidades, estão as comunidades de Santo Antônio do Rio Urubu, São Tomé, Vila Manaus e a comunidade de São Benedito (usada como objeto de pesquisa no presente projeto), entre outras comunidades.

### **3.13 TURISMO EM BOA VISTA DO RAMOS**

Em Boa Vista do Ramos existem muitos atrativos turísticos, por ser uma cidade muito hospitaleira e de paisagem exuberante, não é difícil de encantar o visitante logo no primeiro olhar, com seus belos lugares, lindos balneários e sua orla deslumbrante. Na cidade de Boa Vista do Ramos há algumas festividades que atraem bastante pessoas para suas comemorações, como a festa de São Sebastião, padroeiro do município, a festa de Nossa Senhora de Aparecida, padroeira da cidade, festa folclórica da cidade, a festa do Tucunaré e do Jaraqui, e o aniversário da cidade.

Essas festas a cada ano ajudam no desenvolvimento local, e na geração de renda para a cidade. Além de entreter os visitantes com as tradições, costumes e comidas típicas da cidade. “Como a cultura varia no tempo e também no espaço, o que é atrativo para alguns grupos de pessoas pode não ser para outros”, ou seja, depende da visão de cada pessoa achar algum lugar ou tradição e festividade em específico, um atrativo turístico (CRUZ, 2003, p.09).

De acordo com Azevedo Filho (2013), a paisagem vem a ser como um objeto de fixação de percepções, que mexe com a imaginação do visitante, ele também explica que a paisagem vem a ser um dos atrativos primordiais do turismo. As festividades na cidade de Boa Vista de Ramos, move um grande contingente de pessoas do interior para a cidade, como no caso das festas dos padroeiros da cidade e do município.

### **3.14 FESTA DE SÃO SEBASTIÃO (PADROEIRO DO MUNICÍPIO)**

A Festividade de São Sebastião, tradicional festa do município de Boa Vista do Ramos, é comemorado em todo mês de janeiro, em um período de até 10 dias, no ano de 2012, foi comemorado de 12 a 20 de janeiro, cujo tema era: Com São Sebastião sejamos defensores da saúde pública!

A população da cidade de Boa Vista do Ramos, se reúne todo ano nesse mesmo período para fortalecer sua fé e devoção ao padroeiro do município São Sebastião. Todo ano as famílias das comunidades do município de Boa Vista do Ramos vão para a cidade para festejar e comemorar a festividade de seu padroeiro, e mostrar sua devoção perante o santo protetor do município.

Durante os dias de festas há novenas e missas, também existem algumas apresentações e outras atividades sociais que geralmente são realizadas na praça São Sebastião, que recebe o nome do santo. A programação da festa do santo consiste em

uma alvorada, onde logo após a essa alvorada acontece a locomoção da imagem do santo até o setor de Nossa Senhora de Fátima, ao entardecer ocorre um círio que sai da igreja Nossa Senhora de Fátima percorrendo algumas das principais ruas da cidade, como, a Travessa Presidente Figueiredo e a Rua Padre Gabriel, entre outros, até sua chegada na Igreja Matriz.

Figura 5: Festa de São Sebastião



Fonte: Portal BVR (2012) em <https://www.portalbvr.com.br/2012/01/festa-de-sao-sebastiao-comeca-no-dia-12.html>

No decorrer da festividade, ocorre o Terço e Novenas em honra ao padroeiro do município São Sebastião, algumas missas, leilões e quermesses, no qual movimenta bastante a cidade. No dia da festa de São Sebastião, o último dia da festa, ocorre pela manhã uma alvorada festiva e o batizado de algumas pessoas, pelo final da tarde acontece a procissão de encerramento com a imagem de São Sebastião que sai da Matriz, percorrendo por várias ruas até voltar novamente para a Matriz. Pela noite acontece a comemoração final ao padroeiro do município, onde em todos os anos é organizado um Bingão que envolve muitas pessoas, encerrando assim as festividades.

A festividade de São Sebastião pode ser considerada um dos grandes atrativos turísticos da cidade, sendo que envolve um grande número de pessoas, principalmente

vindas do interior. Os visitantes de outro estado podem aproveitar as peculiaridades culinárias da região, além de desfrutar da fé dos devotos do santo, e apreciar uma forma de promover cultura através de festas religiosas.

### 3.15 FESTA DE NOSSA SENHORA APARECIDA (PADROEIRA DA CIDADE)

Em todo mês de outubro, devotos e fiéis e a população em geral participam todo ano da Festa de Nossa Senhora Aparecida, padroeira da cidade de Boa Vista do Ramos. Em todos os anos os devotos da santa se concentram na Praça de São Sebastião, em frente à Igreja Matriz, na Alvorada, aguardando o início da transladação da imagem da padroeira até a Comunidade de Santa Ana do Massauari.

Figura 6: Igreja de Aparecida – BVR



Fonte: JD Azevedo Filho, 2017.

Assim como na festa de São Sebastião, a festa da Nossa Senhora Aparecida tem geralmente uma duração de 10 dias. Comunitários todos os anos saúdam os visitantes que acompanham a translação da santa, geralmente as pessoas se concentraram na capela da comunidade para rezar e prestar homenagens à Nossa Senhora Aparecida.

Pela tarde é organizado uma procissão dando início as festividades, e logo após a missa haverá quermesse para saudações a santa padroeira da cidade. Depois do período das festividades, logo após as celebrações, há todo ano uma festa social no palco da Praça de São Sebastião, com danças, concursos de show de calouros e show de talentos,



apresentações de bandas e outras atrações. Visitantes de outras cidades ou até mesmo de comunidades do município são sempre aguardados para participarem das festividades e desfrutarem dos encantos da cidade. Assim como turistas, a festa de Nossa Senhora Aparecida, também move um grande número de vendedores em busca de uma renda extra.

### **3.16 FESTIVAL FOLCLÓRICO, ANIVERSÁRIO DA CIDADE E A FESTA DO TUCUNARÉ E JARAQUI**

Além das festividades religiosas da cidade de Boa Vista do Ramos, existem algumas festas que atraem muitos turistas para a cidade de BVR, como a festa do aniversário da cidade de Boa Vista do Ramos, que acontece no dia 31 de janeiro, e o festival folclórico da cidade, que ocorre na penúltima semana de junho, juntamente com a festa do Jaraqui e a festa do Tucunaré, uma acontecendo todo mês de setembro e a outra em todo mês de outubro.

No dia 31 de janeiro é comemorado o aniversário da cidade de Boa Vista do Ramos, geralmente durante os dias 27, 29 e 30, como aconteceu no seu 34<sup>o</sup> aniversário nesse ano de 2017, a prefeitura organiza algumas programações com modalidades esportivas. Entre as modalidades esportivas da programação, estão: atletismo, ciclismo, handbeach, caiaque, futevôlei, futebol de areia e vôlei, a prática desses esportes acaba por atrair anualmente muitos visitantes de outros municípios, como por exemplo Maués e Barreirinha, por conta das premiações. Para finalização da grande comemoração dos 34 anos da cidade, acontece uma festa dançante com bandas locais, e atrações regionais.

Geralmente na penúltima semana do mês de junho acontece o festival folclórico de Boa Vista do Ramos, porém, no ano de 2017 o festival foi adiado para o mês de setembro, para os dias 28, 29 e 30. O evento acontece anualmente na quadra poliesportiva Tia Iré, cujo tema desse ano foi “Valorização as raízes vivenciadas a cultura”. Na primeira noite de festival, no dia 28, foi apresentado danças de adultos e crianças, na segunda noite, no dia 29, ocorre a disputa entre quadrilhas, e no último dia de festival, no dia 30, acontece a disputa dos Bois Mina de Ouro e Tira Fama. O festival de Boa Vista do Ramos atrai visitantes, que vão em busca de novas culturas, ou até mesmo de populações tradicionais de comunidades do município que vão prestigiar o festival local (figura 7).

Figura 7: Festival Folclórico de BVR



Fonte: Alvorada Parintins, em <https://alvoradaparintins.com.br/boi-mina-de-ouro-vence-28o-festival-folclorico-de-boa-vista-do-ramos> (30/09/2019)

Há outras festividades que chamam a atenção por serem tradição da cidade, que seria a Festa do Tucunaré e a Festa do Jaraqui. A festa do Jaraqui envolve um torneio de pesca, na qual o bom pescador pode comprovar as suas habilidades para pescar, o vencedor recebe um prêmio de pôr maior quantidade e pelo maior e mais pesado peixe, o evento ocorre todo mês de setembro e salienta a cidade nesse período. Já a festa do Tucunaré, é um evento um pouco mais complexo, essa comemoração ocorre em todo mês de outubro, nessa festa há uma comemoração desportiva com disputas de esportes de praia, náutica e pesca, além de ter o concurso de beleza que elege a garota Tucunaré, entre outras festas dançantes com shows de atrações locais.

Mas é claro, e fica evidente, que não há somente as festividades na cidade de BVR como atrativo, são consideradas como atrativos turísticos da cidade de Boa Vista do Ramos também as paisagens exuberantes, os rios, além da orla, muitas vezes calma e serena, a paisagem da cidade em si chama a atenção por conta de sua beleza e seus encantos (figura 8). De acordo com Schussel (2012), a paisagem vem a ser um dos “produtos” a serem oferecidos para a prática da atividade turística.

Figura 8: Belezas de BVR.



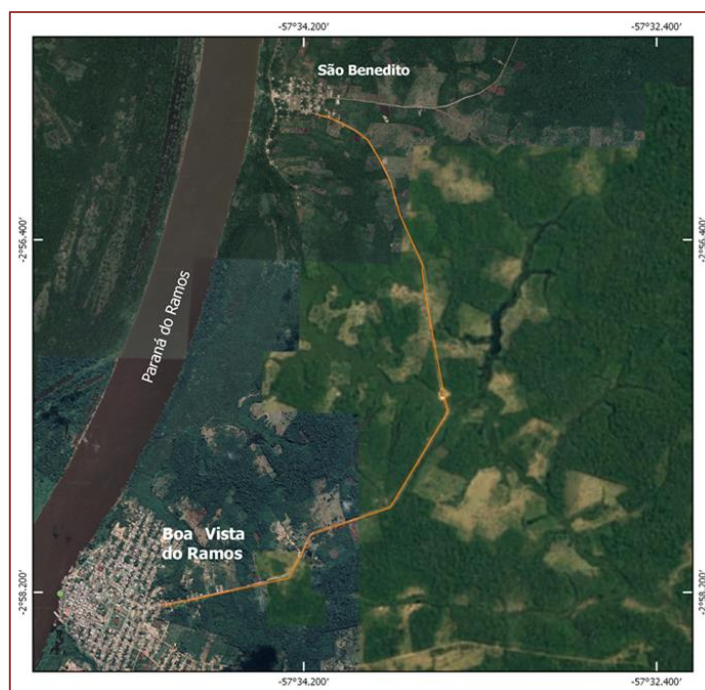
Fontes: Google Imagens (2018); JD Azevedo Filho, 2017

### 3.17 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM BOA VISTA DO RAMOS - AM

O Turismo de Base Comunitária na região de Boa Vista do Ramos vem se estendendo cada vez mais por conta da implementação dessa prática em algumas comunidades adjacentes do município, porém, ainda não há uma organização e um planejamento cabível para uma melhor infraestrutura aceitável para a prática do turismo e recepção de turistas. Fato este, percebido na comunidade de São Benedito.

A comunidade de São Benedito, localiza-se a menos de 10 km da cidade de Boa Vista do Ramos, sendo em linha reta um pouco mais de 5 km, e por estrada de terra um pouco mais de 7 km.

Figura 10: Distância em linha reta



Fonte: Google Earth (2019); Organizado por RT Miranda, 2018

De acordo com Coriolano (2012), o desenvolvimento local vem a ser aquele realizado em pequenos locais, com participação das populações tradicionais, gerando mudanças socioestruturais de forma endógena. O comunitário explora a localidade desvendando seus principais pontos turísticos e evidenciando ao seu favor, com inovações e contribuindo para a sua comunidade, e desenvolvendo coletivamente o turismo em sua região e gerando renda para sua comunidade.

Na comunidade de São Benedito, é possível perceber as potencialidades turísticas do local, evidenciando assim distintos atrativos turísticos, que com uma boa organização e planejamento pode gerar renda para as populações da comunidade, “o turismo para benefício de comunidades, ou do desenvolvimento local, significa adotar políticas que criem oportunidades de trabalho e renda para a maioria, sem deixar de dar a proteção social requerida, colocando o homem no centro do poder, promovendo sua realização. Concretamente, espera-se que sejam programadas atividades de revalorização do lugar e de crédito aos habitantes do lugar” (CORIOLANO, 2012, p.65).

Em São Benedito, na linha do desenvolvimento sustentável, é visado pelos moradores, caso haja um aproveitamento do lugar como objeto turístico, uma geração de renda local para eles, deixando a preocupação evidente em preservar o ambiente e sem gerar mudanças na paisagem, ou seja, impulsionar a economia local sem que haja perda dos costumes, das tradições e da cultura dos moradores.

A comunidade apresenta estrutura suficiente para receber visitantes em seu espaço, além de ter um pequeno porto onde algumas embarcações podem atracar.

O Governo do Estado do Amazonas, por meio da Agência de Desenvolvimento Sustentável, órgão que está estritamente ligado à Secretaria de Produção Rural, promoveu uma Feira de Produtos Regionais no município de Boa Vista do Ramos que beneficiou alguns agricultores de várias comunidades do município de BVR.

Pelo menos cerca de 48 comunidades se envolveram no evento, que foi um dos eventos visto como possível forma adotada pela cidade e comunidades como uma nova forma de geração de renda local. Por meio dessas feiras, a Agência de Desenvolvimento Sustentável está fazendo seu papel de intensificar a economia no interior do município com o aumento de oportunidades comerciais para os agricultores e a garantia de um alimento 100% saudável e livre de agrotóxicos à população, além de ajudar os agricultores de comunidades adjacentes.

De acordo com Mattei (2006), o espaço rural vem deixando com o tempo de ser um espaço exclusivamente agrícola, assumindo assim outros papéis socioeconômicos, como por exemplo a ideia de turismo rural. Baseado nas feiras organizadas pela Agência de Desenvolvimento Sustentável, é possível verificar que existe uma nova reconfiguração nos parâmetros sociais, envolvendo as questões agrícolas com o desenvolvimento local das comunidades.

No pensamento em desenvolvimento sustentável, primeiramente se imagina a prioridade aos residentes da comunidade receber esse apoio primeiramente, impulsionando assim sua renda e seu crescimento econômico junto a comunidade, abarcando uma participação comunitária por parte das populações da comunidade de São Benedito.

A comunidade de São Benedito apresenta muitos pressupostos a seu favor na questão de um turismo de qualidade, como por exemplo o Lago do Cachimbo, lugar muito visitado por conta de suas águas claras e sua exuberância. A comunidade tem seus atrativos e suas possíveis potencialidades, para assim exercer um Turismo de Base Comunitária de qualidade e viável aos residentes da comunidade (figura 10).

Figura 10: Comunidade São Benedito e escadaria do porto



Fonte: VM Dinelly (2012)

Porém, a comunidade de São Benedito, assim como a cidade de Boa Vista do Ramos não tem uma secretaria responsável por organizar e planejar o turismo no município, ou seja, cabe as ordens competentes da cidade organizar um turismo de forma sustentável na cidade. E nas comunidades, é necessária uma visão mais afluada a respeito do

Turismo De Base Comunitária, sendo que na cidade se produz muito através da apicultura, e nas comunidades rurais e ribeirinhas a renda vem de agricultura familiar. Se houver um melhor aproveitamento desses espaços e aproveitar o contingente de oportunidades cabíveis, o turismo pode sim se desenvolver nas comunidades, de forma sustentável e visando a renda entre os comunitários participantes.

### **3.18 CONCLUSÃO**

Concluimos o projeto com uma visão de que a cidade de Boa Vista do Ramos, e comunidades locais, em especial a comunidade de São Benedito, tem sim suas potencialidades e muitos atrativos turísticos, e que existe sim uma ideia viável de desenvolvimento sustentável, porém, deve haver ações da prefeitura da cidade em conjunto com as comunidades locais, rurais e ribeirinhas, para que haja um aproveitamento sustentável maior desses atrativos turísticos, para que favoreça a cidade e as comunidades. Entretanto, não há um aproveitamento ideal, tendo em vista que em partes o turismo na cidade de Boa Vista do Ramos seja mais acessível que nas comunidades, por conta de não existir um investimento maior pelas comunidades rurais e ribeirinhas no turismo de base comunitária.

Nesta pesquisa foram abordados assuntos acerca do turismo em Boa Vista do Ramos, e as experiências do turismo de base comunitária na comunidade de São Benedito, como se dá a organização da cidade e da comunidade no que diz respeito a implementação do turismo como fonte de renda, porém, de forma sustentável. Para compreender o desenvolvimento do turismo na cidade e na comunidade, foi considerado os maiores atrativos da região, e se há um envolvimento por parte das populações tradicionais acerca do turismo, e verificar se há alguns planejamentos da comunidade com objetivos propostos.

Pretende-se com esta pesquisa contribuir para novas discussões e novos parâmetros sobre a atividade turística no município de BVR, e o envolvimento das comunidades no que diz respeito ao Turismo de Base Comunitária, mantendo assim seu aspecto cultural vivo, junto com suas crenças, costumes e tradições locais.

Na cidade de Boa Vista do Ramos deveria ser implementado um órgão responsável por viabilizar discussões e tomar algumas medidas cabíveis para alavancar a prática de turismo na cidade. Ficou bem evidente suas potencialidades como “cidade turística”, porém, por não haver um planejamento antecipado e organizado por parte dos

representantes políticos da região o turismo não evolui na cidade e nas proximidades, deve existir um convenio entre a prefeitura em conjunto com as comunidades rurais e ribeirinhas para investir no turismo ecológico e sustentável, de modo que gere renda para as comunidades e para a cidade, mas para isso acontecer, a cidade deve apresentar uma organização e um planejamento para receber seus visitantes, e as comunidades devem ter o intuito de desenvolver a prática do Turismo de Base Comunitária.

## REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Joaquim Anécio. Turismo rural: uma estratégia de desenvolvimento via serviços. In: Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Anais do congresso brasileiro de turismo Rural: turismo no espaço rural brasileiro. Ed Cássio Garkalns de Souza Oliveira. São Paulo: FEALQ, 1999.
2. AZEVEDO FILHO, João D'Anúzio Menezes de. A produção e a percepção do turismo em Parintins, Amazonas (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2013.
3. BARBOSA, Ycarim Melgaço. História das viagens e do turismo. São Paulo: Aleph, 2002 (Coleção ABC do Turismo).
4. BARRETTO, Margarita. Manual de iniciação ao estudo do turismo. Coleção Turismo. Campinas: Papyrus, 1999.
5. BARTHOLO, SANSOLO e BURSZTYN. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009.
6. BOTTOMORE, T. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
7. CORIOLANO, Luiza Neide. A contribuição do turismo ao desenvolvimento local. In. PORTUGUEZ, Anderson Pereira. SEABRA, Giovanni. QUEIROZ, Odaléia Telles M. M. Turismo, espaço e estratégia de desenvolvimento local. Paraíba: Editora Universitária UFPB, 2012.
8. CORREIA, Celecina Barros da S. Evolução do ecoturismo no Brasil: de 1993 a 2003. Distrito Federal: Universidade de Brasília, 2003.
9. CORSI, E. Patrimônios histórico-culturais: uma nova perspectiva para o urbano e o rural através do turismo sustentável. Caminhos de Geografia, 2004.
10. CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Introdução à geografia do turismo. 2ª ed. São Paulo: Roca, 2003.
11. CUNHA, Licínio. Introdução ao Turismo. 1ª ed. In. BARBOSA, Ycarim Melgaço. História das viagens e do turismo. São Paulo: Aleph, 2002 (Coleção ABC do Turismo).

13. DE LA TORRE, Oscar Padilha. El turismo: fenomeno social. México: Fondo del Cultura Economica, 1994.
14. DIAS, G. Freire. Educação ambiental: Princípios e práticas. São Paulo: Ed Gaia, 1992.
15. DIEGUES, Antônio Carlos S. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In. SERRANO, Célia Maria de Toledo. BRUHNS, Heloisa Turini (organizadores). Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente. (Coleção Turismo). São Paulo: Papyrus Editora, 1999.
16. DURHAM, Eunice. As Comunidades Rurais Tradicionais e a Migração. In. THOMAZ, Omar Ribeiro. FRY, Peter. A Dinâmica da Cultura. Ensaios de Antropologia. São Paulo: Cosac & Naif, 2004.
17. EAGLES, P. F. J. International Trends in Park Tourism. EUROPARC: Edition 4, Matrei, 2001.
18. FREDLINE, E. FAULKNER, B. Host community reactions: a cluster analysis. Annals of Tourism Research, 2000.
19. GODFREY, K. Towards sustainability? Tourism in the Republic of Cyprus. In. HARRISON, L.; HUSBANDS, W. (organizadores). Practicing responsible tourism: international case studies in tourism planning, policy and development. Chichester: John Wiley and Sons, 1996.
20. HENRÍQUEZ, Z. C. E. SAMPAIO, C. A. MANSUR, C. Turismo comunitário solidário e
21. sustentável: da crítica as ideias e das ideias a pratica. Blumenau: EDIFURB, 2011.
22. IBGE. Economia do Turismo: Uma Perspectiva Macroeconômica 2000-2005 (Estudos & Pesquisa, nº 7). Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
23. LICKORISH, Leonard. LENKINS, Carson L. Introdução ao Turismo. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
24. LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. Ecoturismo:um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999.
25. MACHADO, Marcello de Barros Tomé. As etapas evolutivas do turismo: um estudo sobre o Rio de Janeiro (Séculos XVIII-XX). Santa Catarina: CULTUR, 2013.
26. MALDONADO, Carlos. O Turismo Rural Comunitário na América Latina. In: BARTHOLO, SANSOLO e BURSZTYN. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009.
27. MATTEI, Lauro. Agricultura familiar e turismo rural: evidências empíricas e perspectivas. In. PORTUGUEZ, Anderson P. Turismo no espaço rural: enfoques e perspectivas. São Paulo: Roca, 2006.
28. Ministério do Turismo. Diretrizes para o desenvolvimento do turismo
29. Rural. Brasília, 2003.
30. BRASIL. Ministério do Turismo. Chamada Pública MTur n. 001/2008 – Apoio às



31. iniciativas de turismo de base comunitária. Brasília, 2008.
32. Ministério do Turismo. Ecoturismo: Orientações Básicas. 2ª ed. Distrito Federal: Ministério do Turismo, 2010.
33. Ministério do Turismo. Plano nacional de turismo: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil. 2016.
34. MOESCH, M. A produção do saber turístico. 2ª ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.
35. MONTEJANO, Montaner. Estrutura do mercado turístico. 2ª ed. São Paulo: Roca, 2001.
36. MORAES, Ariane Peixoto de. NOVO, Cristiane Barroncas M. C. Turismo de base comunitária: um estudo na comunidade Vila da Felicidade em Manaus/AM. V encontro Semintur Jr. UCS, 2014.
37. Organização Mundial de Turismo (OMT). Introdução ao turismo. Trad. Dolores Martins
38. Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.
39. SANTOS FILHO, João dos. Thomas Cook: marco da historiografia dominante no turismo: Ensaio sociológico sobre o surgimento e preconceito ao fenômeno turístico na história. In. Seminário de pesquisa em turismo do Mercosul. Caxias do Sul: UCS, 2004.
40. SCHUSSEL, Zulma das Graças Lucena. Turismo, desenvolvimento e meio ambiente. In. BRASILEIRO, M. D. S. MEDINA, J. C. C. CORIOLANO, L. N. (organizadores). Turismo, cultura e desenvolvimento. Campina Grande: EDUEPB, 2012.
41. TOSUN, Cevat. Challenges of sustainable tourism development in the developing world: the case of Turkey. Tourism management, 2001.
42. WWF Brasil. Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável (org. Sylvia Mitraud). Brasília: WWF Brasil, 2003.

# 4

## *Potencialidades do turismo e organização espacial no município de Nhamundá-AM*

*Ana Paula Moraes dos Santos*

*João D'Anúzio Menezes de Azevedo Filho*

### **INTRODUÇÃO**

Em uma região de tão vasta beleza natural, por si só, o Amazonas é um ideário turístico para o mundo, é neste sentido único que o torna uma localidade com potencialidades turísticas de grande relevância para a economia local, gerando através do seu ambiente peculiar e de suas culturas inatas a dinamização de empregos diretos e indiretos para a população. A atividade turística presente nesse espaço geográfico revela o usufruto consciente dessa biodiversidade como um recurso para ascensão econômica de muitos munícipes que se encontra num estado de pobreza e abandono.

O enfoque deste trabalho analisará o Turismo no município de Nhamundá no estado do Amazonas, tendo como objetivo geral; conhecer o potencial da atividade turística do município e sua contribuição na organização do espaço urbano e rural, tendo para tal intento como objetivos específicos; levantar as potencialidades turísticas no município nhamundaense; mapear os principais atrativos; identificar as políticas públicas e ações voltadas ao desenvolvimento sustentável do turismo; conhecer os projetos e atividades turísticas implementadas ou em fase de implementação ligadas ao turismo de base comunitária.

A metodologia de pesquisa se dará de cunho qualitativo e quantitativo, visto as necessidades de levantamento de dados primários e secundários os quais darão suporte as análises propostas; a pesquisa de campo proporcionará o levante dos aspectos naturais e antrópicos (culturais) como bem é exposto por Yi- Fu Tuan (1985), e que bem condiz com o turismo visto pelo lado fenomenológico expressando os valores e experiências do homem em seu meio ambiente, entre outros autores como Rita de Cássia (2003) abordando as questões do turismo em suas múltiplas dimensões. O desenvolvimento deste trabalho tem como finalidade apontar os principais pontos a

serem desenvolvidos para atender o turista e propostas que venham potencializar o turismo na cidade de Nhamundá-AM, promovendo o turismo como forma sustentável na geração de emprego e renda para a população local, utilizando-se do turismo como ferramenta importante para promoção da relação consciente do homem com o meio ambiente.

O turismo em Nhamundá, enquanto atividade econômica vem crescendo, pois detém inúmeros atrativos naturais deslumbrantes como belas praias e paisagem imponentes, além da Festa do Tucunaré entre outras atividades culturais. No decorrer dos anos tem-se trabalhado para reforçar a economia local, numa perspectiva de intensificar a geração de renda. A finalidade é otimizar o município de toda a infraestrutura e serviços turísticos que garantam o bom atendimento ao turista, para que este usufrua dos encantos oriundos da natureza amazônica, cenário primordial para o contexto da atividade turística. O turismo de base comunitária é uma das premissas que identificam o povo nhamundaense que atua como multiplicadores das comunidades tradicionais, um trabalho conjunto que dá certo e traz benefícios e alternativas de crescimento para toda região. Nesse sentido, o presente projeto vislumbra conhecer o potencial da atividade turística do município e sua contribuição na organização do espaço urbano e rural.

#### **4.1 A ATIVIDADE TURÍSTICA: BREVES CONSIDERAÇÕES**

Em uma região de tão vasta beleza natural por si só o Amazonas é um ideário turístico para o mundo, é neste sentido único que o torna uma localidade com potencialidades turísticas de grande relevância para a economia local, gerando através do seu solo a geração de empregos diretos e indiretos, seria o uso fruto consciente dessa biodiversidade a engrenagem para saída de muitos munícipes do estado de pobreza e abandono. Antes de tudo é necessário contrapor os atributos dotados de cada município traçando assim um calendário turístico desse gigante verde que é o Estado do Amazonas (AM).

Os municípios do AM com destaque nacional e internacional por conta de atrativos naturais ou culturais são poucos os que se configura em um processo de seletividade de lugares a serem visitados ou mesmo que entre nas rotas de cruzeiros, ou destinos dos turistas, assim deveria se repensar a questão do turismo, não apenas em sua condição macro e sim nas possibilidades de reestruturar o turismo e suas múltiplas dimensões.

Pela sua biodiversidade, a Amazônia é um dos atrativos mais vendidos do mundo, segundo Sansolo (2001), o turismo representa valores sobre a natureza, suas paisagens encantam e são convidativas, a cada ano milhares de Turistas vindos das mais diversas partes do mundo chegam a solo Amazônico, é preciso compreender como se dá esta chegada e quais os meios utilizados para o destino em questão.

Sansolo (2001) acredita que o turismo na Amazônia leva a uma inserção do território amazônico, com grande relevância econômica nacional e internacional, a atividade turística a cada ano vem ganhando notoriedade e se tornando um diferencial dos lugares, hoje existem cidades extremamente turísticas e obtendo um significativo PIB oriundo das atividades derivadas das necessidades criadas por essa atividade, visto que abrangem diversos seguimentos, desde a divulgação, transporte, hospedagem, alimentação, relações culturais, sociais que derivam das atividades turísticas.

Potencializar o turismo depende não somente de sua beleza natural, é de suma importância a forma de administração do turismo, ou seja, o seguimento seria o conhecimento de como fazer turismo e quais os planejamentos para este intento. É fato que em sua maioria os municípios do Amazonas não possuem estruturas que comportem ou mesmo que abordem o turismo como uma real fonte de renda, percebe-se o usufruto de muitas localidades do Amazonas como meramente festivas em certa época do ano, o que salienta um descaso com um produto rico tanto ambiental quanto cultural.

Assim sendo não basta ser um lugar atrativo, é necessário torná-lo viável ao desenvolvimento social da população local, o turismo é um setor que movimenta bilhões por ano, as cidades amazônicas, enfrentam problemas em relação a geração de empregos, a atividade turística é por certo um meio de alavancar o desenvolvimento dos povos na Amazônia, e para tal, a população tem que compreender o que venha ser o turismo, e aprender a fazer do turismo sua práxis diária, visto que do turismo se leva, os bons momentos, e souvenirs, a natureza e o lucro ficam, agregando fluxo econômico, um ganho significativo.

O Amazonas é um estado turístico conhecido por suas belezas naturais, a biodiversidade da fauna e flora é convidativa, porém muito pouco se apropriam da sua história como um atrativo turístico, e este pode ser o grande diferencial necessário para os municípios amazonenses se destacarem no cenário nacional e internacional na promoção de um turismo mais amplo, visto que em muitos lugares do mundo se pratica

o turismo cultural e com grande êxito. O porquê não fazer o mesmo com os municípios do Estado?

O descaso não apenas com o desenvolvimento sociocultural com os municípios do Amazonas, demonstra que a falta de planejamento estratégico é o principal problema por conta das convenções políticas reinantes no estado, o que inviabiliza trabalhos que promoveriam a economia e transformaria a qualidade de vida de muitos amazonenses.

#### **4.2 TURISMO E OS LUGARES**

Retratar o turismo como forma de apropriação do espaço nos remete a usufruir de um determinado lugar, porém é importante compreender o lugar como categoria na geografia e como é qualificado no turismo. Como bem mencionado por Santos (1996), o lugar em se é utilizado com frequência no âmbito geográfico e passivo de inúmeras interpretações o que leva a uma complexidade de sua praxe, em que local e localização aparentemente denotam uma única análise indissociável.

A compreensão do sentimentalismo humano e a territorialidade com o lugar é uma das inquietações ressaltadas nos estudos de Yi- Fu Tuan (1985), para esmiuçar a condição de determinado espaço se torna rum lugar intensamente humano e para isto é necessário a experiênciação dos aspectos físicos, símbolos e os sentimentos afetivos que incorporam a formação na identidade de um lugar, aspectos os quais são reconhecíveis por suas qualidades. Tuan analisa os movimentos humanos para estabelecer os lugares, e estes por sua vez variam em tamanho, pois o que daria sentido e importância é o olhar e a forma como cada um se apropria dos lugares.

Castell (1999) expõe que o lugar é a categoria de grande importância na compreensão espacial da atual sociedade, visto que as pessoas vivem em lugares, logo percebem e concebem o seu espaço fundamentado no lugar, podendo ou não colaborar na constituição de uma comunidade, posto que não necessariamente esse corpo social forme-se, uma vez que as relações se dão exteriorizadas do conhecimento com o outro, mas, ambos comumente são afetados pelas particularidades do lugar. O fluxo para Castell é engrenagem da dinamicidade dos lugares ao passo que a sociedade transforma e se transforma nos lugares.

Os processos de apropriação do espaço, passa pela mundialização, que para Santos (1996), esse global “desterritorializa”, já que o lugar como espaço irreduzível segue uma

lógica do homem perante as formações sociais e jurisdicionais, fomentadores diários, enquanto o local “territorializa” constituído por objetos integrantes e contínuos.

O turismo é uma prática do uso do espaço (lugares), produzidos pelo turista, e a partir dos lugares se ordena o físico, como bem ressalta Carlos (1996):

A indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer, ilusório onde o espaço se transforma em cenário, espetáculo para a multidão amorfa [...] Aqui o sujeito se entrega as manifestações desfrutando a própria alienação. Esses dois processos apontam para o fato de que ao vender-se o espaço, produz-se a não identidade e com isso, o não lugar (CARLOS, 1996, p.109).

O espaço produzido pela indústria do turismo, para a autora perde significância, descontextualizado de história, identidade, sem essência o que ela chama de não-lugar, projetado com finalidade do turismo, perde seu caráter de lugar e caracteriza como não-lugar. Os cruzeiros proporcionam pacotes com rápidas viagens, não tendo destino de chegada a localidade certa, mas apenas que adentra ao mar e retorna ao ponto de partida é uma recriação das cidades com restaurantes, salões de beleza, banco, shopping, piscina, o turismo neste ambiente prioriza uma condição de status, posto que a paisagem natural é descartada de apropriação do turista, negação do lugar que neste sentido refere-se ao mar ou rio onde se situa a embarcação.

### **4.3 MUNICÍPIOS DO AMAZONAS DESTAQUES TURISTICOS**

O Amazonas tem uma biodiversidade ímpar, esse gigante verde possui múltiplas potencialidades, porém o desenvolvimento turístico não acompanha esta realidade, a seletividade dos lugares acaba por privilegiar alguns poucos municípios do Estado. A Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN) Amazonas, elencou os destaques turísticos de seletivos municípios do estado do Amazonas neste sentido temos como principais atrativos turísticos culturais dos municípios amazonenses em destaque:

#### **4.3.1 FESTIVAL DO PEIXE ORNAMENTAL DE BARCELOS**

Barcelos, no rio Negro, tem como principal atrativo a Festa do peixe ornamental, ocorrendo no fim do mês de janeiro. O peixe símbolo deste município é importante recurso o qual é exportado para o mundo, tendo como principal cliente de exportação o Japão.

#### **4.3.2 FESTA DO CUPUAÇU E FEIRA DA AGROINDÚSTRIA E DE NEGÓCIOS DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**

Presidente Figueiredo, na RMM, é muito conhecida pelas suas belezas naturais, as cachoeiras são um dos atrativos que movimenta o turismo naquele município, além de contar com a Feira de agroindústria e de Negócios que ocorrem no final do mês de abril, destacando se neste contexto o turismo de negócios, modalidade esta que vem crescendo a cada ano.

#### **4.3.3 FESTA DE SANTO ANTÔNIO DE BORBA**

Borba, no rio Madeira, como atrativo principal realiza festa em honra ao padroeiro da cidade Santo Antônio, evento este que acontece de 01 a 13 de junho demonstrando toda fé daquele povo, muitos devotos prestigiam essa festa religiosa.

#### **4.3.4 FESTIVAL FOLCLÓRICO DE PARINTINS E FESTA DE NOSSA SENHORA DO CARMO**

Parintins é uma ilha localizada aproximadamente 360 km distante da capital do estado, é conhecida nacional e internacionalmente pelo Festival Folclórico dos bois Caprichoso, com as cores azul e branca, e Garantido, vermelha e branca, uma verdadeira arte em meio a floresta e atrai milhares de turistas no último fim de semana de junho para julho, a festa dura 3 noites em que a cultura indígena é reverenciada.

Logo após, o povo parintinense demonstra sua fé e todos os anos milhares de fies devotos de Nossa Senhora do Carmo, seguem para o município, festividade esta que ocorre de 6 a 16 de julho, é um dos momentos marcantes na vida dessa gente simples, alegre e talentosa. A festa atrai romeiros dos municípios próximos, tanto do Amazonas como do Pará, e de Manaus.

#### **4.3.5 FESTIVAL DE CIRANDA**

Manacapuru, à 70 km de Manaus, faz parte da RMM, tem como destaque o Festival da Ciranda, em que diferentes grupos de dança disputam o título deste evento que ocorre no último fim de semana do mês de agosto.

#### **4.3.6 FESTIVAL DA CANÇÃO DE ITACOATIARA (FECANI)**

Em Itacoatiara, cerca de 220 km da capital, o Festival da canção é uma oportunidade para revelar os talentos da terra ocorrendo no início do mês de setembro.

#### **4.3.7 FESTIVAL DE VERÃO DE MAUÉS**

Maués, além da cultura do guaraná que dá nome a Festa que tem início final de novembro indo até o primeiro fim de semana de dezembro, realiza o Festival de Verão atraindo muitos turistas para se banhar nas belas praias, este evento acontece no início do mês de setembro.

#### **4.3.8 FESTA DO GÁS NATURAL**

Coari, localizado no médio rio Solimões, é um dos municípios em destaque no Amazonas pela descoberta de material fósseis naquela região e assim tem como um de seus atrativos mais importantes a festa do Gás Natural, em 1º de dezembro.

Estes são os eventos culturais dos municípios do estado divulgados pela SEPLAN, é importante divulgar as potencialidades do estado, poucos municípios se destacam, remete-nos a crer que o Turismo na Amazônia ainda não foi explorado e a economia a qual poderia ser o grande suporte para o desenvolvimento de muitas famílias amazonenses. A publicidade dos 62 municípios é pouca, e assim o turismo como prática se torna apenas um vislumbre sem real concretude.

### **4.4 GEOGRAFIA E TURISMO**

Geograficamente o Turismo é uma atividade que engloba diretamente o uso e venda de um determinado lugar como bem expõe Cruz (2003). Para a autora o turismo é uma prática social que consome elementarmente espaço; logo do turismo nada se leva, configurando o turismo como uma atividade que o lucro se torna mais do que significativo, visto que a circulação monetária permanece na localidade em via de regra, é bem sabido que certas atividades turísticas muitas das vezes têm seus lucros privados



do lugar de origem, gerando prejuízo, posto que o intuito do turismo é beneficiar os habitantes locais.

O turismo para muitos se tornou o meio lucrativo mais significativo, os dias atuais trazem diversos movimentos financeiros que potencializam o turismo como comércio, segundo João Carlos Gomes, superintendente de Economia e Pesquisa da Fecomércio-RJ através dos dados obtidos em Pesquisa Nacional sobre o Turismo (2014), expõe que o crescimento do crédito, a expansão do mercado de trabalho com carteira assinada e a massa salarial acabam por favorecer o brasileiro investir no turismo, assim sendo cursos de hotelaria, atendimento ao turista entre outros cursos voltados ao atendimento ao público se tornaram cada vez mais procurados pelos pequenos e médios empresários.

A geografia da região Amazônica é um dos principais atrativos do turismo regional no Brasil, sua biodiversidade é por se só o marketing de divulgação que encanta e convida ao turismo, é neste viés que os municípios amazonenses precisam focar o desenvolvimento sustentável de sua população, utilizando-se desta geografia impar encontrada na região Norte do país. O turismo de aventura está ganhando a cada ano mais adeptos, explorar a geografia dos lugares é um dos novos seguimentos, que potencializam o desenvolvimento econômico local, excursões em reservas ecológicas, em trilhas fechadas, tornam-se os diferenciais dos lugares, a “natureza selvagem vende”, a arte e cultura é chamariz para o turista, a curiosidade de explorar costumes, crenças e um novo mundo é o que o turista quer ver, o inusitado e é justamente por esse motivo que a Amazônia é um dos pontos turísticos mais sonhados pelos turistas do mundo todo, e a cada ano o número de cruzeiros em excursões pelo Amazonas aumenta. E não é apenas o turismo de passeio que ganha campo, o turismo de pesquisa e de trabalho vem movimento um significativo mercado econômico.

#### **4.5 NHAMUNDÁ: BREVES CONSIDERAÇÕES HISTÓRICO-SOCIAIS**

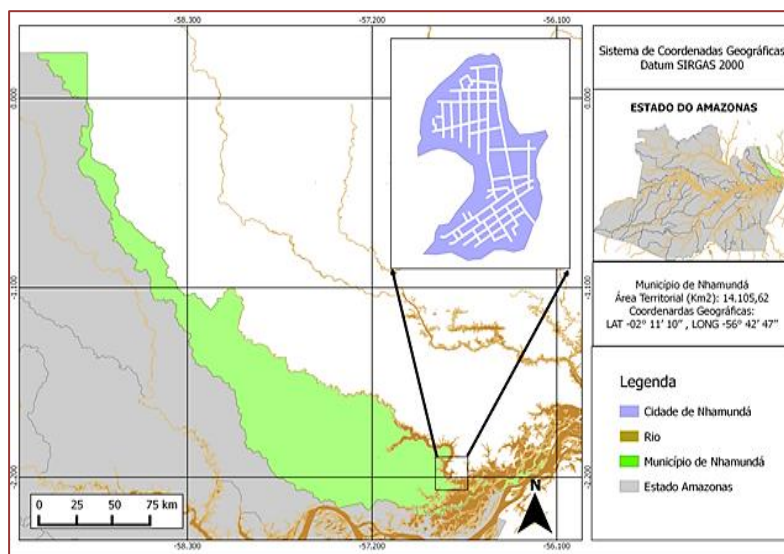
O município de Nhamundá no Estado do Amazonas tem sua história derivada das tribos indígenas que habitavam a localidade do viçoso rio Nhamundá, o município recebeu este nome por conta dos índios Jamundá e Uaboís de língua tupi-guarani tendo por significado “aquele que furta”, estas tribos são considerados os primeiros habitantes da região do Nhamundá e Trombetas. Segundo Saunier (1991), há muito pouco registro sobre estas tribos, porém por intermédio dos estudos de João Barbosa de Farias por volta do ano de 1946 o qual por meio de escavações nas áreas de Nhamundá (AM) e Faro

(PA), descobriu vestígios de que os Uaboís eram exímios fabricantes de amuletos de pedras verdes os tão cobiçados (muraquitãs), resquícos das índias guerreiras mais conhecidas como Tribo das Amazonas, segundo o pesquisador é bem provável que os Uaboís tenham aprendido a fabricar os amuletos com as mulheres guerreiras. Muitas outras etnias primitivas acabaram por se fixar nesta porção geográfica a exemplo os, índios ceramistas da família linguística Caribae Guaranís ou Guacarás os Condurís ou Conurís índios localizados na parti de cima do rio Nhamundá rumo as Guianas.

A cidade nhamundaense foi edificada às margens do rio Nhamundá, tendo a sede municipal origem datada do século XVII. Antes de ser intitulada de Nhamundá a região era mais conhecida como distrito da Ilha Afonso de Carvalho, vulgo Ilha das Cotias, isto por contas de famílias ilustres que desencadearam o processo de desenvolvimento da região como as famílias Texeira, Pinheiro dentre outras, anos mais tarde esta porção fora desmembrada de Parintins (AM), município próximo a Nhamundá ao qual o município estava intimamente ligado, passando a constituir-se como município autônomo denominado de Nhamundá no ano de 1956 com o nome atual.

Nhamundá, atrai visitantes o ano todo, pois possui uma fisiografia ímpar, belas praias, uma culinária típica regional que agrada ao turista, localiza-se na região do Baixo Amazonas, tendo áreas limítrofes as cidades de Parintins na porção sul, a oeste Urucará, ao norte o Estado de Roraima e circunjacente aos municípios de Faro, Juruti e Terra Santa, do Estado do Pará compartilhando o sereno Nhamundá notável rio de águas escuras. O município Nhamundaense tem altitude de 50 metros em relação ao nível do mar, estando equidistante da capital do Amazonas, Manaus, cerca de 380 km em linha reta e aproximadamente 577 km por via fluvial (Figura 1).

Segundo estudos do IBGE de 2010, a população nhamundaense é composta por 18.278 habitantes, representando pouco menos de 8% da população do território, sua maioria ainda é rural tendo uma taxa de urbanização inferior a 43%, infelizmente 42% das famílias de Nhamundá vivem em situação de pobreza, a pesar de um índice positivo no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) em relação a educação, é necessário rever a o sistema educacional através de infraestruturas básicas, o sistema de saúde pública é precário, segundo o próprio Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável Nhamundá 2007-2014.

**Figura 1:** Localização Nhamundá-AM

Fonte: Google Earth, Org. Moraes (2015)

O clima, as belezas naturais encontrada em Nhamundá contribuem para o desenvolvimento econômico daquela localidade em relação ao turismo, e suas festividades religiosas e culturais são diferenciais positivos, os quais se destacam na programação da cidade as festas religiosas de Santo Antônio e N. S. de Assunção. Nhamundá destaca-se pela tradicional “Festa da Pesca do Tucunaré” que ocorre no final do mês de setembro, mobilizando pescadores locais, é pois um destaque no cenário de pesca esportiva, atraindo visitantes e turistas de diversas regiões do país, o riquíssimo ecossistema abriga inúmeros peixes como o tucunaré, apapá e as coloridas e robustas pirararas.

Segundo Bentes e Santos (2014), a economia é norteadada pela castanha-do-pará, pecuária, extração de madeiras (Itaúba), peixes e minerais como ouro, rutilo, titânio e cristal de rocha, o que destaca a importância mineral deste município amazonense. As formações paisagísticas de grandes formações geológicas como o Espelho da Lua, Ilha do Papagaio, e as inúmeras praias, são pontos importantes que fortalecem o capital turístico desta região.

Nhamundá é uma cidade acolhedora de povo simples, um lugar acolhedor que encanta a todos que a conhecer, é um lugar de inspiração como bem ressaltam os poetas André Azevedo e Jader Carvalho, na música “Nhamundá Tropical”

[...] quero falar de um lugar, que me toca o coração.  
Um pequeno torrão de terra pois sei que vocês poderão gostar.  
Na margem direita do rio Nhamundá, na fronteira com o Pará [...]

#### **4.6 NHAMUNDÁ ORGANIZAÇÃO ESPACIAL URBANA E RURAL**

O turismo e o espaço hoje se fundem neste sentido as transformações dos lugares se evidencia no processo de (re)organização espacial encontrados em Nhamundá. Apesar de baixa infraestrutura turística o município nhamundaense é conhecido como uma localidade turística por suas inúmeras belezas naturais, atraindo turista o ano todo tendo um contingente maior de visitantes em épocas festivas, como suas manifestações religiosas e programações culturais como a Festa do Tucunaré, peixe atrativo de pesca esportiva símbolo da festividade que todos os anos atraem milhares de pessoas a cidade.

É preciso compreender como se deu a organização espacial daquele município tanto no enfoque da sua zona urbana quanto rural em relação ao desenvolvimento do turismo como fonte econômica e permanente para o desenvolvimento humano da população daquela localidade.

Diante um foco turístico a administração pública desenvolveu parcerias com o governo do Estado e partindo de recursos próprios para um urbanismo que embelezasse a cidade não apenas para o turista mais para a população em geral, as ruas foram pavimentadas, asfaltadas (Figura 2), casas foram pintadas, assim como os pontos turísticos importantes da pequena cidade como a Igreja de Santo Antônio (Figura 3); na Praia da Liberdade como forma de agradar aos banhistas e turistas foram erguidas pequenas coberturas, dando um conforto a mais aos visitantes (figura 4), bem como se edificaram quiosques para a venda de bebidas e comidas na orla da praia, onde também construíram um, palco alternativo para apresentação de shows.

Figura2: Organização espacial nas ruas de Nhamundá-AM



Fonte: Ana Paula Moraes, 2014

**Figura 3:** Igreja de Santo Antônio em Nhamundá-AM



Fonte: Ana Paula Moraes, 2014

**Figura 4:** Praia da Liberdade e estrutura para o turismo



Fonte: Ana Paula Moraes, 2014

A organização e urbanismo não ficaram apenas na cidade se estendeu a zona rural do município, assim comunidades foram beneficiadas com calçamento como a Comunidade Cutipanã, uma unidade básica de Saúde no Apéua, segundo a revista Revelação 2013, a prefeitura iniciou várias obras para o beneficiamento da população nhamundaense como a construção do muro de arrimo na orla da cidade ( Figura 5); e nas comunidades como do Santo Antônio do Mamuriacá foi realizada terraplanagem (Figura 6); outra iniciativa que expõe a revista é em relação ao “Projeto Luz na Comunidade” o qual está levando energia elétrica as comunidades beneficiando a vida do cidadão daquele município de Nhamundá (figura 7).

**Figura 5:** Construção da Orla na cidade de Nhamundá



Fonte: Revista Revelação, 2013

**Figura 6:** Terraplanagem Comunidade Mamuriacá Nhamundá/AM



Fonte: Revista revelação, 2013

**Figura 7:** Projeto Luz na Comunidade



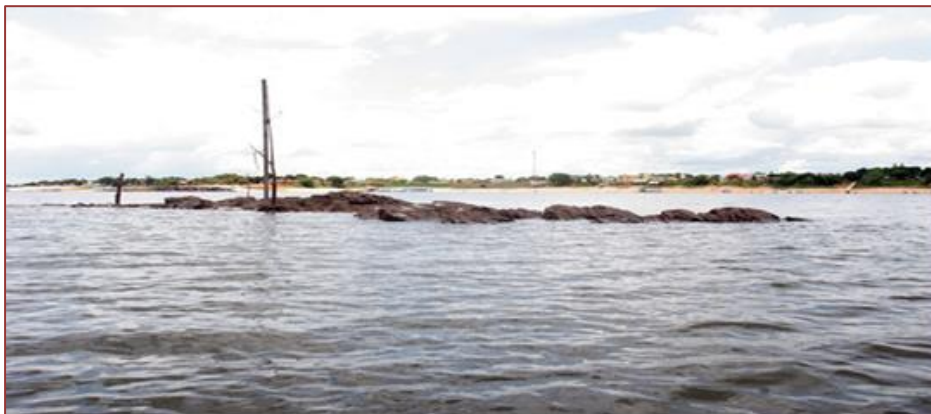
Fonte: Revista revelação, 2013

## **4.7 PRINCIPAIS ATRATIVOS NATURAIS NO MUNICÍPIO DE NHAMUNDÁ**

### **4.7.1 ILHA DO PENTEIO**

A diversidade geológica das estruturas encontradas em Nhamundá sustenta afloramentos de rochas que dão origem a uma Ilha denominada de Penteio (Figura 8), está localizada na divisa com o estado do Pará, recebendo este nome por conta do fruto penteio de araçá, fruto do araçazeiro que existira na ilha durante os anos 60. Segundo Bentes e Santos (2014), a ilha é formada por rochas lateríticas ferruginosas e rochas em desagregação (areia) constituindo uma pequena praia, na cheia do rio a mesma fica submersa. Durante a estiagem a formação atinge cerca de 20 metros de comprimento.

Figura 8: Ilha do penteio



Fonte: Lison Costa

#### 4.7.2 PONTA DAS PEDRAS

A formação geológica deste afloramento advém dum capeamento rochoso e desnudamento, perfazendo uma pequena praia localizada no centro da cidade e recebe o nome de Ponta de Pedras (Figura 9), é um dos pontos turísticos com maior visitação na região do Nhamundá, para as práticas de lazer nos finais de semana.

Vale ressaltar que por meio da dinâmica da cheia e vazante do rio, a praia existente é temporária e de pequeno porte, com aproximadamente 110 metros de extensão aflorando no mês de outubro, esta formação detém rochas detríticas em alta concentração no local, representando um perigo à embarcações que trafegam pela extensão, e no verão se transforma em um lugar privilegiado para os banhistas.

Figura 9: Ponta das Pedras em Nhamundá-AM



Fonte: Paulo Neto



### 4.7.3 PRAIA DA LIBERDADE

Um dos destaques naturais de Nhamundá é a Praia da Liberdade (Figura 10), banhada pelo rio Nhamundá, é um dos pontos de encontro da sociedade nhamundaense, hoje possui uma infraestrutura diferenciada para o turismo, nesta praia há um palco alternativo, quiosques, lanches e bares.

Segundo Bentes e Santos (2014, p.101):

Historicamente, a bela praia servida pelas águas do rio Nhamundá fora uma fazenda de propriedade do senhor Xisto Pinheiro, este possuidor da área equivalente ao bairro Gilberto Mestrinho e Santo Antônio, que após o seu falecimento, a fazenda ficou sob a responsabilidade dos herdeiros.

Devido ao avanço populacional foi adquirida pela Prefeitura Municipal no ano de 1978, sob o governo de Fernando Silva Mota.

Pela grande concentração de jovens recebeu o nome de Praia da Liberdade, seus aspectos marcantes são as areias brancas de praia livre e aberta, bem usufruída no período de férias.

Figura 10: Praia da Liberdade



Fonte: Ana Paula Moraes 2014

#### 4.7.4 SERRA DO ESPELHO DA LUA

A Serra do Espelho da Lua é uma das formações de grande impacto em relação turismo, visto que milhares de pessoas visitam a localidade e tido como um dos mais belos da região. A ação antrópica é mínima nesta região, porem a ação natural é constante provocando constantes transformações no relevo. Durante o período de vazante do rio, surge aos arredores do Espelho da Lua, alvas praias além de arvores frutíferas como bem cita Bentes e Santos (2014), arvores nativas dos açazeiros, bacabeiras, patauazeiros, buritizeiros, coqueiros, ingazeiros e madeiras nobres diversas que ladeiam a serra, o que demonstra a biodiversidade desta região.

Os minerais no Espelho da Lua é outro elemento que desponta interesses comerciais, visto que naquele lugar são encontrados granitos de bauxita em sua encosta.

Segundo as histórias locais, que são passadas de geração em geração, o Espelho da Lua era o lugar de moradas das lendárias tribos de mulheres guerreiras as Amazonas, belas índias que usavam como adorno pedras preciosas chamadas muiraquitãs. O espelho da Lua comporta em sua vegetação espécies consideradas patrimônio da região, com uma floresta ombrófila densa e de igapó, sujeita a alagação sazonal.

Figura 11: Serra do Espelho da Lua (Nhamundá)



Fonte: JD Azevedo Filho (2014)

Figura 12: Lago do Espelho da Lua (Nhamundá)



Fonte: Nhamundaam.com

#### 4.7.5 A ILHA DO PAPAGAIO

Distante 1100 metros a oeste da cidade de Nhamundá, encontra-se um conjunto de ilhas que durante o período de vazante do rio resultam na formação de um ajuntamento de ilhas denominada Ilha do Papagaio com cerca de 1200 metros de diâmetro.

Historicamente seu nome vem dos papagaios que viviam nas mesmas em meados dos anos 40. Após a instalação da primeira usina de pau rosa na Ilha das Cotias (atual cidade de Nhamundá) os papagaios acabaram de fazer as constantes viagens para a sede do município. Até meados dos anos 50, alguns papagaios ainda resistiam ao avanço humano, já os outros papagaios seguiram viagem para o Alto Nhamundá (nhamundaam.com, 2013).

Figura 13: Ilha do Papagaio



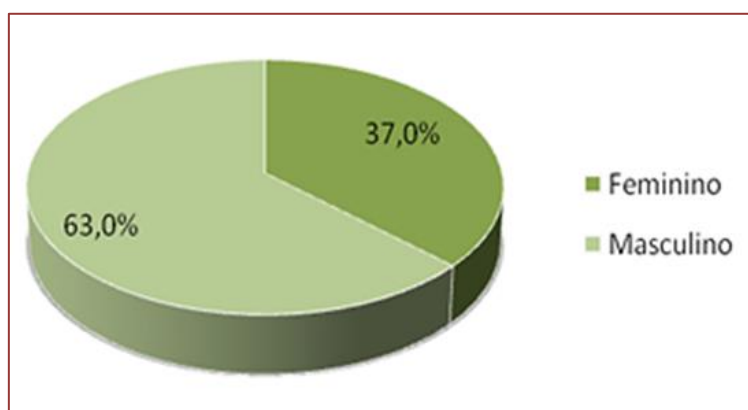
Fonte: Paulo Bindá

#### 4.8 TURISMO E TURISTAS NA FESTA DO TUCUNARÉ EM NHAMUNDÁ

Partimos do princípio de que o turismo é feito por atrativos e pessoas. São os turistas os indicadores de que o turismo acontece e pode refletir em sua expansão ou seu fracasso. Uma festa, sempre tem seus convidados. A Festa da Pesca do Tucunaré, em Nhamundá, os visitantes veem tanto das comunidades próximas do município, como de municípios vizinhos e , também, do estado fronteiriço, o Pará. Também se inclui Manaus, que sempre tem grande participação em qualquer evento no estado. No sentido de conhecer o turista e compreender sua relação com a festa, foi proposto um questionário para avaliar a estadia do turista na cidade, tendo por resultados os dados que se seguem.

Quanto a identificação do turista (gráfico 1) foi perceptível entre os entrevistados que 63,0% s pertenciam ao sexo masculino e 37,0% eram do sexo feminino. Essa diferença segundo o Ministério do Turismo em recente pesquisa solicitada a Fundação Getúlio Vargas, se caracteriza pelo fato dos homens obterem ganhos salariais superiores aos das mulheres, como bem frisa a pesquisadora do Centro Universitário de Brasília, Amália Pérez, o sexo feminino recebem 30% menos que o sexo oposto, homens costumam estar em cargos de chefia, tendo assim sua presença no local de trabalho flexível, vale ressaltar as mulheres que tem filhos acabam priorizando a família, deixando viagens para último plano em suas vidas corridas.

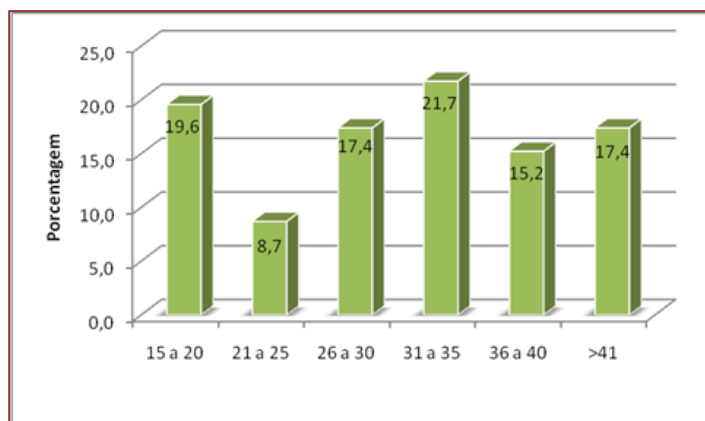
Gráfico 1: Identificação do turista por sexo



A cada ano o turismo vem se tornando acessível às diferentes faixas etárias, o que se pode comprovar na Festa do Tucunaré (gráfico 2), dos entrevistados 19% estavam na faixa dos 15 a 20 anos; 8,7% encontravam-se entre 21 e 25 anos, dos entrevistados ;17,4% encontravam-se entre 26 a 30 anos; de 31 a 35 anos somaram-se 21,7%; 15,2%

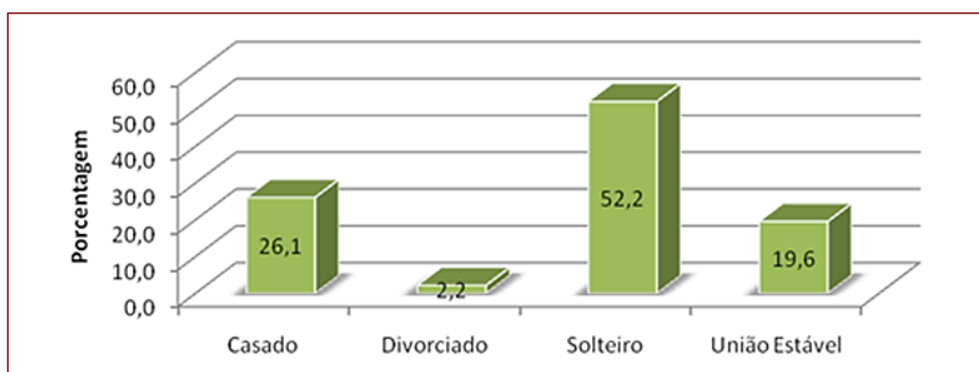
compunham os indivíduos de 36 a 40 anos, aqueles acima de 41 anos foram responsáveis por 17,4%.

Gráfico 2: Faixa etária dos entrevistados



Analisando o gráfico 3, correspondente ao estado civil dos entrevistados observou-se que 26,1% afirmam serem casados, 2,2% declaram estarem divorciados, 52,2% dos arguidos encontravam-se solteiros enquanto 19,6% mantinham uma união estável. É possível compreender pela diferença em percentual que os solteiros são assíduos na Festa do Tucunaré, e devido a sua condição de não estar ligado por matrimônio, buscam uma vida independente e despreocupada, focando-se em entretenimentos encontrados nas festas.

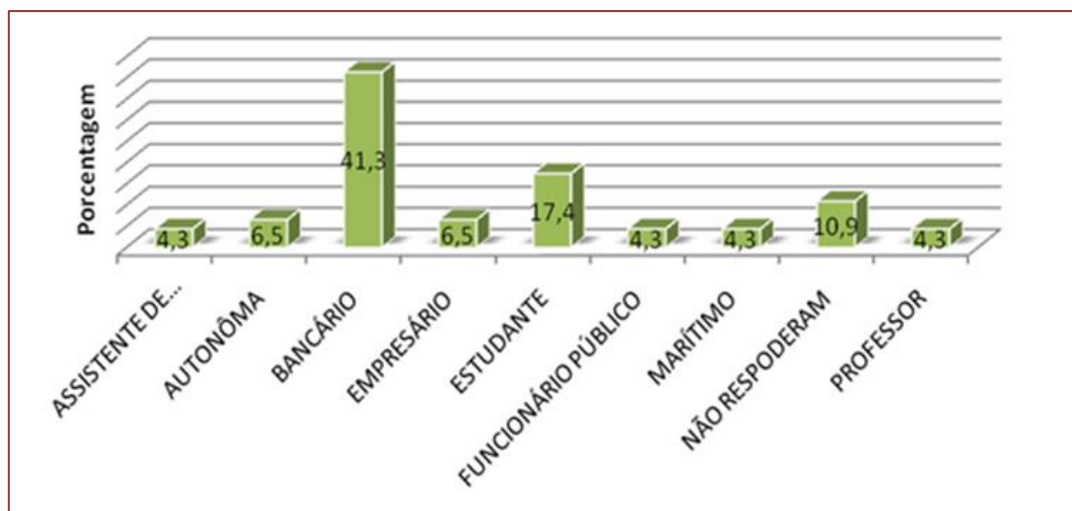
Gráfico 3: Estado Civil dos Entrevistados



Dos profissionais entrevistados na Festa do Tucunaré (gráfico 4), 4,3% trabalhavam como assistente de produção e com mesmo percentual encontraram-se professores; marítimo; funcionário público; 6,5% dos arguidos se disseram autônomos

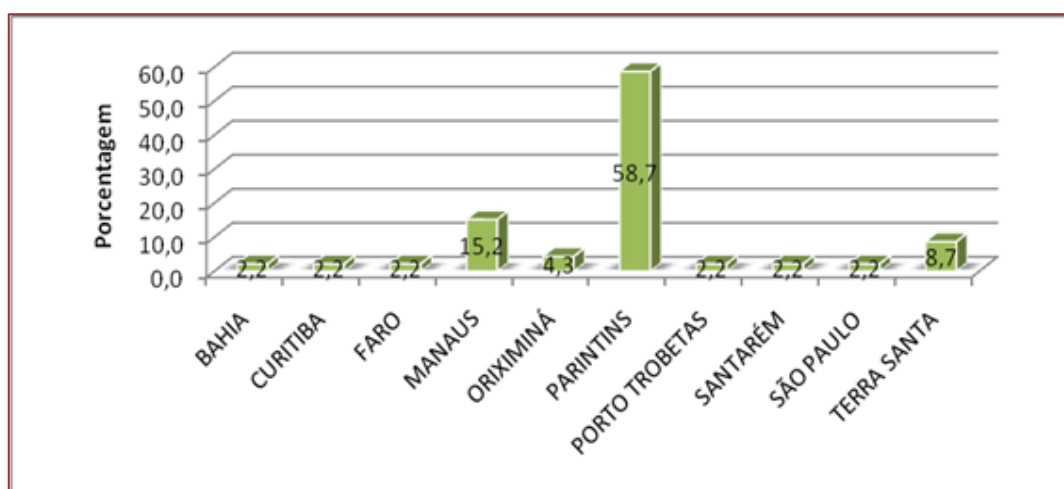
assim com o mesmo resultado encontrou-se a categoria de empresário; dos turistas 17,4% eram estudantes; 41,3% eram bancários e 10,9% não responderam a questão.

Gráfico 4: Profissão dos Entrevistados



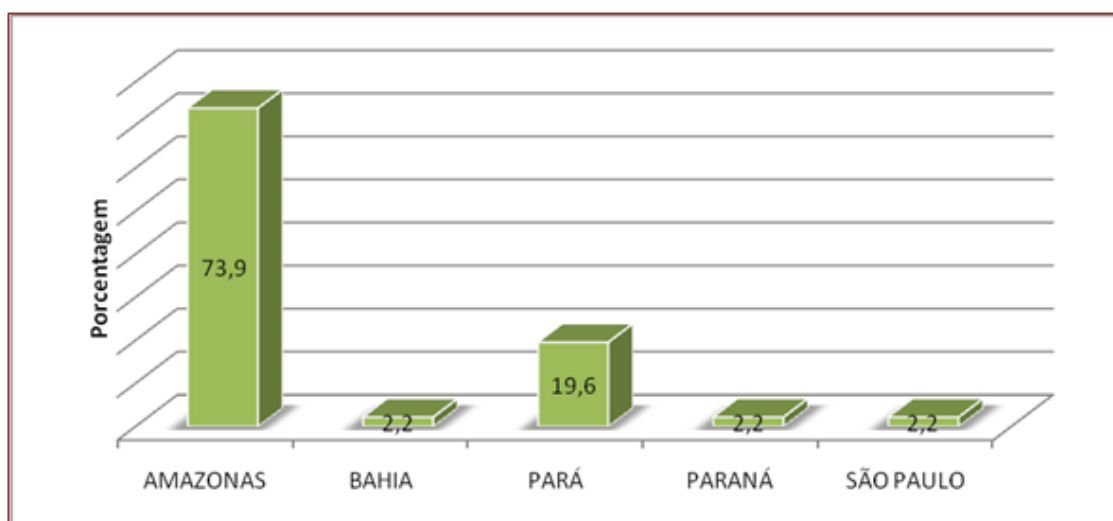
Da procedência das cidades de origem dos turistas na festa do tucunaré em Nhamundá destacado no Gráfico 5, no ano de 2014, com igual quantitativo destacam-se a Bahia; Curitiba; Faro; Porto trombetas, Santarém; São Paulo responsáveis cada por 2,2% dos entrevistados; em seguida Oriximiná responsável por 4,3% dos visitantes; Terra Santa representando 8,7% do total; Manaus com 15,2% dos turistas e Parintins com significativa participação contando 58,7% dos presentes na festividade.

Gráfico 5: Cidade de Origem



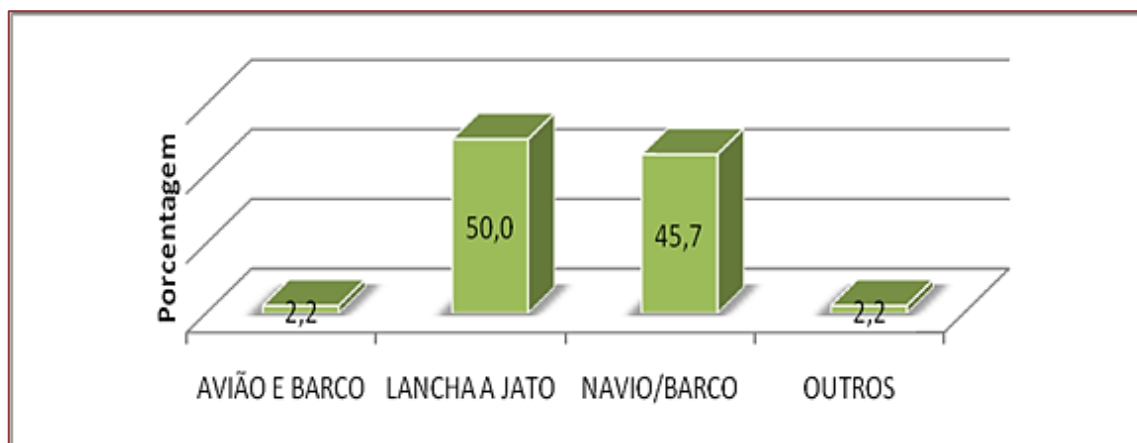
Tratando-se do Estado de procedência, 19,6% dos turistas eram vindouros do Pará, 73,9% dos entrevistados pertencem ao estado do Amazonas e 6,6% são de origem de outros Estados da Federação. É notável na apresentação dos dados que a maioria dos turistas advém do estado do Amazonas, devido a proximidade dos municípios há a facilidade do acesso ao ambiente nhamundaense, visto que o principal meio de transporte é o fluvial que detém um custo razoável em relação a importância paga pelo passageiro pela viagem para qualquer região do baixo Amazonas.

Gráfico 6: Estado de Origem



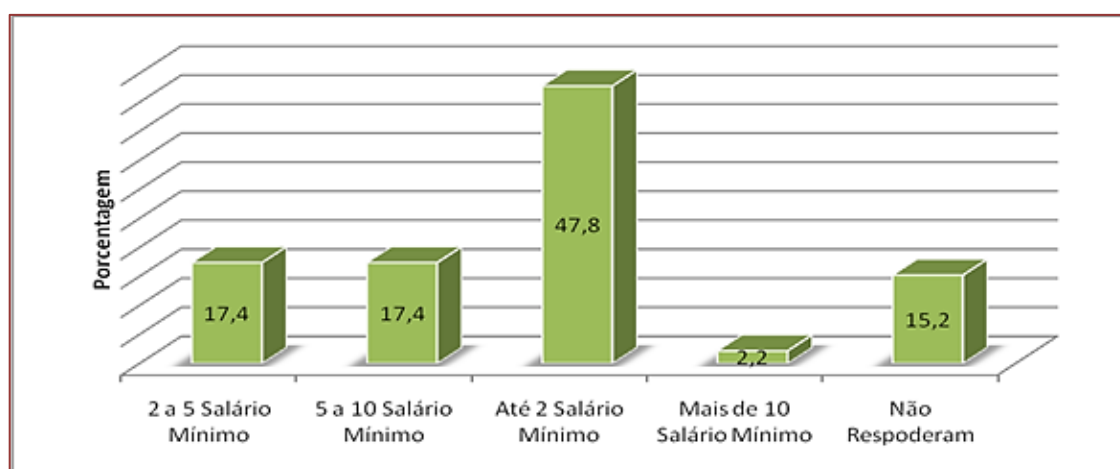
O meio de transporte mais usado pelo turista para chegar a Nhamundá sem dúvida é fluvial como demonstrado no Gráfico 6, visto como bem mencionado por Becker e Stenner (2008), os rios da Amazônia, são suas estradas naturais, e mantém relações culturais e sentimentais com o povo ribeirinho. Nesse contexto fora percebido que 2,2% dos entrevistados relataram tido como meio de transporte Avião/Barco; 45,7% chegaram ao seu destino por meio de Navio/Barco; já 50% utilizaram como meio de transporte Lancha a Jato e 2,2% dos consultados serviu-se de outros meios para locomoção ao município Nhamundaense.

Gráfico 7: Meio de Transporte para Viagem à Nhamundá



O turismo deixou de ser uma prática para aqueles afortunados, pacotes turísticos são boas opções para aqueles que desejam desfrutar de uma localidade turística, um estudo do Ministério do Turismo revela que os brasileiros com renda até R\$ 2.100,00 aumentaram sua intenção de viagem de 8,8% para 17,9% no ultimo ano, e esta constatação se remete Gráfico 8, referente a renda individual dos pesquisado em Nhamundá, 47,8% dos entrevistados recebiam até 2 salários mínimos, aqueles que recebiam na faixa de 2 a 5 salários representou 17,4% com mesmo percentual encontraram-se os indivíduos com renda entre 5 a 10 salários; os turistas os quais alegaram receber mais de 10 salários somaram 2,2% dos entrevistados e 15,2% dos arguidos preferiram não responder a questão.

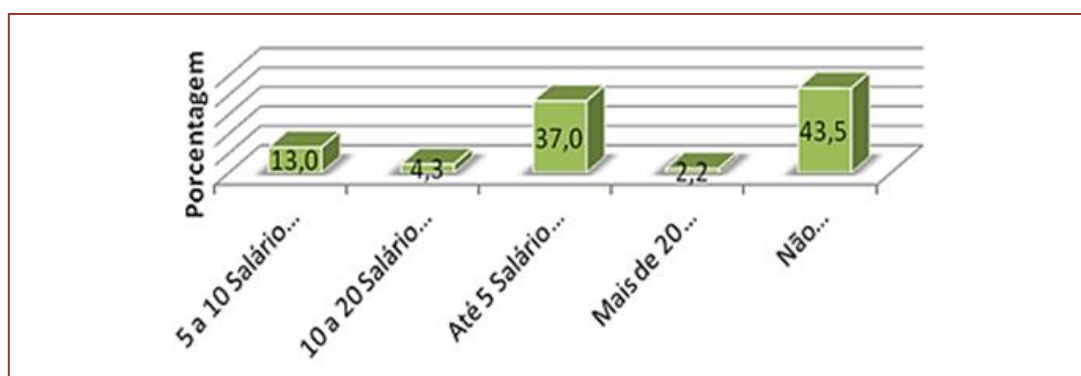
Gráfico 8: Renda Individual





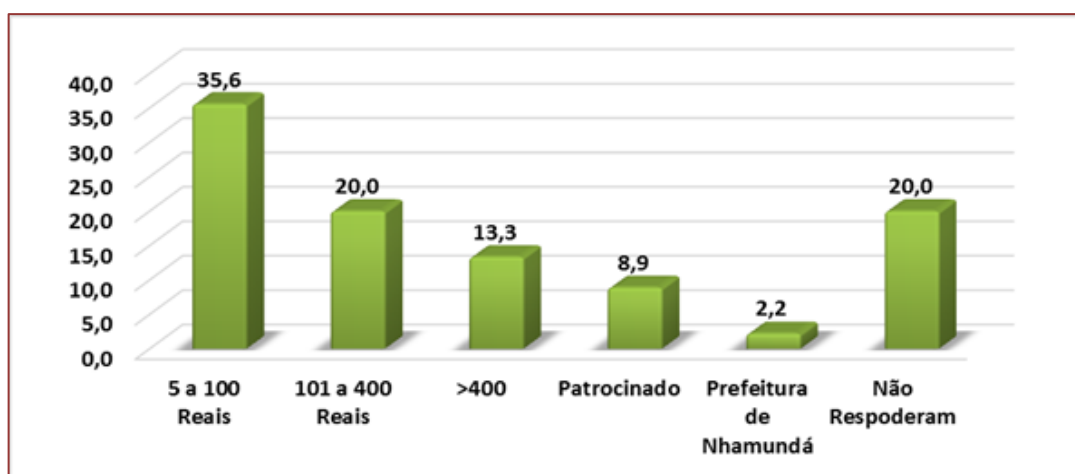
A renda familiar elencado no Gráfico 9, é um dos itens que influenciam a decisão de fazer turismo nos lugares, assim dos entrevistados 37% tinham renda familiar até 5 salários; 13% alegaram receber de 5 a 10 salários; as famílias com ordenados variando de 10 a 20 salários somaram 4,3%; acima de 20 salários correspondeu a 2,2% e 43,5% optaram por não responder.

Gráfico 9: Renda Familiar



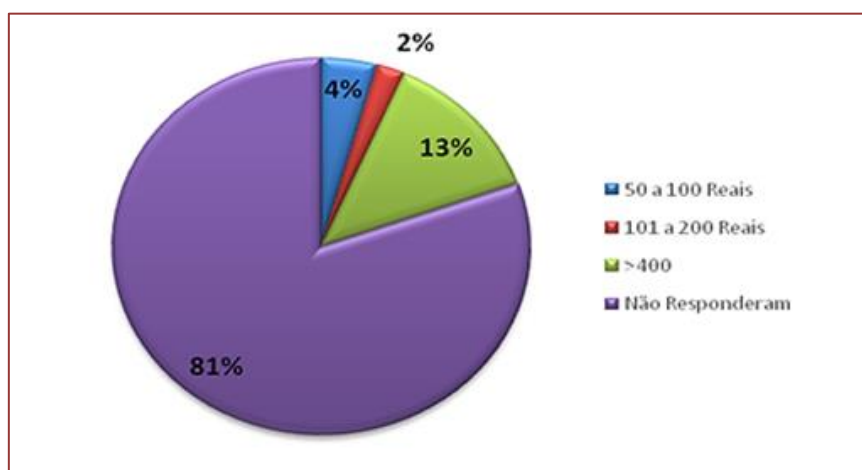
Quanto a gastos com transporte pode observar, por meio do Gráfico 10, que 35,6% utilizou R\$5,00 a R\$100,00; 30,6% gastaram entre R\$ 101,00 a R\$400,00, 13,3% gastaram acima de R\$ 400,00; 8,9% tiveram seus gastos pagos pelo Governo do Estado do Amazonas (patrocinado); 2,2% as despesas se deu pela Prefeitura Municipal de Nhamundá; 20% não responderam a pergunta.

Gráfico 10: Gastos com transporte



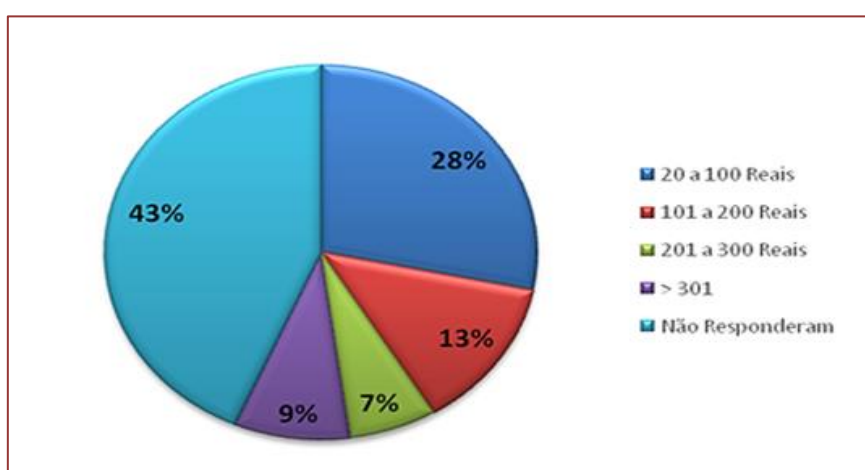
No quesito hospedagem relacionado no Gráfico 11, 4% gastaram cerca de R\$50,00 a R\$100,00; com o percentual de 2% encontrou-se aqueles que tiveram gastos entre R\$101,00 e R\$200,00; já 13% desembolsaram acima de R\$400,00 pela estadia e 81% não opinaram sobre a questão.

Gráfico 11: Gasto com hospedagem



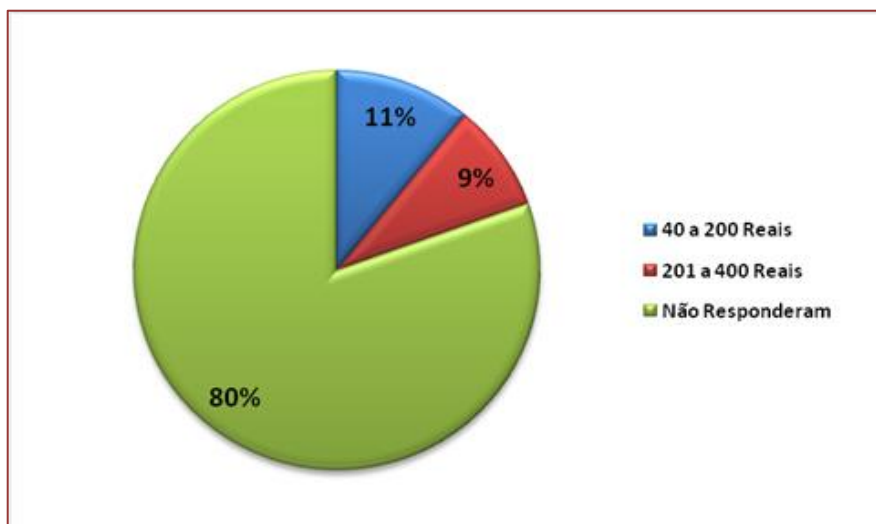
No item alimentação revelado pelo Gráfico 12, 28% gastaram entre R\$ 20,00 a R\$100,00; 13% investiram de R\$101,00 a R\$200,00; 7% gastaram de R\$201 a R\$300,00, enquanto 9% desembolsaram acima de R\$301,00 e 43% preferiram não responder.

Gráfico 12: Gastos com alimentação



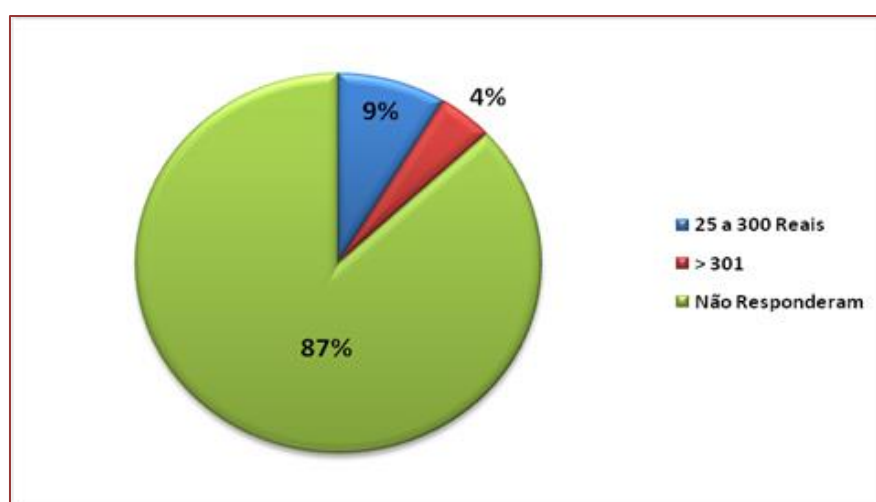
O Gráfico 13, que abrange a questão compras diversas, foi computado que 11% gastaram entre R\$40,00 a R\$200,00; 9% desembolsaram entre R\$201,00 a R\$400,00 até R\$ 200,00; e 80% não responderam.

Gráfico 13: Gastos com compras diversas



Em relação a gastos com lazer e recreação disponível no Gráfico 14, 9% dos entrevistados gastaram entre R\$25,00 a R\$300,00; já 4% gastaram acima de R\$301,00; 87% dos entrevistados preferiram abster-se na questão.

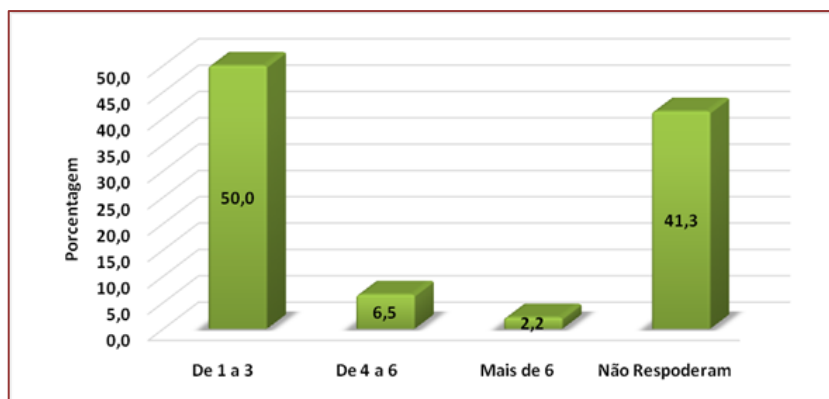
Gráfico 14: Gastos com lazer e recreação



Mediante o questionamento elaborado diante a questão de quantas pessoas estão incluídas nos mais diversos gastos observáveis, obteve-se como resultado no Gráfico 15 que 50,0% indicaram que os gastos incluíam de 1(uma) a 3 pessoas; 6,5% disseram

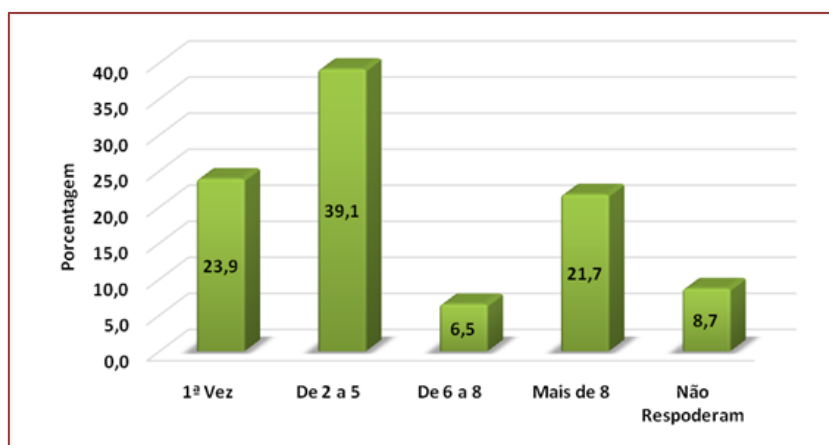
abranger de 4 a 6 indivíduos, 2,2% alegaram que os incluíam mais de 6 pessoas e 41,3% não opinaram sobre a questão.

Gráfico 15: Pessoas incluídas neste gasto



Ao questionamento de quantas visitas os turistas fazem a Nhamundá, obteve-se por meio do Gráfico 16, que 23,9% dos entrevistados encontravam-se na cidade pela 1ª vez; 39,1% somam aqueles que estão em visita a Nhamundá entre 2ª a 5ª vez; 6,5% representaram aqueles que visitavam o município entre a 6ª até 8ª vez; enquanto que 21,7% atestaram passar da 8ª visita ao município Nhamundaense; 8,7% dos entrevistados não responderam.

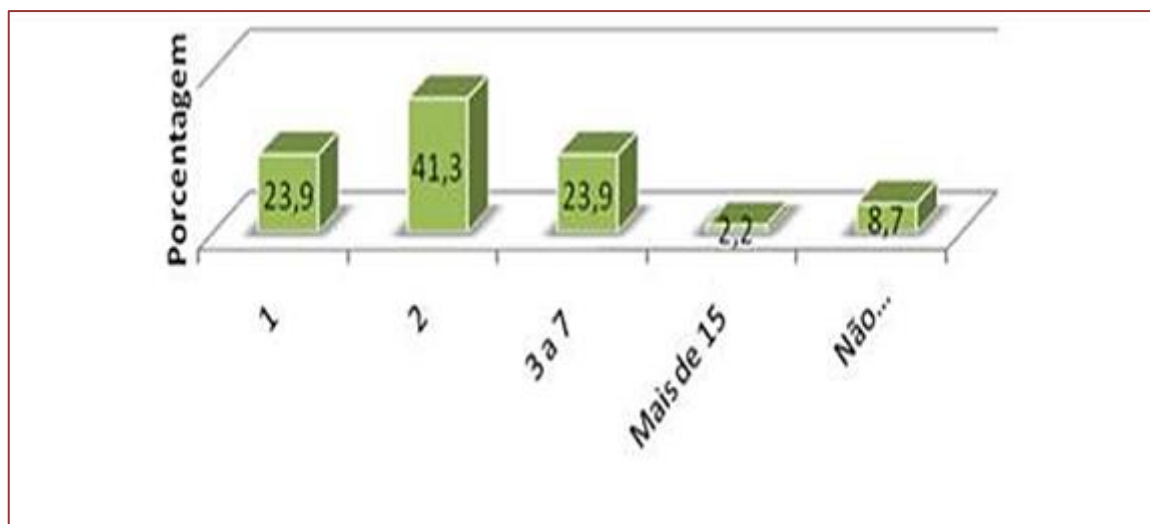
Gráfico 16: Número de visitas a Nhamundá



No Gráfico 17, que aponta o tempo de permanência na Cidade de Nhamundá apurou-se que 41,3% permaneceriam 2 dias no município, coincidindo com o fim de semana dias em que muitos dos visitantes encontram-se de folga de suas atividades laborais; com percentuais iguais de 23,9% os indivíduos que permaneceriam 1 dia e de 3

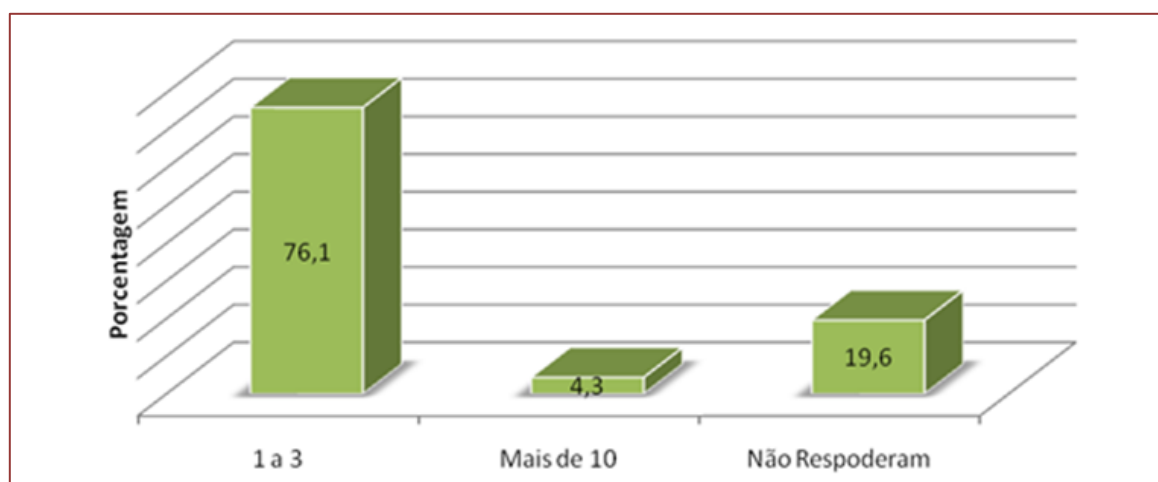
a 7 dias; 2,2% dos entrevistados afirmaram estadia por mais de 15 dias e 8,7% dos arguidos não responderam à questão.

Gráfico 17: Tempo de Permanência em Nhamundá (Dias)



Na questão sobre a duração da viagem, constatou-se que 76,1% dos arguidos responderam que a viagem a Nhamundá duraria de 1 a 3 dias, 4,3% afirmaram uma viagem para mais de 10 dias e 19,6% não responderam a questão.

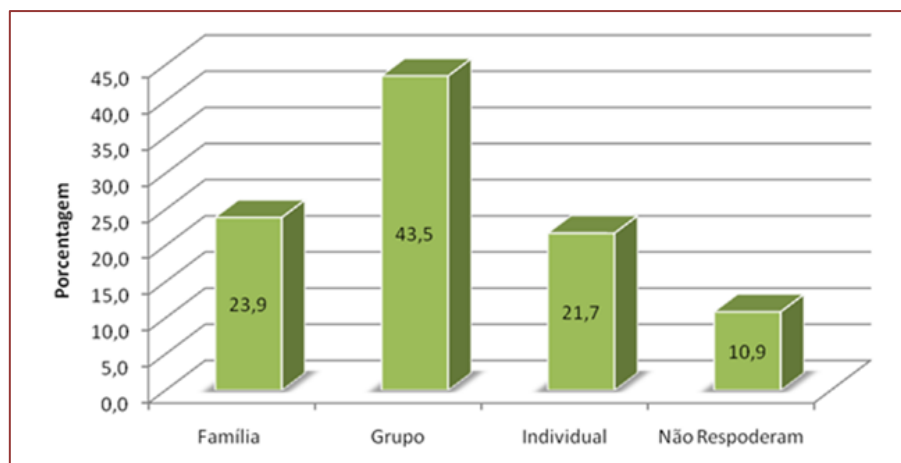
Gráfico 18: Duração da viagem



A questão da viagem ser individual, em família ou em grupo os resultados demonstrados no Gráfico 19 são os seguintes: 43,5% dos entrevistados viajavam em

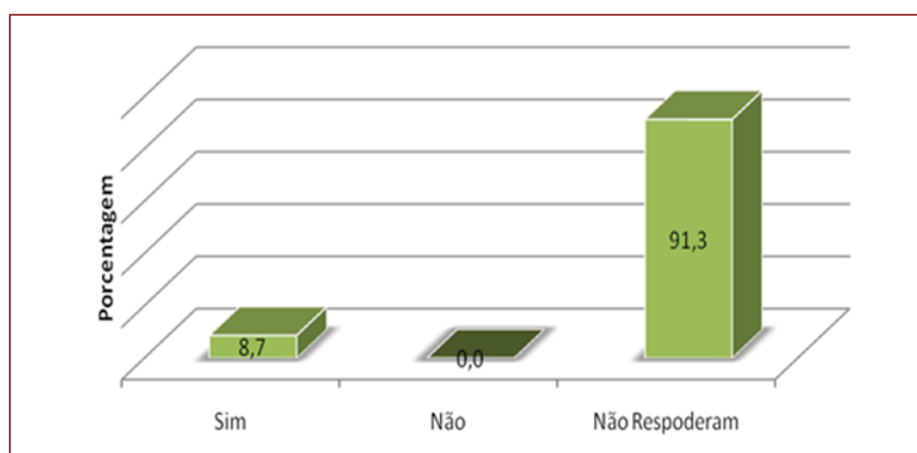
grupo, em muito para divisão de despesas, 23,9% viajaram em família; 21,7% confirmaram viagem individual ao município e 10,9% preferiram não responder.

Gráfico 19: Caracterização da viagem



O Gráfico 20 mostra em contraste o uso de agência de viagem ou operadora de viagem, constando que 8,7% responderam utilizar-se deste meio por uma questão de comodidade, 91,3% não responderam ao questionamento.

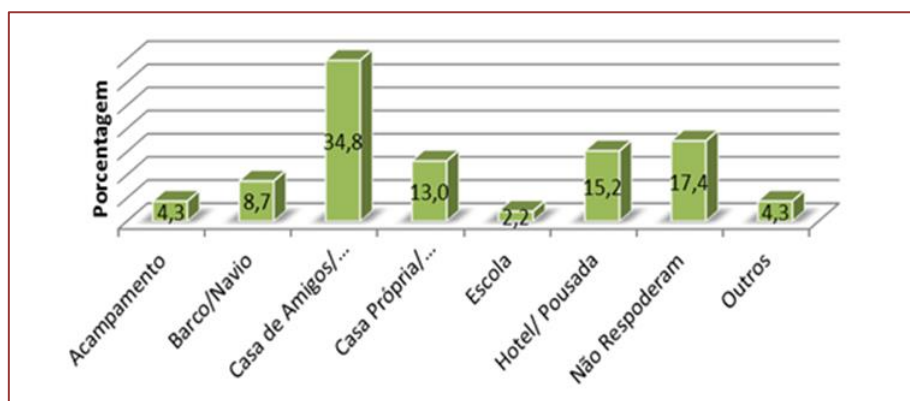
Gráfico 20: Utilização de Agência/ Operadora de Viagem



Os meios de hospedagem utilizados pelos visitantes da Festa do Tucunaré em 2014 foram dos mais diversos com demonstra o Gráfico 21, 34,8% dos entrevistados disseram se hospedarem em casas de amigos ou parentes; 15,2% tiveram estadia em Hotel ou Pousada, os pacotes promocionais destes estabelecimentos foram grande atrativo para os turistas; 13% alugaram casa ou mesmo possuíam imóvel no município; 8,7%

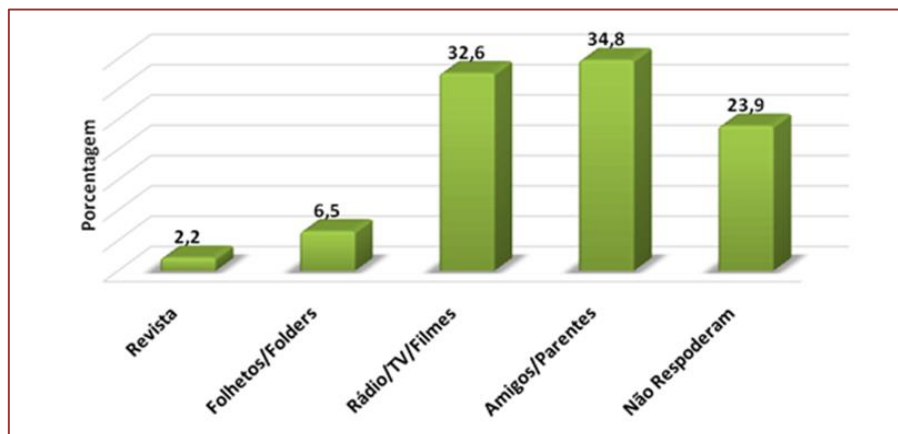
permaneceram no Barco meio de locomoção até a cidade, e por este motivo tornou-se uma forma econômica para os visitantes; 4,3% tiveram como estadia acampamento, o qual se localizava próximo a Praia da Liberdade, local onde ocorreu a festa do Tucunaré; 2,2% se alojaram em escolas cedidas pela administração pública municipal e estadual; 4,3% utilizaram-se de outros meios de hospedagem enquanto que 17,4% preferiram não responder a questão.

Gráfico 21: Meio de hospedagem utilizados



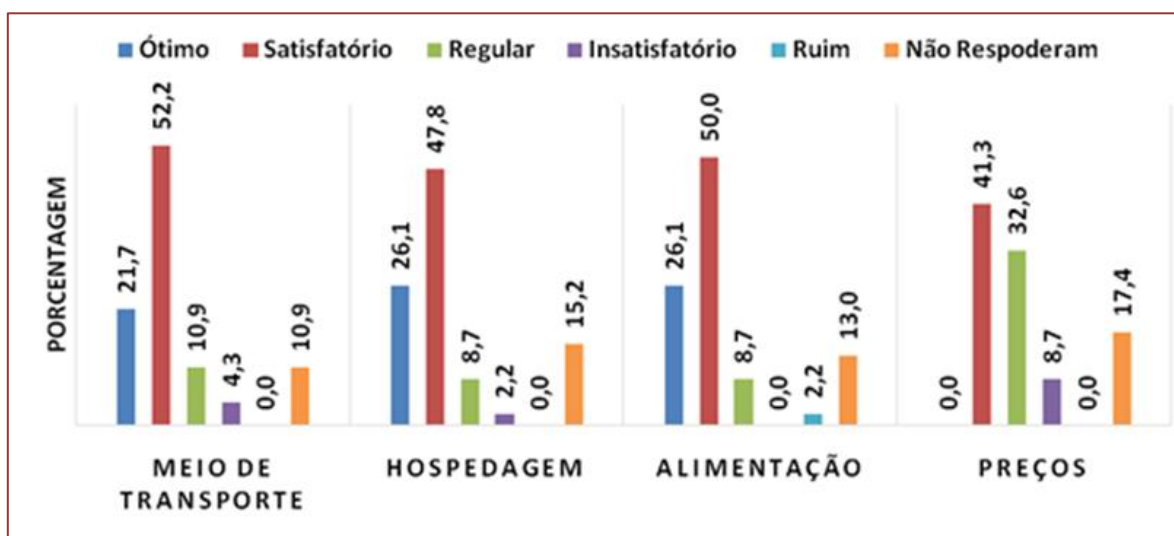
Na questão que induziu a viagem a Nhamundá, apurou-se no Gráfico 22 que 34,8% foram induzidos por amigos e parentes que já conheciam a festa; 32,6% alegam curiosidades por meio de divulgação de rádio e televisão; 6,5% afirmam ter conhecimento da programação festiva por meio de Folhetos e Folders, 2,2% por meio de revista que abordou a festa do município e 23,9% não responderam ao questionamento.

Gráfico 22: Indução à viagem a Nhamundá



O Gráfico 23 salienta sobre a Avaliação da Viagem, o qual pode em destaque quatro serviços: Meio de Transporte em que 52,2% consideraram satisfatório o meio de transporte utilizado para chegar a Nhamundá; 21,7% elencou o meio de transporte como ótimo; 10,9% afirmam regular e 10,0% não responderam. Da hospedagem: 47,8% disseram que a hospedagem fora regular; 26,1% atestam a hospedagem como ótima; para 8,7% a hospedagem foi regular, 2,2% consideram insatisfatórias e 15,2% não opinaram. Quanto a alimentação 50% dos entrevistados afirmaram ser satisfatória; 26,1% atestaram que a alimentação em Nhamundá fora ótima, 8,7% consideram a alimentação regular; 2,2% dos argüidos atestam que a alimentação foi ruim e 13% dos visitantes preferiram não responder. A questão dos preços praticados em Nhamundá obteve-se que 41,3% dos entrevistados acreditam que os preços foram satisfatórios, já 32,6% consideram os preços regular; 8,7% se disse insatisfeito com os preços e 17,4% preferiram não opinar.

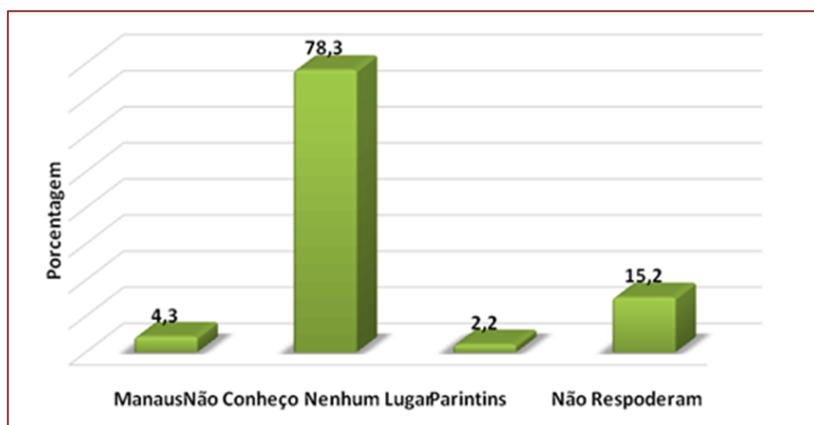
Gráfico 23: Avaliação da viagem



Em relação ao Gráfico 24 que questiona quais aos lugares fora da cidade de Nhamundá que os turistas visitaram, apurou-se que 78,3% não conheceram outros lugares, permaneceram apenas na sede do município; 4,3% foram a Manaus; e 2,2% visitaram Parintins enquanto que 15,2% dos entrevistados não responderam ao questionamento.



Gráfico 24: Lugares fora da cidade de conhecimento dos entrevistados



Importante quesito para o desenvolvimento do turismo em Nhamundá é a análise da infraestrutura do município resultante na Tabela 1, neste sentido procurou-se verificar os serviços prestados aos turistas e visitantes durante a Festa do Tucunaré, tendo por resultado: Serviço de moto táxi foi satisfatório por aqueles que fizeram uso, a maioria dos entrevistados preferiu não responder, pois não se utilizaram deste serviço, quanto ao serviço de triciclo, aqueles que fizeram uso se disseram satisfeito com o serviço, a maioria não opinou por não utilizar o serviço; passeio fluvial a maioria não usufruiu deste serviço, aqueles que utilizaram consideraram satisfatório, a limpeza e segurança pública; foram satisfatórias. A fiscalização no trânsito fora precária e por este motivo a maioria dos entrevistados considerou ruim; serviço de internet e telefonia celular foram serviços que na avaliação dos entrevistados fora ruim, atendimento hospitalar satisfatório; e quanto a sinalização urbana, notou-se precária ou inexistente e por esta razão a avaliação dos entrevistados variou entre regular e ruim.

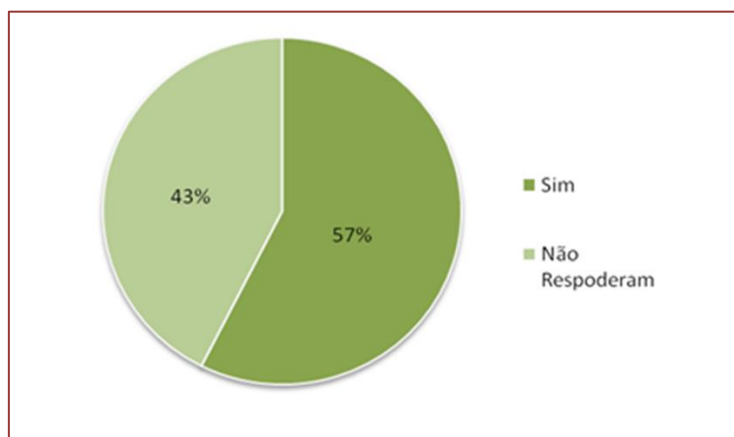
Tabela 1: Análise da infraestrutura do município

Infraestrutura e Serviços	Ótimo	Satisfatório	Regular	Ruim	Não Responderam	Total
Serviço de Mototáxi	1	15	3		27	46
Serviço de Triciclos	1	12	5		28	46
Passeio Fluvial	2	10	4		30	46
Limpeza Pública	8	17	7	2	12	46
Segurança Pública	11	20	5		10	46
Sinalização/Segurança no Trânsito		10	10	15	11	46
Serviço de Internet	1	5	7	25	8	46
Serviço de Telefonia	1	9	6	23	7	46
Atendimento Médico-Hospitalar		32	2	1	11	46
Sinalização Urbana	1	9	11	14	11	46

Fonte: Santos, Ana Paula Moraes/Aplicação do questionário na Festa do Tucunaré/2014

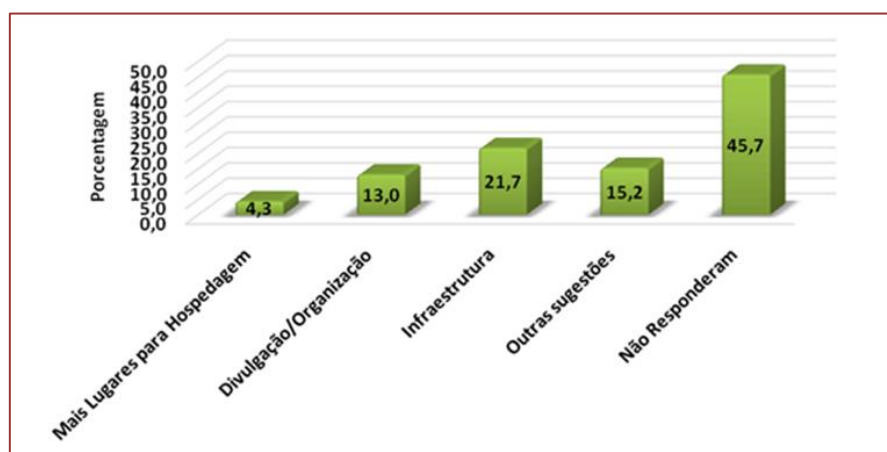
Quanto à possibilidade dos turistas retornarem a Nhamundá outras vezes observa-se no Gráfico 25, que 43% cogitam esta possibilidade enquanto 57% preferiram não responder a questão. Verificou-se que as maiorias destes que preferiram não responder esperavam o término da viagem para ter uma opinião formada.

Gráfico 25: Possibilidades de retorno a Nhamundá



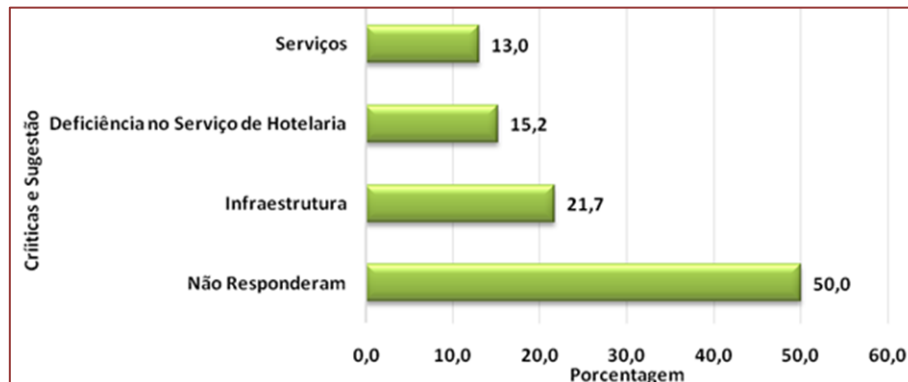
O Gráfico 26 que diz respeito às sugestões para melhoria da viagem apurou-se que 21,7% dos entrevistados sugerem melhorias na infraestrutura da Festa; juntamente com uma maior divulgação correspondendo a 13% dos arguidos; outro ponto com 4,3% de sugestão foi ampliação de rede hoteleira; com mesmo percentual de 4,3% higiene e limpeza pública; assim como alimentação melhor; com 2,2% cada o serviço de táxi e arborização da cidade foi outro setor sugestionado, para 2,2% dos entrevistados a festa estava dentro do esperando e 45,7% preferiram não responder.

Gráfico 26: Sugestões de melhoria para a próxima viagem



Das críticas e sugestões observaram-se que as maiores deficiências da cidade de Nhamundá quanto ao setor turístico, está em relação a serviços representando um total 13% como a organização e divulgação das atividades turísticas como a Festa do Tucunaré, serviços de internet e telefonia celular; deficiência no serviço de hotelaria do município é outro ponto importante alcançando 15,2% das críticas, observou-se apenas 6 hotéis na cidade e poucas pousadas, e segundo os turistas não supre a clientela presente durante as festividades obrigando os turistas a fixarem estadia nas embarcações, lanchas e casas de conhecidos e desconhecidos. Infraestrutura abrangeu a infraestrutura da cidade 21,7% relacionando-se ao abastecimento de água deficitário do município, uma orla melhor para a cidade; preços baixos, implantação de lixeiras, horários adequados para crianças na praia, equipes de assistência ao turista e cobertura das lanchonetes, 50% dos entrevistados não opinaram. O exposto reforça os pontos a serem verificados e desenvolvidos para um turismo pujante e assertivo, visto que a cidade Nhamundaense se torna um lugar visado para o turismo todos os anos.

Gráfico 27: Críticas e sugestões



Diante os dados obtidos, fora possível identificar os pontos positivos e negativos do turismo em Nhamundá durante a Festa do Tucunaré que no ano de 2014 ocorreu no primeiro fim de semana do mês de Outubro, tendo como atrações principais da Festa a dupla sertaneja nacionalmente conhecida Rick e Renner e a Banda de rock Detonaltas programada para o encerramento do grande evento. Segundo os organizadores do evento, esperava-se um público de 10 mil pessoas para os três dias de festa.

No ano de 2014 foi montada grande infraestrutura para a programação da Festa do Tucunaré por intermédio da Prefeitura Municipal de Nhamundá em parceria com o Governo do Estado, foi possível perceber um número expressivo de policiais militares,

corpo de bombeiros, socorristas, entre guardas municipais que fizeram a segurança das praias, e dos locais do evento.

Por meio de questionamentos e conversa informal com moradores, turistas, empresários da cidade, bem como profissionais que se deslocaram ao município Nhamundaense, a Festa no ano de 2014 reacendeu a economia da cidade, segundo os moradores a atual administração investiu em melhoramento de ruas, praias e incentivou os moradores a receber os turistas de forma acolhedora e movimentar todos os setores econômicos do município, visto que nos anos de 2013 e 2012, a festa não ocorreu e prejudicou a economia naquela localidade.

Durante três dias são realizadas diversas competições como a pesca esportiva do Tucunaré (figura 14), em que muitos turistas e moradores locais testam a sorte na captura do maior Tucunaré.

Figura 14: Pesca esportiva do Tucunaré em Nhamundá



Fonte: Ana Paula Moraes, 2014

#### **4.9 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM NHAMUNDÁ-AM**

O turismo se tornou um meio de desenvolvimento econômico nas comunidades ribeirinhas da Amazônia, em Nhamundá as iniciativas de desenvolver a qualidade de vida dos habitantes e ao mesmo tempo preservar a natureza está sendo desenvolvidos em comunidades com o chamado turismo de Base comunitária.

Em Nhamundá foi criada a Área de Proteção Ambiental Estadual do Nhamundá, tendo uma área de 195.900 hectares através do Decreto Nº 12.836 de 9 de Março de 1990, é composta por oito comunidades tradicionais as quais foram chamadas para discutir a relação homem/natureza e como estes poderiam desenvolver atividades econômicas sem agressão a natureza. As belezas naturais de lagos propiciam a pesca, e a cultura desses povos tradicionais é um ponto positivo para desenvolver um turismo que beneficie a população.

Por meio de projetos e intermédio dos comunitários a APA Nhamundá estava se tornando um modelo de turismo sustentável de base comunitária, que se mostra uma iniciativa viável para alavancar a economia de muitos municípios amazonenses e por certo é irá atrair novos seguimentos da indústria do turismo.

#### **4.10 CONSIDERAÇÕES**

Nhamundá no Amazonas é uma terra de belezas incontestáveis, praias, lagos, serras e ilhas formam um complexo natural magnífico que encanta a todos que conhecem aquela localidade. O turismo como fonte de recurso e renda vem alavancando uma significativa economia para a população tanto ribeirinha como para a população da cidade nhamundaense.

A estrutura para o turismo ainda é precária, tem pouco mais de 6 hotéis e diante a visita técnica ao município e entrevistas com turistas na localidade foi um dos pontos a serem questionados para melhoramento do turismo, apesar da receptividade o setor hoteleiro deixa a desejar, um dos meios de atrair a estadia são os pacotes fechados incluindo café da manhã, almoço e jantar e durante a festa do Tucunaré no ano de 2014 foi um dos pontos positivos segundo os turistas e acabou lotando todos os hotéis, pousadas e demais residências que aproveitaram os três dias de festa para ganhar um dinheiro extra.

O turismo em Nhamundá a cada ano se fixa como um ponto de referência, inúmeras programações com artistas nacionais atrai milhares de pessoas todos os anos, é bom frisar o apoio das instituições governamentais que auxiliam ao desenvolvimento das atividades festivas, a população em geral do município colabora para os grandes eventos, principalmente os religiosos, em que a fé deste povo é demonstrada nas procissões e receptividade. No ano de 2014 a Festa de Santo Antonio foi realizada pelo grupo do terço dos homens, e atraiu milhares de fiéis de todo o estado do Amazonas.

As políticas de desenvolvimento sustentável como os projetos em andamento na APA Nhamundá são importantes para uma nova configuração do turismo, visto que as comunidades estão se apoderando do seu espaço produzido para ganhos econômicos e ao mesmo tempo preservando a natureza, conscientizar os cidadãos do seu papel e dos benefícios que adquiriram com o desenvolvimento do empreendimento, torna as iniciativas confiáveis e poderão dar certo com o apoio de todos, comunitários, lideranças políticas.

Divulgar Nhamundá no Amazonas como um dos lugares mais atrativos e convidativos com sua exuberância natural é necessário para alavancar o turismo em suas múltiplas dimensões e traçar um calendário que possa atrair milhares de turistas o ano todo, isso depende de um conjunto de fatores e iniciativas e a administração pública tem papel fundamental para tal intento.

Por fim as belezas naturais da Amazônia ainda são pouco conhecidas, diante um grande número de municípios na região norte que detém um potencial rico para o turismo, é preciso planejamento, programas que ensinem e incentive o turismo nas diversas regiões da Amazônia, apesar de Nhamundá já ser conhecida por sua cultura e belezas naturais, ainda é preciso melhorar sua infraestrutura e transformá-la em uma cidade turisticamente viável.

## **BIBLIOGRAFIA**

- 1.** BECKER, Bertha e STENNER, Claudio. Um futuro para a Amazônia. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
- 2.** BENTES, Aluison Sampaio; SANTOS, Ana Paula Moraes. Nhamundá-AM: Potencialidade Turística de um Modelado Geomorfológico. Anais do IV Encontro de Turismo Comunitário da Amazônia e II Fórum de Turismo de Parintins. Marupia: Revista Científica do Centro de Estudos Superiores de Parintins, Ano 7, n. 6. 2014. Parintins, AM: UEA, 2014.
- 3.** BERTOLINI W. Z., VALADÃO R. C. 2009. A abordagem do relevo pela geografia: uma análise a partir dos livros didáticos. *TerraDidática*, 5(1):27-41 <[http:// www.ige.unicamp.br/terraedidatica/](http://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/)>
- 4.** CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: FFLCH, 1996.
- 5.** CORREA, Roberto Lobato. O espaço urbano. Ed: Ática – São Paulo, 1989.
- 6.** CRUZ, Rita de Cassia. Turismo e lugares. Ed: Ática – São Paulo, 2003

7. CUNHA, H. B.; PASCOALOTO, D. 2009. Hidroquímica dos rios da Amazônia. Manaus – AM.
8. EUROPEIA, Agência Espacial. 26 mar 2013. Imagens de radar avaliam a desflorestação do Amazonas. <http://www.cienciahoje.pt/index.php?oid=57334&op=all>
9. <http://www.emfocoonline.com.br/?q=245-conteudo-40474-em-nhamund-festividade-de-nossa-senhora-do-perpetuo-socorro-da-comunidade-do-arnacaru-chega-ao-fim>
10. NHAMUNDAAM.COM. Cidade de Nhamundá. 2013. Disponível em: <<http://www.nhamundaam.com/>> Acesso em: 20 jun 2013.
11. Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável: Nhamundá-AM, 2007-2014. COUTO (Org.) Manaus: IBAMA/ ProVarzêa, 2007.
12. SANSOLO, Gruber Davis. Turismo e Sustentabilidade na Amazonia: um novo conteúdo territorial. Trabalho apresentado durante o V Encontro Nacional de Turismo com Base Local em Brasília, 2001.
13. SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. Editorada Universidade de São Paulo, 1996.
14. SAUNIER. Tonzinho. Nhamundá: A ilha das Amazonas. Revista Turista. Nº 18. Parintins. 1991
15. SILVA, Michele Andreza P. da, et. al. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Baixo Amazonas. Caritas Arquidiocesana de Manaus. Estudo Técnico – Manaus, agosto, 2010.
16. TUAN, Y.F. Geografia Humanística. São Paulo: Difel, 1985
17. <http://www.empresaeestadualdeturismo/amazonastur.gov.br>

# 5

## *Trilhas culturais de deslocamento no baixo Amazonas*

*Ronisley da Silva Martins*

*Jesuéte Brandão Pachêco*

### **INTRODUÇÃO**

Os caminhos dos estudos científicos voltados para os espaços geográficos em trilhas remetem às práticas socioculturais relacionadas à vivência em casa de farinha, comunidade, igreja e escola ou a lugares de interação socioambiental como os roçados, lagos, quintais, sítios e florestas. Nesses espaços, as Trilhas Culturais de Deslocamento possibilitam a circulação da população tradicional pelas unidades de paisagens, solicitando uma abordagem interdisciplinar para fundamentar a produção do conhecimento na contextualização dos aportes teóricos, nos quais se permita compreender a dinâmica da organização sociocultural e as interrelações em rede de circulação no uso das trilhas para o ordenamento das atividades no segmento do turismo no espaço rural.

Este capítulo é descrito baseado nos resultados do estudo realizado nas trilhas culturais de deslocamento das unidades de produção rural do Projeto de Assentamento Vila Amazônia, onde pautou em compreender a importância das trilhas nos sistemas de produção da agricultura familiar, para a configuração atual da fisionomia da paisagem e potencialidade do turismo no espaço rural, e tem como objetivo presente apresentar amostras dos fundamentos de trilhas culturais, método de rede de interação, mapas mentais e encaminhamentos de ordenamento do turismo no espaço rural.

O processo do estudo ocorreu a partir do pensamento complexo baseado em Edgar Morin, em específico no que trata sobre as incertezas ao estudar determinado contexto, e considerando neste o conjunto das diversas partes ligadas a certa mistura de ordem e desordem a ele de modo inter-retroativo ou organizacional (MORIN, 2011, p. 35).

Os procedimentos adotados partiram de um estudo de caso, de acordo com Yin (2005, p. 32-33), é uma investigação empírica que analisa um fenômeno contemporâneo



dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos, enfrentando uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesses do que pontos de dados, e, como resultado.

E as técnicas de coletas de dados – entrevista semi-estruturada, observação participante, visita in loco, inventário geográfico, pirâmide de vegetação, diário de campo, registro fotográfico, mapas mentais e trilhas culturais como método.

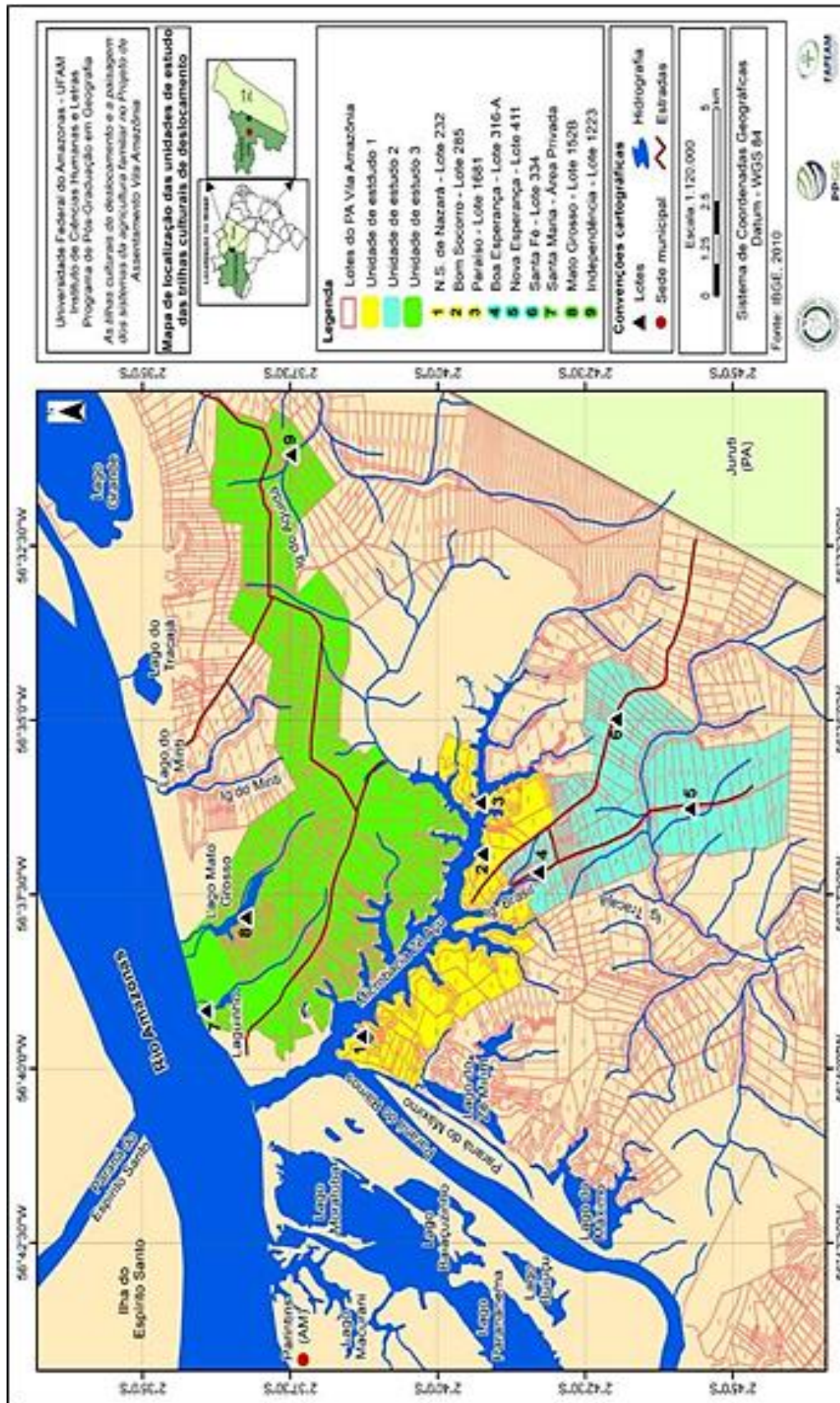
A área específica de estudo das trilhas está situada nas unidades de sistema da agricultura familiar do Projeto de Assentamento da Reforma Agrária, o PA (Projeto de Assentamento) Vila Amazônia, criado no dia 26/10/1988 (Portaria MIRAD N.º1404/1988) na modalidade de PA (Projeto de Assentamento) para agricultores familiares tradicionais (PACHECO, 2013, p. 85). Sendo as unidades denominadas de lotes ou parcelas de terras e de acordo com a legislação Lei nº 12. 727, de 17 de outubro de 2012.

De acordo com Brandão (2016, p. 40) o PA Vila Amazônia, configura-se como o extremo característico das faixas que margeiam a direita do rio Amazonas, limitando-se com os estados do Amazonas e Pará, bem como aos sistemas hídricos rio Uaicurapá, rio Mamuru e paraná do Ramos, prolongando-se até à sede do município de Parintins, de oeste ao norte-noroeste-nordeste e de oeste ao sul-sudoeste-sudeste. Ressalta ainda que o PA Vila Amazônia se localiza entre a foz do paraná do Ramos e o rio Amazonas, com aproximadamente 05 km de distância da sede do município, tendo acesso somente por via fluvial.

Delimitou-se a área focal na zona central do PA Vila Amazônia, tendo como referência as comunidades com acesso terrestre, partindo do núcleo urbano de Vila Amazônia com as comunidades do:

(i) Polo 01- Santa Maria, Mato Grosso até Independência, e as comunidades com acesso via fluvial pela microbacia hidrográfica (Mbh) Zé Açú tendo as comunidades do Polo 07- Nossa Senhora de Nazaré, Bom Socorro e Paraíso e as comunidade com acesso misto via fluvial pela Mbh Zé Açú e terrestre as comunidades Boa Esperança, Nova Esperança e Santa Fé e estão especificamente localizadas entre os paralelos 2°35'15" e 2°44'15" de latitude Sul e meridianos 56°28'30" e 56°44'15" de longitude Oeste (Figura 1), na região do Baixo Amazonas, município de Parintins.

Figura 1 - Localização das Unidades de Estudo das Trilhas Culturais de Deslocamento



Fonte: Martins, 2016. Elaboração Técnica Mônica Cortez

Para cada Unidade Espacial de Análise- UEA selecionou-se uma Unidade-Lote demonstrativa de cada comunidade, onde esse lote/propriedade representa fatos geográficos com dinâmicas expressivas para a valoração da pesquisa, quanto às trilhas culturais de deslocamento, paisagens, circularidade e produção do espaço-tempo.

Neste sentido, o estudo abordou as comunidades como sendo uma unidade de espaço geográfico, com aglomerado de casas constituídas de núcleos familiares de agricultores, organizados associativamente, em uma unidade territorial mínima com gestão política-administrativa para obtenção dos serviços públicos básicos comunais e mobilização para construção de espaços de uso coletivo.

### **5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E FUNDAMENTOS**

As Trilhas Culturais de Deslocamento (TCD) como objeto de investigação científica, expressa a interrelação dos geoambientes e as interações da sociedade (comunidades e agricultores) com o meio, caracterizando o espaço pela atividade sociocultural, dando um sentido de identidade e significado à paisagem.

A paisagem como categoria de análise, Vitte (2007, p. 71) salienta que por meio do conceito de paisagem, o imaginário social transforma culturalmente a natureza, ao mesmo tempo, que os sistemas técnicos agregam ao território as formas-conteúdo das paisagens constituídas por representações sociais.

Rodriguez, Silva e Cavalcante: (2004, p. 18) atribuem abordando a paisagem como um conjunto interrelacionado com formações naturais e antropogênicas, sendo considerada como um sistema que contém e reproduz recursos, além de um meio de vida e da atividade humana, como um laboratório natural e fonte de percepções estéticas.

Como elementos integrantes das práticas de transformações culturais das paisagens estão as trilhas culturais de deslocamento e/ou caminhos descritos por Brunhes (1962, p. 94) como marcantes geograficamente na fisionomia da paisagem, por meio do pisoteio, deixando uma marcação rudimentar sobre o solo que permite a circulação de pessoas para a realização de diferentes práticas das atividades humanas.

As trilhas estão presentes nas representações sociais consideradas como um elemento sociocultural que servem como via de circulação para as práticas cotidianas e como meio de promover a comunicação entre os diferentes locais habitados, preenchendo assim as necessidades das atividades diárias.

Ao retratar a concepção das práticas cotidianas no uso de trilhas, baseando-se na Geografia do Tempo de Hägerstrand, David Harvey (2014, p. 195) a considera como a descrição mais simples das práticas cotidianas. Assim sendo, traça essa perspectiva como trilhas de vida no tempo-espaço dos indivíduos a partir do registro do gasto de tempo pelo movimento espacial em seus cotidianos.

As trilhas culturais na abordagem de Brondízio e Neves (1996, p. 172) são utilizadas como método de coleta de dados sobre a paisagem com a participação direta e voluntária de informantes locais conhecedores do ambiente.

Noda (2012, p. 399) conceitua as trilhas culturais como os caminhos percorridos nos deslocamentos guiados pelo informante de um determinado território, onde, de acordo com o conhecimento individual verbalizado vai guiando e expondo sobre os saberes tradicionais do lugar que vai do modo de vida aos conhecimentos da geodiversidade. A referida destaca que as verbalizações correspondem aos conhecimentos obtidos nos processos de socialização junto aos familiares, utilizados nas unidades de paisagem locais (2012, p. 399).

Os caminhos/trilhas culturais de deslocamento e a fisionomia da paisagem em sistema da agricultura familiar em assentamento agrário, quando compreendidos à luz de uma abordagem sistêmica e complexa, permite entender como ocorre a soma das partes na relação sociocultural do espaço geográfico, criando arcabouço técnico e científico para os estudos acadêmicos científicos.

A paisagem e todo o contexto geográfico complexo (trilhas culturais, dinâmicas do espaço-tempo), tem a cultura como o elemento que representa um agente, a paisagem natural e o meio, a paisagem cultural modela-se por um grupo cultural, a partir de uma paisagem natural (RODRIGUEZ; SILVA; CAVALCANTI, 2004, p. 16).

A partir desses meios que fazem parte da vida dos agricultores familiares assentados e colaboradores das transformações cotidianas. Por isso é que se propõe compreender os sistemas ambientais no espaço-tempo, na construção da fisionomia da paisagem das unidades espaciais de análises -UEA pelas trilhas. Tomando-se como questão problema norteador: Qual a impressão cultural atribuída à fisionomia da paisagem no uso das trilhas culturais na unidade da agricultura familiar no espaço-tempo no Projeto de Assentamento Vila Amazônia?

Partindo desta problematização, tem-se como hipótese: Se a paisagem é constituída pela ação sociedade-cultura-ambiente dos assentados, então a produção do

espaço geográfico em trilhas, e nas unidades que compõem a agricultura familiar, configura-se na paisagem fisionômica atual.

A motivação para a realização da pesquisa está em contextualizar as unidades de paisagem e as relações culturais que interligam as dinâmicas na produção do espaço da agricultura familiar, compreendendo a fisionomia da paisagem onde as normas culturais geram processos sociais e regeneram globalmente a complexidade social adquirida por essa mesma cultura (MORIN, 2011, p.19). Possibilitando assim, o entendimento dos elementos de interações para o ordenamento dos fatos geográficos das Trilhas Culturais de Deslocamento com aproveitamento para o turismo no espaço rural, bem como apontar em matrizes, os indicadores socioculturais pautados nas relações complexas e conectividades das redes voltadas a alternativa de manejo visando assegurar a conservação da diversidade geoambiental.

Sua relevância encontra-se em disponibilizar informações técnicas e científicas acerca do objeto analisado para pesquisas posteriores, apresentando-se assim como uma proposta de resultados da interação sociocultural da população rural no uso das Trilhas Culturais de Deslocamento e a dinâmica da transformação da paisagem no estabelecimento e utilização dessas trilhas, dentro de uma abordagem geográfica sobre a Teoria da Complexidade Moraniana e, assim poder contribuir para o aprimoramento científico de futuros pesquisadores e profissionais.

Dentro das características que compõem as paisagens estão aquelas que a distinguem como homogênea na composição dos elementos que a integram, com um caráter interacional, sistêmico e complexo, isto é, o que determina a integridade de sua unidade (RODRIGUEZ, SILVA e CAVALCANTI, 2004, 18).

Esses atributos perpassam pelo pensamento da complexidade, que Morin (2011, p. 13) revela como um tecido (complexus: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo.

Tal multiplicidade está interligada com as interações complexas do homem sobre o ambiente natural, com emprego de técnicas culturais, transformando sistematicamente as paisagens. Desse modo, as características fisionômicas das paisagens são heranças de um processo histórico-temporal, onde as impressões são marcadas pelas atividades na organização espacial por meio da produtividade rural.

Afirmado por Noda (2007, p. 30) quando diz que a representação é resultante da distribuição e/ou organização espacial, quando combinado com a coerência do homem

em cultivar, pelas formas ou sistemas, modos, construir caminhos, meios de comunicação e moradias.

O aspecto antropogênico na análise da paisagem deve estar combinado com uma visão histórica, para esclarecer o complexo caráter das atividades humanas sobre esta paisagem. A alteração da relação do homem com a natureza vai se consolidando à medida que se amplia o comércio e, conseqüentemente, surge uma nova dinâmica espacial-geográfica (CAMARGO, 2008, p. 36).

Com isso, a paisagem se constrói por meio da diversidade da história e da cultura dessa sociedade, modelando seus espaços sociais a partir da utilização de técnicas distintas da agricultura.

## **5.2 TRILHAS CULTURAIS DE DESLOCAMENTO**

A utilização das trilhas (caminhos) pretendia suprir a necessidade de deslocamento e criar relações socioculturais de encontros de populações, atividades de trabalho para subsistência, práticas de caças, coletas e outros. Essas dinâmicas foram sendo modificadas com o tempo-espaço, atribuindo novos valores em detrimento ao acesso, e ao estágio socioeconômico e mercantilização.

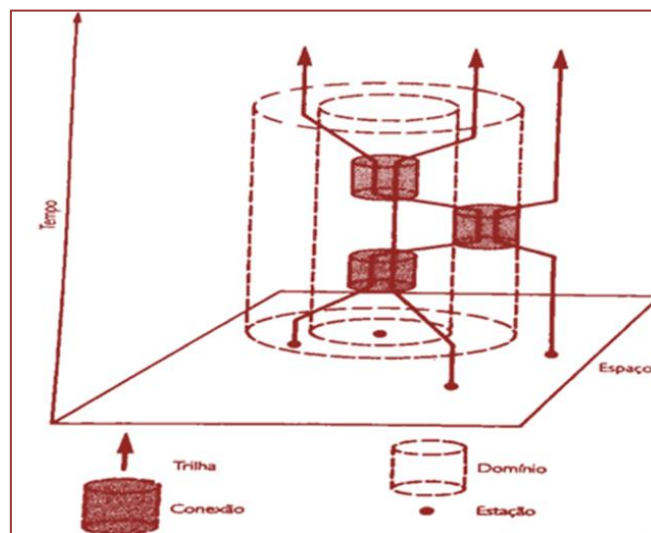
Na literatura Condição Pós-Moderna, David Harvey (2014, p. 195) retrata a abordagem do geógrafo Hägerstrand, referente às práticas cotidianas e reportando-se ao espaço, o autor pondera que a partir de objetivos já definidos os indivíduos absorvem o tempo através do uso do espaço. O costume habitual de se deslocar que o ser humano realiza diariamente instituem movimentos com ciclos recorrentes, como retrata Harvey (2014, p.193):

As biografias individuais podem ser tomadas como “trilhas de vida no tempo-espaço”, começando com rotinas cotidianas de movimento (da casa para a fábrica, as lojas, a escola, e de volta para casa) e estendendo-se a movimentos migratórios que alcançam a duração de uma vida (por exemplo, juventude no campo, treinamento profissional na cidade grande, casamento e mudança para os subúrbios, e a aposentadoria passada no campo).

As trilhas de vida mencionadas pelo autor podem ser representadas diagramaticamente (Figura 2), e nessa representação das trilhas diárias segundo ele, compõem as trilhas como fluxos, as conexões, estações e domínios, consistindo em

estudar os princípios do comportamento do tempo-espaço por intermédio de um exame dessas biografias.

Figura 2 - Representação diagramática das trilhas diárias de tempo-espaço segundo Hägerstrand (1970)



Fonte: Harvey, 2014

Em relação ao esquema, Harvey (2014, p. 195) sugere que é uma descrição útil de como a vida diária das pessoas se desenrola no espaço e no tempo, onde as transações ocorrem caracteristicamente no domínio de um padrão geográfico de estações disponíveis, por exemplo, lugar onde certas atividades ocorrem, como trabalho, compras, e domínios em que certas interações sociais prevalecem.

As funções das trilhas são múltiplas e inserida no contexto das práticas das populações tradicionais lhe é atribuído o significado de trilha cultural. As trilhas culturais para Noda (2012 p. 399) representam os caminhos percorridos nos deslocamentos guiados pelos entrevistados para levantamento de dados, de acordo com o conhecimento individual verbalizado sobre as espécies existentes e seus lugares de ocorrência.

Compartilham do mesmo pensamento Brondízio e Neves, (1996, p.173), que se utilizam de alguns critérios para definir Trilhas Culturais Prefixadas, os quais são: proximidades das comunidades, facilidade de acesso, representação dos ecossistemas da diversidade fisiográfica regional. Estes procedimentos estão em um contexto de método, que envolve como ator principal os comunitários conhecedores do ambiente local e fornecedores de informações a respeito das paisagens.

Ao relatar a circulação sob a forma de pequenas áreas ou trilhos pisoteados em determinados aglomerados, Brunhes (1962, p. 94) diz que a mais modesta instalação humana é acompanhada de sinais visíveis desta circulação, desde o chalé ou o buron até a mais humilde das montanhas é possível verificar uma pequena linha marcada sobre o solo, aquela pela qual os homens ou animais caminham, mais comumente, a este minúsculo ponto de vida humana.

Na Amazônia, o surgimento das trilhas está atrelado aos aspectos culturais através das atividades extrativistas, quando ocorrem as retiradas de frutos, sementes, óleos, plantas medicinais, cipós, palhas, no uso rural em cultivos agrícolas, na migração de povos provocada por conflitos sociais ou escassez de recursos, retirada de madeiras para construção de casas ou venda ilegal, demarcação de territórios para limitar os sítios particulares, na pesca para facilitar o acesso aos lagos e rios, para caça como estratégia chamada varridas ou peregrinações religiosas, criando um sistema de rede de interações.

### **5.3 AS REDES DE INTERAÇÕES**

O conjunto das redes de interação compreender as situações de circularidades no uso das trilhas culturais de deslocamento, como exposto por Brunhes (1962, p. 97) todo quadro geográfico em que se inscrevem novas vias de circulação exprime e permite pelo contrário, uma atividade humana e econômica desenvolvida.

As redes de interações são caracterizadas por Franco (2012, p. 12) como multiverso, isto significa que, não existe uma mesma realidade para todos: são muitos os mundos. Tudo depende das fluídos em que cada um se move, dos emaranhamentos que se tramam, das configurações de interações que se constelam e se desfazem, intermitentemente, sobre esta passagem o autor faz alusão ao que Heráclito disse que não se pode entrar duas vezes no mesmo rio.

Ao se referir às redes Mance (1999, p. 24) a trata como sendo uma ideia bastante simples, que articula diferentes unidades entre si e que por meio de determinadas ligações trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele.

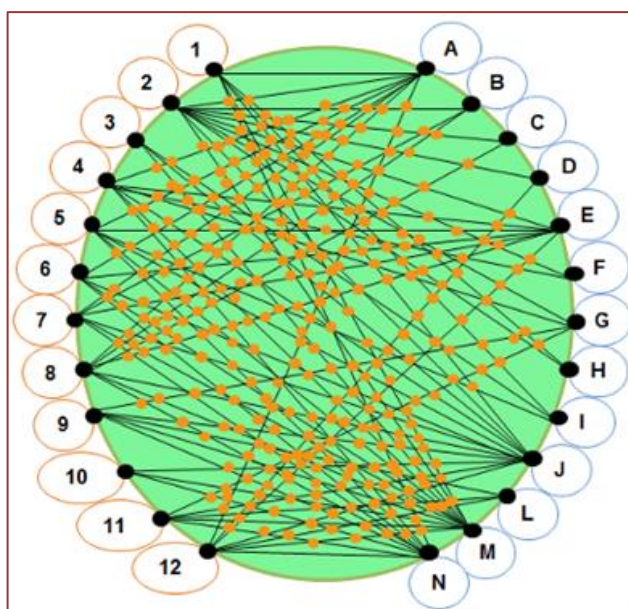
Os estudos das redes de interações mostram-se relevantes para a composição do estudo de trilhas culturais, pois atribui às medidas de análise e as relações no espaço,



que é parte integrante da complexidade no processo de organização espacial socialmente produzido, ou seja, as redes de interações como aplicação no uso e circularidade nas trilhas culturais de deslocamento, assinalarão as diversas características que compõem as diferentes unidades espaciais, por meio de cada nó que fará parte da rede.

Apresenta abaixo uma amostragem da rede de interação (Figura 3) onde foi construída tendo como base os componentes das unidades-lotes da agricultura familiar ao qual compõem as práticas socioculturais das trilhas culturais de deslocamento, no Assentamento Agrário Vila Amazônia.

Figura 3 - Rede de Interrelações em trilhas culturais



Fonte: Martins, 2016

A rede de interações aponta a circulação das trilhas estimulada por diversos motivos socioculturais dentro das Unidades-Lotes. Os traçados, das atividades de 1 a 12 com as suas características interativas, tendo, os itens de relações de A à N, relacionadas no quadro 1 da matriz de interrelações abaixo.

Quadro 1 - Matriz de Interrelações e Circulação em Trilhas Culturais

Itens	Atividades em trilhas culturais	Interações	Relações
1	Visitas aos parentes e vizinhos	A, H, J, I, N, M	A – Comunidade
2	Porto para o deslocamento fluvial	A,B,C,D,E,F,G,H,J, M	B – Escola
3	Banho e preparo de alimento	I, J, M	C – Igreja
4	Atividades agrícolas	A, E, F, G, J, N, M	D – Agropecuária
5	Esporte e lazer	A, E, I, J, N, M	E- Núcleo Urbano
6	Compras de mantimento	A, E, J, N, M	F – Escoamento de produtos
7	Atividades educativas	A, B, E, J, N, M	G - Roçados e Plantios
8	Exercício religioso	A, B, C, E, J, N, M	H – Entretenimento
9	Prática de Caça	G, J, L, N, M	I – Banho
10	Pesca de subsistência	J, N, M	J – Parentes e vizinhos
11	Retirada de frutas e Extrativismo	G, J, L, N, M	L – Floresta
12	Cuidado com o gado	A, D, E, J, L, M, N	M – Sistema Hídrico
			N – Estrada

Fonte: Martins, 2016

Partindo desses aportes e de dados sobre a mesma área transpostos na metodologia de redes de interação, no caso, Brandão (2016), elaborou-se uma rede de acordo com os itens de quantitativos e tipos de atividades em trilhas culturais, agregado de interações e as relações: (i) Comunidade–A, (ii) Escola–B, (iii) Igreja–C, (iv) Agropecuária–D, (v) Núcleo Urbano–E, (vi) Escoamento de produtos–F, (vii) Roçados e Plantios–G, (viii) Entretenimento–H, (ix) Banho–I, (x) Parentes e vizinhos–J, (xi) Floresta–L, (xii) Sistema Hídrico–M e (xiii) Estrada–N. A praticidade das interações remete a uma rede complexa relacionada às práticas socioculturais.

A predominância das interações e relações, organização e estruturação dos sistemas de trilhas culturais, no diagrama de rede com configuração e característica, as quais possuem uma estrutura básica denominada de grafos, formada por nós e arestas e ocorrem em sistemas com elementos e unidades integradas com os recursos naturais, culturais, sociais e político-administrativo.

As redes em sistemas de trilhas são traçadas em linhas (arastes), conexões (nodos) conforme o sistema de produção rural, números de membros do núcleo familiar, aspectos de influências sociais, envolvimento nas atividades religiosas, participação nos eventos culturais, transações comerciais com os centros urbanos e práticas de subsistência.

O entendimento dessa comunicação em trilhas por meio dos sistemas de rede de interação, se espalha em malhas e pode passar novamente pelo ponto de partida, realimentando a informação ou interação. Isso é condicionado pela não-linearidade que

caracteriza a rede. Desse modo, procura-se por meio desta perspectiva criar subsídios para o planejamento e ordenamento das trilhas para o turismo no espaço rural, na qual Lechner (2006, p. 14-15) aponta quatro preceitos fundamentais: Planejar, Construir, Monitorar e Manter seguindo os objetivos das áreas, assim como os aspectos sociais e biofísicos da área destinada a receber a trilha.

A concepção e desenho de uma trilha dependem também do acesso (como se chega até a trilha) as formas e características das trilhas pensadas para as atividades de turismo no espaço rural (Quadro 2), para pautar estratégias de ordenamento do sistema de trilha no espaço-tempo pelos agricultores familiares ou empreendedores do turismo.

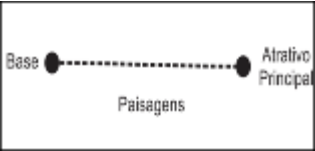
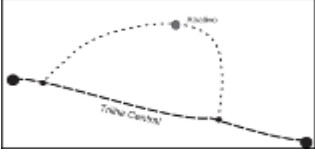

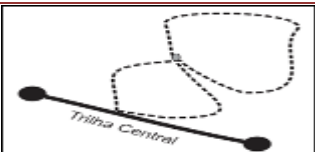

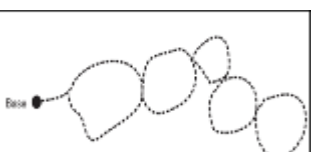
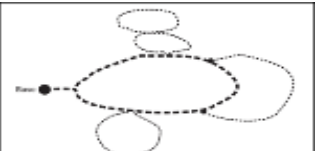

Nas unidades de sistemas da agricultura familiar as trilhas propagam uma espacialização de acordo com as modalidades de plantios ou cultura no processo de produção, com isso, as trilhas são estabelecidas para facilitar o acesso aos sistemas de produções rurais, a circulação entre as unidades produtivas, permitindo em primeiro lugar uma organização e espacialização do espaço produtivo.

As Trilhas enfocam para um sistema complexo, onde integram vários elementos no contexto da paisagem cultural e natural. Vieira (2003, p. 42) entende que, um sistema de trilhas deve considerar a sequência paisagística de cada percurso, devendo variar entre diferentes classes de paisagens. Elas estão inseridas nos sistemas terrestre e aquático, formando redes de interação sociocultural e ambiental com relações similares e/ou distintas estabelecidas de acordo com o geoambiente do local, ou seja, forma um conjunto de caminhos integrados com objetivos variáveis do simples deslocamento às práticas de subsistência e pesquisa científica.

Outros meios baseados nos métodos geográficos e a utilização de mapas mentais para representar em desenhos as formas e espacialização no uso das trilhas e as relações, interações e circularidade nos espaços da agricultura familiar.

Destaca uma amostragem dos mapas mentais elaborados de forma integrada, pesquisador, agricultor familiar e seus filhos, participando diretamente na pesquisa de campo, com o emprego das técnicas/método de Trilhas Culturais, utilizado por Brondízio e Neves, (1996, p. 173), fazendo caminhadas nas trilhas culturais preexistentes, coletando sistematicamente informações disponibilizadas voluntariamente pelos agricultores e filhos referentes à espacialização do lote, paisagens, vegetação, fauna e as mudanças ocasionadas pela sua ação produtiva.

Quadro 2 - Formas das trilhas

Formas gráficas	Descrição	Referencias
	Trilha Linear - É a forma mais adequada para os percursos de longa distância e para os que têm objetivos específicos. O seu objetivo pode passar também por fazer ligação entre pontos com variados interesses.	Andrade, 2003
	Trilha em Atalho - Esse tipo de trilha tem início e fim em diferentes pontos de uma trilha ou caminho principal. Apesar do nome, o objetivo na trilha em atalho não é "cortar caminho", mas sim mostrar uma área alternativa à trilha ou caminho principal.	Andrade, 2003
	Trilha Circular - Oferece a possibilidade de voltar ao ponto de partida sem percorrer o mesmo percurso, diminuindo a pressão exercida sobre o caminho e o ambiente. Dá maior versatilidade e transmite a sensação de que se percorre uma área maior estrutura ocupa.	Braga, 2007 Rodrigues, 2001 Andrade, 2003
	Trilha em Oito - Esta forma é usada em pequenas áreas, pois aumenta a diversidade de percursos dentro destes espaços.	Braga, 2007 Andrade, 2003
	Trilha Ziguezague - No formato em "S" e são necessárias em áreas íngremes e muito eficiente quando construída corretamente.	Lechner, 2006.
	Trilha em Anéis contínuos - Esta forma poderá oferecer, aos visitantes, variadas hipóteses de acordo com as suas motivações ou capacidades físicas.	Braga, 2007
	Trilhas Anéis satélites - Esta forma faz ampliar o número de oportunidades. Consiste em vários percursos circulares que partem de um percurso central. Fornece aos visitantes um percurso principal e vários outros alternativos, que podem fornecer ligações a diferentes infraestruturas.	Braga, 2007; Rodrigues, 2001
	Trilha em Labirinto - Presenteia o maior número de percursos alternativos, através de um número de percursos circulares e/ou lineares que se entrelaçam entre si. É a tipologia com maior variedade de distâncias e de intersecções. Porém carece de uma grande área de implementação e de boa sinalização. Não é aconselhado em área pequenas, muito sensíveis e com diferentes usos.	Rodrigues, 2001

Fonte: Braga, 2007 e Org. Martins, 2016

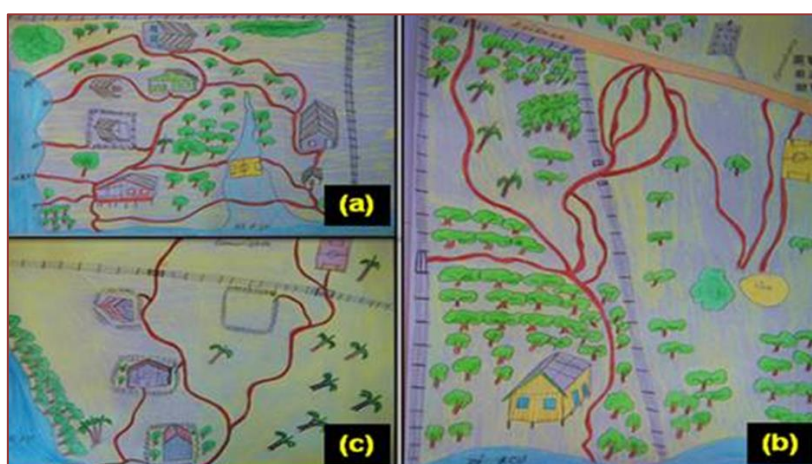
Os mapas desenhados representam reflexos da percepção em relação às unidades de paisagens e a espacialização onde estão situados ancorados nos preceitos dos mapas mentais.

Eles apresentados referentes às trilhas caracterizam detalhes da expressão vivida, refletida pelos sensores perceptivos e cognitivos dos membros dos agricultores familiares sobre a forma de observar e descrever as paisagens transformadas no espaço-tempo, além de imprimir valores significativos de emoções psicossociais ligadas diretamente ao pertencimento do ambiente, os quais são externados por meio do seu comportamento e sentimento, cujos reflexos de identidade são expressos nos mapas mentais, quando estimulados, transferem informações ricas em detalhes.

A finalidade da pesquisa foi utilizar o método com o estímulo da percepção das paisagens, como instrumento de investigações da espacialização das trilhas culturais de deslocamento das unidades, onde o verdadeiro conhecedor desses espaços são os agricultores familiares locais, e para compreender essa espacialização é fundamental transversalizar estes saberes em um processo construtivo, aliados aos conhecimentos técnicos científicos.

O mosaico de mapas mentais da unidade de análise 1 (um) refere-se ao lote 232, tendo cinco residências interligadas por trilhas e com 5 (cinco) núcleos familiares independentes e integradas com um total de 11(onze) adultos, 17 (dezessete) crianças, duas casa de produção de farinha e derivados conforme figura 2 abaixo.

Figura 4 - Mosaico de mapas mentais da UEA - 1



Fonte: Martins, 2016

As Trilhas da unidade-lote amostral (Tabela 1) são compostas de um sistema de seis percursos lineares diretamente ligadas ao acesso do recurso hídrico para banho, coleta de água, transporte fluvial para o centro urbano, pesca, transporte fluvial para a escola, igreja, comunidade, familiares, comunicação e escoamento da produção e três circulares de interação familiar no lugar.

Tabela 1 - Classificação da trilha cultural de deslocamento da unidade- lote nº232

Formas	Quantidade	Interação
Linear	05	Banho, coleta de água, transporte fluvial, escola, comunidade, igreja, familiares, pesca, escoamento da produção e comunicação.
Circulares	03	Interação familiar, entretenimento e comunicação

Fonte: Martins, 2016

A paisagem composta no sistema das Trilhas do lote caracteriza-se por uma vegetação de igapó em transição para uma área de capoeira baixa com introdução de espécies frutíferas.

É preciso analisar as unidades espaciais (espaço geográfico onde está situada as trilhas culturais) com uma determinada significação de todos os elementos estruturais das paisagens e a sua composição sistêmica e complexa. A integração na análise das trilhas configura-se em compreender os elementos que compõem a paisagem: antrópico, biótico e abiótico (Quadro 3).

Saindo do pensamento de olhar simplesmente a paisagem como um recorte elementar do alcance da visão, mas aprofundar na ótica científica para contextualização e significações destas unidades espaciais.

Estes fatores remetem para uma abordagem específica e diferenciada na análise das unidades de sistema onde se insere as trilhas, para entender as partes em sua funcionalidade e chegar à compreensão na sua totalidade complexa.

Estas relações são fundamentais para identificar os valores dos elementos socioculturais para sugerir ferramentas de planejamento do turismo e no processo de elaboração de roteiros e formatação de produtos no segmento do turismo no espaço rural.

Quadro 3 - Terminologias e Características Atribuídas as Trilhas Culturais de Deslocamento

Terminologia Cultural	Descrição	Atividade
Caminho	Um clareamento estabelecido de forma mecânica no emprego de taçado ou por animais em campo aberto em vegetação rasteiras com largura de aproximadamente 30 cm.	Relações sociais, produção rural, entretenimento, lazer, práticas religiosas, ações e interações comunitárias, atividades educacionais, saúde, comércio e acesso aos recursos hídricos e florestais.
Picada	Uma abertura rápida em sistema de batição onde o homem vai cortando a vegetação mais densa que impede o acesso pela floresta com 40cm a 50cm de largura.	Extração de cipós e fibras; Coleta de frutos; Definição de limites de terrenos; Emprego de técnicas de caça (espera e armadilhas); Extração de madeira.
Varrida	Limpeza de um corredor, com retirada de folhas, galhos e pequenas vegetações com aproximadamente 1m de largura.	Prática de caça.
Varadouro	Abertura de acesso de um lago ou igapó para o outro com 1m de largura, frequente na seca e na cheia.	Arrasto de canoas para pratica de pesca no período da seca. Ocorrem principalmente na várzea ou igapós.
Vaquejador	Estabelecido para acessar outros campos com largura media de 2 a 3m.	Tocar o gado no período da seca, levando de um campo para o outro.
Ramal	Aberto com ações mecanizadas para facilitar o acesso das pessoas e transportar os produtos com largura de 2m, feitos geralmente da residência do agricultor para a estrada do núcleo urbano.	Possibilitar a comunicação, escoamento dos produtos, comércio, saúde, transporte e relações sociais.

Fonte: Martins, 2016

#### 5.4 TURISMO NO ESPAÇO RURAL

As atividades desenvolvidas nesse meio abarcam alguns segmentos: Turismo no Espaço Rural, Turismo Rural, Agroturismo e Turismo Rural na Agricultura Familiar. O que irá determinar qual segmento se aplica à localidade é a atividade desenvolvida na propriedade.

O Turismo no Espaço Rural é estabelecido por Graziano da Silva et. al, (1998, p. 14) como as atividades desenvolvidas em áreas não urbanas, incidindo na realização de atividades de lazer no meio rural, nas mais diversas modalidades baseadas na oferta da segmentação do turismo, podendo se complementar ou não. Ao retratar o turismo no meio rural, podemos incluir todas as modalidades de turismo praticadas nesse espaço, isso independe das atividades e das motivações envolvidas.

O turismo no meio rural consiste em atividades de lazer realizadas no meio rural e abrange várias modalidades definidas com base em seus elementos de oferta (CAMPANHOLA e SILVA, 2000, p. 147). Além do termo utilizado turismo no espaço rural, alguns autores optam por utilizar turismo no meio rural e turismo em áreas rurais, onde se considera que são expressões equivalentes, já que todas estão relacionadas com as atividades em um espaço que não o urbano.

O Turismo Rural é abordado pelo Mtur (2003, p. 18) como o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade. Esse segmento do turismo impulsiona os espaços rurais como parte complementar nas atividades tradicionais da propriedade, no entanto, é preciso que se adote o pilar da sustentabilidade, ainda é preciso perceber que o desenvolvimento pode ser contínuo, a partir do momento que haja a preservação dos recursos naturais existentes (VEZZANI, 2008).

Ao refinar seu conceito esbarramos no Tulik (2003) que ressalva, enquanto o turismo rural está relacionado com meio e com a produção rural, o turismo no espaço rural consiste em qualquer manifestação do turismo nesse meio.

De acordo com Zimmermann (2000, p. 127), não se pode comparar o que o Brasil tem para oferecer em termos de turismo rural no Brasil com as atividades em países como Espanha, Portugal, França e Itália, em função de sua geomorfologia, sua cultura e seu conceito de rural, a justificativa do autor está baseada em que o Brasil é composto por diferentes cenários rurais, por isso o país é considerado versátil e singular, a diversidade cultural caminha com a riqueza dos recursos naturais em comum com a dinâmica da produção rural, são essas peculiaridades que tornam o modelo de turismo rural brasileiro, único.

No estado do Amazonas o primeiro município a despontar com essa atividade foi Rio Preto da Eva, este também foi o primeiro que recebeu visita de consultores do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que promoveu reuniões com agricultores familiares, levantamento das propriedades que possuíam potencial para turismo rural. O município é um grande produtor de frutas cítricas, e em seu território encontram-se inúmeras fazendas e sítios com grande potencial para desenvolver o Turismo Rural.



Outro segmento relevante é o Agroturismo, definido por Beni (2002, p.32) como o [...] deslocamento de pessoas para espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, para fruição dos cenários e observação, vivência e participação em atividades agropastoris.

O Ministério do Turismo (2010, p. 8) entende que o Agroturismo envolve:

Atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade. Devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços e bens não-materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc) a partir do “tempo livre” das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão-de-obra externa.

O agroturismo revela que por sua abrangência é capaz de desenvolver-se por meio da sustentabilidade de um território, isso certamente será capaz de incentivar as pessoas a não saírem das áreas rurais, gerar renda complementar para as famílias, valorizar a cultura local, preservar o meio ambiente, favorecer a inclusão social, entre outros benefícios (GUZZATTI; TURNES, 2011).

Ressalta-se que, o agroturismo em sua essência presume a interação ativa do visitante com as atividades agrícolas, para Tulik (1993) ele se desenvolve em conjunto com a propriedade rural ativa, no sentido de complementar as atividades e a renda das famílias, onde há o alojamento na propriedade e possibilidade de participar de atividades rotineiras.

Por último, tem-se o Turismo Rural na Agricultura Familiar – TRAF, que pode ser entendido como:

Todas as atividades turísticas que ocorrem na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos (Mtur, 2003, p.8).

O TRAF caracteriza-se pelo trabalho estritamente familiar na exploração dos recursos que a família detém, além de incluir nesse trabalho a gestão da propriedade de pequeno ou médio porte. Para Bovo; Logatto e Pimentel (2006) existem algumas

vantagens potenciais do turismo rural na agricultura familiar, das quais: Revitalização do espaço rural; Inserção competitiva de pequenas propriedades no mercado; Valorização da policultura; Emprego de mão-de-obra; Recuperação da autoestima; Dinamização econômica local; Valorização da cultura; Preservação do meio ambiente.

Na elaboração do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (2003, p.13), obteve-se como objetivo principal a promoção do desenvolvimento sustentável, diante do fortalecimento e implantação de atividades turísticas desenvolvidas pelos agricultores familiares, agregado aos arranjos produtivos locais, associado à geração de renda e trabalho no meio rural, visando a melhoria das condições de vida. Com isso, os segmentos do turismo no espaço rural são caracterizados de acordo com as atividades e espaço geográfico (Quadro 4).

Quadro 4- Espacialização dos segmentos do turismo no espaço rural

Segmento	Descrição	Espacialização
Turismo no Espaço Rural	Atividades desenvolvidas em áreas não urbanas, incidindo na realização de atividades de lazer no meio rural, nas mais diversas modalidades baseadas na oferta da segmentação do turismo, podendo se complementar ou não.	Zona Rural (não urbana)
Turismo Rural	Atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.	Propriedade de agropecuária (fazenda)
Agroturismo	Atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade. Devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços e bens não-materiais existentes nas propriedades rurais.	Propriedade Agrícola (médio porte)
Turismo Rural na Agricultura Familiar	Atividades turísticas que ocorrem na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar.	Unidade de produção dos agricultores familiares

Fonte: Mtur (2010), org Martins,2016

Como forma de resumir as definições expostas cita-se o exemplo dado pelo Ministério do Turismo (2010, p. 22):

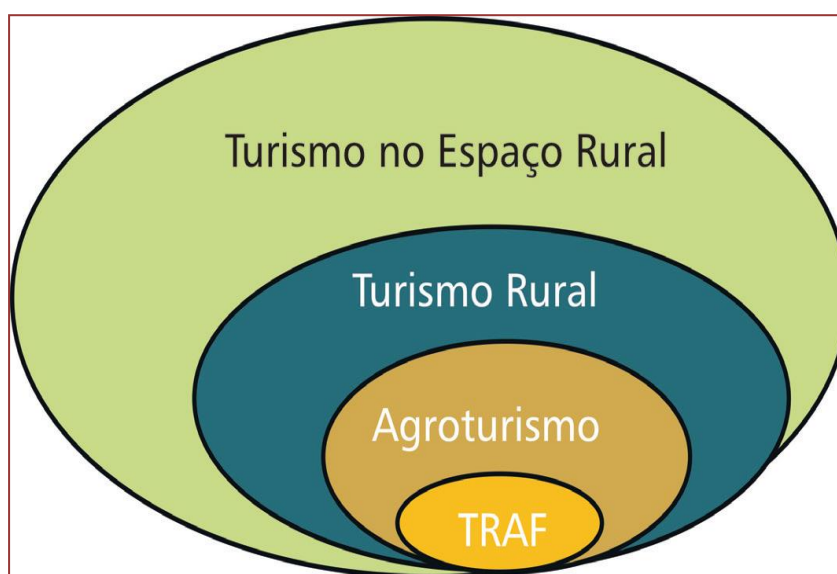
Uma propriedade com instalações de lazer, ambientes para eventos ou uma estrutura de aventura, que receba turistas, mas que não possua relações mais profundas com o ambiente rural, a não ser o fato de estar localizada no meio rural. Tal propriedade poderia, sem qualquer prejuízo para suas atividades, estar localizada no espaço

urbano. Sendo assim, suas atividades no meio rural podem ser classificadas como Turismo no Espaço Rural, mas não como Turismo Rural propriamente dito.

Mais além, as definições também podem ser expostas conforme a (Figura 5), na qual as terminologias Agroturismo e Turismo Rural na Agricultura Familiar podem ser admitidas, em um nível estratégico, como componentes de uma mesma definição: o Turismo Rural, este, por sua vez, é um componente do Turismo no Espaço Rural, que também engloba outros segmentos turísticos.

Em suma, o TRAF pressupõe o Agroturismo, que pressupõe o Turismo Rural, que, por sua vez, pressupõe o Turismo no Espaço Rural (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 22).

Figura 5 - Espacialização dos segmentos turísticos no espaço rural



Fonte: Mtur, 2010

Dentro dessa espacialização dos segmentos do turismo no espaço rural específica para este estudo, é possível deter que se expande de uma macroescala para microescala. E, diante das análises, o Turismo Rural na Agricultura Familiar se apresenta como potencial para o desenvolvimento da atividade turística no PA Vila Amazônia, devido aos relevantes sistemas de produção da agricultura familiar e os aspectos do patrimônio natural e cultural, reunidos em uma diversidade de paisagens típicas.

Para a consolidação do segmento do turismo rural na agricultura familiar, é demandado um diagnóstico específico para o levantamento de dados, informações,

atrativos e infraestrutura com a finalidade de subsidiar um planejamento turístico para o ordenamento e gestão da atividade.

Com os resultados do diagnóstico geográfico se aponta as áreas/zonas potenciais para a consolidação do segmento nas unidades espacial de análise:

- **(i) UEA 1** – Comunidade Nossa Senhora de Nazaré, Bom Socorro e Paraíso devido aos aspectos do sistema da agricultura familiar, acessibilidade fluvial, capacidade de balneabilidade, paisagens atrativas, infraestrutura de restaurantes, possibilidade de formatação de roteiros, formatação de trilhas turísticas, recursos pesqueiros e iniciativas de organizações de base comunitária em associação e cooperativa.

- **(ii) UEA 2** – Comunidade Boa Esperança, Nova Esperança e Santa Fé, requer um planejamento estratégico afinado com envolvimento dos órgãos públicos municipal, estadual e federal devido aos entraves de acessibilidade e meio de transporte. Porém, detém de atividades da agricultura familiar e sistema hídrico com potencialidade para balneabilidade.

- **(iii) UEA 3** – Comunidade Santa Maria, Mato Grosso e Independência, sistema de produção da agricultura familiar, sítios arqueológicos, reserva de proteção do pássaro mauary, trilhas interpretativas, manifestações religiosas e culturais, recurso pesqueiro, capacidade de balneabilidade, paisagens atrativas, acesso por estrada e iniciativa de organização em associação de base comunitária.

Com isso, é preciso aprofundar especificamente em outros estudos científicos e técnicos no quesito diagnóstico turístico, que consiste na compreensão da realidade atual do local e dos fatores internos que estão amadurecendo e que podem facilitar ou dificultar o desenvolvimento local (BUARQUE, 2004. p.105). O autor acrescenta ainda que o diagnóstico deva concordar e checar o levantamento e análise técnica da realidade a partir do olhar da sociedade, isso faz com que se interaja com as deferentes visões dos atores sociais, a respeito da situação do local, seus problemas e potencialidades endógenas.

Nessa direção e com o arcabouço da experiência obtida em outras pesquisas com os segmentos do Turismo de Base Comunitária e TRAF estado do Amazonas, busca descrever uma proposta de prognóstico para o Projeto de Assentamento Vila Amazônia (Quadro 5) visando indicar futuras ações para o desenvolvimento das atividades turísticas nos locais.

Quadro 5 - Matriz de prognóstico para atividade de turismo no espaço rural

Proposta	Promover o desenvolvimento rural por meio das atividades turísticas ordenadas e integradas aos arranjos produtivos locais com base na agricultura familiar para geração de alternativas econômicas.		
Seguimento	Turismo Rural na Agricultura Familiar – Atividade de alternativa econômica realizada na unidade da agricultura familiar, sem alterar as atividades econômicas típicas, e valorizando o patrimônio cultural e natural.		
Objetivos	Metas	Ações	Responsabilidades
Planejamento e Ordenamento da Atividade Turística	- Promover oficinas participativas nas comunidades polos para levantamento dos potenciais turísticos.	- Programar oficinas juntamente com as lideranças das comunidades; Estabelecer parcerias com as instituições de ensino e pesquisa;	- Secretaria Municipal de Turismo - Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento; - IDAM, - SEBRAE-AM, AMAZONASTUR, - UEA e - UFAM
Formatação dos produtos e roteiros	- Estabelecimento de parcerias com instituições e empresas; - Mapear as potencialidades de produtos e roteiros turísticos;	- Promover oficinas específicas para elaboração de roteiros turísticos; - Visitas de campo para o registro dos atrativos e mapeamento; - Planificação e precificação dos serviços e produtos.	- Secretaria Municipal de Turismo; - Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento; - SEBRAE-AM, UEA e UFAM
Capacitação da mão de obra local	- Formatar um pacote de cursos	- Elaborar cursos de acordo com as demandas locais e necessidade de mercado; - Estabelecer parcerias para realização de cursos.	- Secretaria Municipal de Turismo; - Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - SEBRAE-AM, AMAZONASTUR, UEA e UFAM
Gestão e administração das atividades	- Incentivar e fortalecer as associações e cooperativas; - Elaborar planos de negócios para cada unidade potencial.	- Promover oficinas específicas para o associativismo e cooperativismo, da conceituação, processo de fundação, declarações obrigatórias e a gestão; - Promover oficinas participativas para as organizações com o intuito de construir o plano de negócio; - Estabelecer relações comerciais com os operadores e agências de turismo local, regional, nacional e internacional.	- Secretaria Municipal de Turismo; - SEBRAE-AM - SENAR-AM
Marketing e Promoção	- Elaborar um plano de marketing	- Realizar um levantamento de mercado; - Elaborar as peças promocionais; - Identificar eventos e mercado para promoção.	- Secretaria Municipal de Turismo; - SEBRAE-AM - UEA - UFAM

Fonte: Martins, 2016.

As propostas indicadas visam proporcionar no futuro, aliado a outras pesquisas aplicadas, o desdobramento da realidade e, principalmente, do seu contexto externo, informações importantes para dimensionar as possibilidades de realização dos anseios da sociedade e, portanto, para a formulação da estratégia de desenvolvimento local (BUARQUE, 2004. p. 107).

Com isso, o turismo no espaço rural de acordo com os segmentos específicos pode ser considerado uma alternativa promissora para elevar o ganho monetário da população rural. As atividades não agrícolas cada vez mais se constituem em formas alternativas ou complementares de geração de renda ao agricultor familiar.

Portanto, requer uma análise sistêmica detalhada e específica para compreender as partes no processo de construção do espaço geográfico dentro da dinâmica sociocultural e a reprodução socioeconômica em sistema de produção da agricultura familiar levando em consideração o espaço-tempo.

## **5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As Trilhas Culturais de Deslocamento (TCD), remetida aos primórdios eram utilizadas para suprir a necessidade de deslocamento, para a realização das práticas socioculturais da relação e interação sociedade-cultura-ambiente na busca da subsistência e/ou sobrevivência por meio de coletas e caças. A partir disto, esse caminho denominado pelo amazônida, ainda perdura até a contemporaneidade, e passa a ter um significado cultural na fisionomia da paisagem, constituindo assim um fato geográfico.

Entender a circulação pautado nos estudos de redes, mostra-se conveniente, pois possui um caráter fortemente interdisciplinar que se ancora em perspectivas perfilhadas às teorias da complexidade e às correntes do pensamento sistêmico. A configuração em redes são características do reconhecimento das interações, pois possuem uma estrutura básica denominada de grafos, formada por nós e arestas.

As características das TCD são atribuídas segundo a espacialização da unidade-lote e de acordo com o núcleo da agricultura familiar, modelos dos sistemas de produção, as relações socioculturais em comunidades, atividades ou eventos culturais e religiosos, comunicação no lugar e as práticas econômicas.

Em relação ao turismo no espaço rural, as trilhas culturais de deslocamento são um elemento transversal em todos os segmentos turísticos apontados nesse estudo (turismo no espaço rural, turismo, rural, agroturismo e turismo rural na agricultura

familiar). A atividade turística em trilha requer um aprofundamento detalhado e específico de unidade de sistema ambiental na qual irá se desenvolver as práticas, para instalação de infraestrutura básica de sinalização, pequenas pontes, clareamento dos leitos e outras ações, com isso, solicita um estudo científico, voltado para o diagnóstico dos sistemas geoambientais para o planejamento e manejo das trilhas para as atividades turísticas.

Neste processo, visa possibilitar a utilização adequada dos recursos naturais e culturais como produto turístico, permitindo um contato próximo com a paisagem e possibilitando sensibilizar as pessoas (turistas) para a importância da conservação dos recursos naturais e a valorização da cultura local, promovendo uma alternativa de renda aos agricultores familiares.

Podem se desenvolver por meio do planejamento adequado, outras atividades em trilhas na vertente da educação ambiental, interpretação da paisagem, pedagogia, científica, lúdica, ecoturismo, turismo no espaço rural, educação física e observação de fauna.

Na atividade turística, as trilhas culturais são utilizadas para facilitar demonstração das técnicas de plantio e o processo de produção, onde no Amazonas a produção da farinha desponta nessas práticas.

Conclui-se que, as Trilhas Culturais de Deslocamento – TCD são unidades espaciais de circulação no contexto da unidade produtiva do agricultor familiar e nos núcleos comunitários, portanto um elemento de estudo da ciência geográfica, pelas relações, interações, interrelações, formas, características e a dinâmica de transformação constante da fisionomia da paisagem.

É essencial e necessária para facilitar o deslocamento nas práticas socioculturais e no delineamento da construção do espaço geográfico. Os estudos científicos sobre esses espaços geográficos específicos requerem uma continuidade para melhor aprofundar as análises em outros aspectos, objetos e/ou sujeito dentro da perspectiva no uso manejado das trilhas culturais de deslocamento nas atividades de turismo.

## REFERÊNCIAS

1. BENI, M.C. Análise estrutural do turismo. 7. Ed. São Paulo: Senac, 2002.
2. BRANDÃO, J. B. Perdurabilidade da Agricultura Familiar no Projeto de Assentamento de Vila Amazônia. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA, Centro de Ciências Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, 2016.
3. BRASIL, Ministério do Turismo. Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.
4. BRASIL, Ministério do Turismo. Turismo Rural: Orientações básicas. 2. Ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
5. BRONDÍZIO, E.; NEVES, W. A. Populações caboclas do estuário do Amazonas: a percepção do ambiente natural. In: PAVAN, C. (Org.). Uma estratégia latino-americana para a Amazônia. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal; São Paulo: Memorial/ UNESP, 1996.
6. BRUNHES, J. Geografia Humana. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.
7. BUARQUE, S. C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
8. CAMARGO, L. H. R. A ruptura do meio ambiente: conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova concepção da ciência: a geografia da complexidade. 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
9. CAMPANHOLA, Carlos; SILVA, José G. da. 2000. O turismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A. e RIEDL, M. (Org.). Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, SP: EDUSC.
10. FRANCO, A. de. A Rede. São Paulo: 2012.
11. GRAZIANO DA SILVA, J. et. al. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA J. A. (org.). Turismo rural e desenvolvimento sustentável. Santa Maria: Centro Gráfico, 1998.
12. GUZZATTI, T. C.; TURNES, V. A. O papel da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC) na construção de políticas públicas de turismo focadas no desenvolvimento rural e na promoção da agricultura familiar. V ENAPGS - Encontro Nacional de Pesquisadores de Gestão Social, Florianópolis, maio 2011.



13. HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2014.
14. LECHNER, L. Planejamento, Implantação e Manejo de Trilhas em Unidades de Conservação. Série Cadernos de Conservação. Curitiba: FBPN, 2006.
15. MANCE, E. A. A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 1999.
16. MORIN, E. Introdução ao pensamento complexo. Trad. Eliane Lisboa. 4ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.
17. NODA, S. N. (Org.). Agricultura Familiar na Amazônia das Águas. 1. ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.
18. NODA, S. N. et. al.; Paisagens e etnoconhecimentos na agricultura Ticuna e Cocama no alto rio Solimões, Amazonas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 2, p. 397-416, maio - ago. 2012.
19. PACHECO, J. B. Uso e ocupação da terra e a sustentabilidade ambiental da dinâmica fluvial das microbacias hidrográficas Zé Açú e Tracajá na Amazônia Ocidental. Tese (Doutorado). Pós-graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.
20. RODRIGUEZ, J. M. M; SILVA, E. V; CAVALCANTI, A. P. B. Geoeologia das Paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental. Fortaleza: Editora UFC, 2004.
21. TULIK, O. Turismo Rural. São Paulo: Aleph, 2003.
22. VEZZANI, M. A. Turismo rural e responsabilidade ambiental e ecológica no espaço rural brasileiro. Caderno Virtual de Turismo, v. 8, n. 1, 2008. Disponível em: [www.amda.org.br](http://www.amda.org.br). Acesso em 23 fev. 2015.
23. VIEIRA, R. C. Trabalhador em turismo rural: Roteiros, trilhas e caminhadas ecológicas. (Coleção SENAR), Paraná: SENAR, 2003.
24. VITTE, A. C. O desenvolvimento do conceito de paisagem e a sua inserção na geografia física. Mercator - Revista de Geografia da UFC, v. 6, n. 11, pp. 71-78, 2007.
25. YIN, R. K. Estudo de Caso: planejamentos e métodos. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
26. ZIMMERMANN, A. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: ALMEIDA, J. A.; FROELICH, J. M.; RIELD, M. (orgs). Turismo rural e desenvolvimento sustentável. Campinas: Papyrus, 2000.

